

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF**

**POLLYANA LOPES DUTRA**

**PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ EM CAMPOS DOS  
GOYTACAZES: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS  
SOBRE AS SUAS NOVAS CONDIÇÕES DE MORADIA**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES  
2015**

**POLLYANA LOPES DUTRA**

**PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES:  
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE AS SUAS NOVAS  
CONDIÇÕES DE MORADIA**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Cunha Tavares Terra**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES  
2015**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

044/2015

D978 Dutra, Pollyana Lopes.

Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes :  
análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de  
moradia / Pollyana Lopes Dutra – Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

207 f. : il

Orientador: Denise Cunha Tavares Terra  
Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual  
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2015.  
Bibliografia: f. 179 - 186

1. Habitação Popular – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Moradia. 3.  
Direito à Cidade. 4. Programa Morar Feliz. I. Universidade Estadual do  
Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 363.58098153

POLLYANA LOPES DUTRA

**PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES:  
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE AS SUAS NOVAS  
CONDIÇÕES DE MORADIA**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em: 29 / 06 / 2015.

Banca Examinadora:

*Denise Cunha Tavares Terra*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Cunha Tavares Terra (Orientadora)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

*Joseane de Souza*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseane de Souza Fernandes  
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

*Geraldo Márcio Timóteo*

---

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timóteo  
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

*Rosany Barcellos de Souza*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosany Barcellos de Souza  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

*Ludmila G. da Matta*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ludmila Gonçalves da Matta  
Universidade Cândido Mendes (UCAM)

*Dedico esta dissertação a Deus. Aos meus pais e irmãos pelo amor fraternal e pelo grande incentivo dado ao longo deste trabalho. E ao meu noivo pelo apoio, compreensão e carinho em toda esta trajetória.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, que me concedeu o milagre da vida e a oportunidade de estar concretizando esta etapa tão importante em minha trajetória, estando constantemente ao meu lado.

À minha família, meu porto seguro, pela força durante todo este período de estudos e compreensão com as minhas ausências, especialmente meus pais Dalma e Getúlio e meus irmãos Lucas e Thiago. Obrigada por tudo!

Ao meu noivo, Gustavo, grande incentivador do meu ingresso no mestrado com seu exemplo de estudo e dedicação na área médica. Sua parceria em todo este processo foi fundamental!

Ao tio Luciano pelo apoio e pela contribuição com os saberes estatísticos.

À minha orientadora, professora Denise Terra, pela maestria na condução deste trabalho. Suas contribuições passadas de forma dedicada e atenciosa foram extremamente importantes para o meu crescimento. Agradeço pelo empenho e incentivo dado à mim em todos estes dois anos de desafios.

Ao professor Geraldo Timóteo pela gentileza na concessão do banco de dados da pesquisa “Novos Territórios Urbanos” enriquecendo as análises deste trabalho. À professora Joseane pelos auxílios durante o trabalho.

Aos professores do PPGSP pelas ricas contribuições no processo de aprendizado.

Às colegas do mestrado Karina, Louise e Mariana pelo companheirismo e amizade.

Aos entrevistados desta pesquisa, pela confiança e acolhimento durante os dias de pesquisa em seus conjuntos. Agradeço pela disponibilidade e contribuição com a pesquisa. Agradeço também aos profissionais da prefeitura (SMFAS e EMHAB) e da PCE pelas informações prestadas.

Aos professores da banca examinadora deste trabalho, por terem aceitado o convite.

Finalmente, agradeço a todos que direta ou indiretamente auxiliaram na realização do presente trabalho.

*“Pegemos todas nossas coisas  
E fomos pro meio da rua  
Apreciá a demolição  
Que tristeza que nós sentia  
Cada táuba que caía  
Doía no coração*

*E hoje nós pega páia nas gramas do jardim  
E prá esquecê, nós cantemos assim:  
Saudosa maloca, maloca querida  
Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossa vida”*

Saudosa Maloca  
Adoniran Barbosa

## RESUMO

A trajetória histórica da questão urbana e habitacional no Brasil revela um cenário excludente, tornando-se os espaços periféricos, e também os “ilegais”, palco da habitação das camadas mais pobres da sociedade brasileira. Buscando alternativas para enfrentar a problemática habitacional, o Estado brasileiro desde a década de 40 vem criando alternativas por meio de programas habitacionais que deixaram a população de baixa-renda excluída do acesso ao mercado formal da moradia. Após a descentralização administrativa em 1988, estados e municípios passam também a atuar ainda que timidamente no segmento habitacional. A cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) vem desenvolvendo desde 2011 com recursos próprios, oriundos dos royalties do petróleo, o programa habitacional Morar Feliz que entregou somente na sua primeira etapa (2011/2012) 5 426 moradias em 14 conjuntos habitacionais, situados em 10 bairros da cidade, dando sequência à segunda etapa, ainda em andamento. A pesquisa realizada neste trabalho buscou analisar por meio de entrevistas as percepções dos moradores contemplados com a casa popular do programa Morar Feliz acerca do atual contexto de moradia, identificando suas formas de adaptação, as relações de sociabilidade e participação no contexto do novo território. Esta análise possibilitou a compreensão destes cenários e as formas de vivência das famílias moradoras dos conjuntos no enfrentamento das dificuldades cotidianas. Constatou-se que estes conjuntos estão atualmente distantes do acesso pleno à cidade em sua totalidade, pois estão marcados pela dificuldade no que tange à mobilidade urbana e pela ausência de serviços públicos essenciais à vida. Ao considerar a importância do direito à cidade a todo e qualquer cidadão, considera-se também que, estes espaços criados pelo poder público demandam acompanhamento, apoio e investimentos frente às necessidades existentes.

**Palavras-Chave:** Segregação. Território. Moradia. Habitação Popular. Direito à Cidade.



## ABSTRACT

The historical trajectory of urban and housing issue in Brazil reveals an excludent perspective, making it the peripheral areas, and also the "illegal", stage housing the poorest of Brazilian society. Seeking alternatives to address the housing problem, the Brazilian government since the 40s has created alternatives through housing programs that have left the population of low-income excluded from access to formal housing market. After the administrative decentralization in 1988, states and municipalities also start to act although timidly in the housing segment. The city of Campos dos Goytacazes (RJ) has been developing since 2011 with own resources from oil royalties, the housing program "Morar Feliz" that delivered only in its first stage (2011/2012) 5 426 houses on 14 housing projects, situated in 10 city neighborhoods, continuing to the second phase, still in progress. The survey conducted this study objective to analyze through interviews the perceptions of the residents of the popular houses of "Morar Feliz" program about the current context of housing, identifying forms of adaptation, relations of sociability and participation in the context of the new territory. This analysis allowed to understand these scenarios and ways of living of families that lives in these places facing daily difficulties. It was found that these territories are currently far from full access to the city in your totality, because they are marked by difficulty with regard to urban mobility and the absence of essential public services to life. When considering the importance of the right to the city to all citizens, it is also considered that these spaces created by the government require assistance, support and investments front to existing needs.

**Keywords:** Segregation. Territory. House. Popular housing. Right to the City.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BNH** – Banco Nacional de Habitação

**CAPs** – Caixas de Aposentadorias e Pensões

**CEHAB** – Companhia Estadual de Habitação

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CIEPs** – Centros Integrados de Educação Pública

**COHAB** – Companhia de Habitação

**CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social

**CREAS** – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

**EMHAB** - Empresa Municipal de Habitação e Saneamento

**FCP** – Fundação da Casa Popular

**FJP** – Fundação João Pinheiro

**FNHIS** – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

**FNRU** - Fórum Nacional de Reforma Urbana

**IAPs** – Institutos de Aposentadorias e Pensões

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografias Estatísticas

**IBH** – Instituto Brasileiro de Habitação

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**MCMV** – Minha Casa Minha Vida

**MNRU** – Movimento Nacional de Reforma Urbana

**NA** – Não se aplica

**NR** – Não respondeu

**NS** – Não soube

**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento

**PCE** – Projetos e Consultorias de Engenharia

**PMCMV** – Programa Minha Casa Minha Vida

**PMCG** – Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

**PNHU** – Programa Nacional de Habitação Urbana

**PNHR** – Programa Nacional de Habitação Rural

**PROFILURB** – Programa de Financiamento de Lotes Urbanos

**SMFAS** - Secretaria Municipal da Família e Assistência Social

**SNHIS** – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

**UENF** – Universidade Estadual do Norte Fluminense

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Evolução da Taxa Percentual de Urbanização Brasileira (1940-2010).....	52
<b>Tabela 2</b>	Evolução da Taxa Percentual de Urbanização – Por regiões brasileiras (1940-2010).....	53
<b>Tabela 3</b>	Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – Região Norte Fluminense (RJ) – Ano: 2010.....	83
<b>Tabela 4</b>	Posição do município de Campos no ranking nacional do IDH.....	85
<b>Tabela 5</b>	Déficit Habitacional Básico – Campos dos Goytacazes – 2010 .....	86
<b>Tabela 6</b>	Déficit Habitacional por componentes – Campos dos Goytacazes – 2010 .....	88
<b>Tabela 7</b>	Conjuntos Habitacionais – Morar Feliz 1. <sup>a</sup> Etapa.....	91
<b>Tabela 8</b>	Conjuntos Habitacionais entregues – Morar Feliz – 2. <sup>a</sup> Etapa.....	92
<b>Tabela 9</b>	Conjuntos Habitacionais Morar Feliz com previsão de entrega – 2. <sup>a</sup> Etapa... ..	93
<b>Tabela 10</b>	Perfil dos moradores dos conjuntos segundo Sexo, Idade e Cor.....	109
<b>Tabela 11</b>	Perfil dos entrevistados segundo Sexo, Idade e Cor.....	110
<b>Tabela 12</b>	Utilização de outros cômodos como dormitório.....	112
<b>Tabela 13</b>	Tipo do domicílio anterior.....	113
<b>Tabela 14</b>	Formas de acesso à equipamento educacional.....	139

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Composição do Programa Nacional de Habitação Urbana.....	70
<b>Quadro 2</b>	Critérios de priorização do acesso ao Programa MCMV em Campos dos Goytacazes.....	95
<b>Quadro 3</b>	Atribuições dos órgãos responsáveis pelo programa Morar Feliz.....	98
<b>Quadro 4</b>	Acesso ao Transporte Público Coletivo por conjunto.....	135

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Esquema sobre a Teoria de Causação Circular .....29
- Figura 2** Detalhamento do modelo da casa do Programa Morar Feliz .....90

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Índice de Desenvolvimento Humano – Campos (1991-2010) .....84

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>1. A Formação das Cidades e as Desigualdades Sócio-Espaciais .....</b>	<b>19</b>
1.1 – Um olhar sobre o surgimento do urbano numa perspectiva crítica.....	19
1.2 – As consequências do modo de produção capitalista e sua interferência direta nas problemáticas urbanas.....	26
<b>2. Urbanização e Habitação no Brasil: Permanências, Rupturas e Avanços.....</b>	<b>43</b>
2.1 – Os Fundamentos da Terra no Brasil.....	43
2.2 – Da formação das cidades no Brasil às suas transformações.....	48
2.3 – Programas de Habitação no Brasil: Moradia para quem?.....	60
<b>3. A experiência da cidade de Campos dos Goytacazes no segmento habitacional e o Programa Morar Feliz.....</b>	<b>73</b>
<b>4. Programa Morar Feliz sob a ótica do beneficiário: Metodologia e Resultados da Pesquisa.....</b>	<b>101</b>
4.1 – Metodologia e Fonte das Informações da Pesquisa.....	101
4.2 – Resultados e Discussão. A percepção dos moradores das casas populares do programa morar feliz sobre o novo contexto de moradia.....	108
4.2.1 – Perfil dos Entrevistados.....	108
4.2.2 – Moradia.....	112
4.2.3 – Sociabilidade.....	156
4.2.4 – Programa Morar Feliz.....	168
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>175</b>
<b>Referências.....</b>	<b>179</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>187</b>
<b>Apêndice.....</b>	<b>199</b>

## INTRODUÇÃO

A questão habitacional no Brasil nos remete à um passado marcado por intensa exclusão do acesso à moradia, visto o rápido crescimento urbano provocado pela industrialização, tendo causado profundas alterações no perfil do país, que passou, após este processo, a ter a maioria de sua população vivendo nas zonas urbanas. Este movimento, marcado pela ausência de políticas públicas, provocou um desenvolvimento urbano excludente e segregacionista, pois as famílias de baixa renda e as desprovidas dela ficaram distantes do acesso formal da moradia, buscando desenvolver suas vidas nos lugares que lhes restaram. Para a maior parte da população sobram os espaços periféricos, desvalorizados pelo mercado imobiliário e aqueles cujas legislações urbanística e ambiental consideraram impróprios à construção (ROLNIK, 2008).

Partindo de uma concepção histórica, apesar das intervenções do Estado brasileiro no campo da habitação desde a década de 40, o contexto de exclusão no segmento habitacional ainda persiste, pois muitas famílias, inclusive as de renda mais baixa, não conseguiram acessar a casa própria dentro da legalidade. Todavia, a autoconstrução e edificações de moradias nas áreas periféricas e de risco passam a ser um cenário comum na realidade das cidades brasileiras. Logo, os espaços “esquecidos” e cuja importância e valor de sua terra não afetam o mercado, passam a ser o destino de moradia das famílias pobres.

A problemática da moradia sob a lógica da ilegalidade constitui hoje um grande desafio para o poder público, pois, além destes espaços terem se expandido e até mesmo se organizado por conta própria, estão distantes de bens e serviços públicos mínimos à sobrevivência, bem como o acesso à própria cidade em que se inserem. Estes espaços além de situarem-se em áreas impróprias para a habitação propagam-se nas cidades pelos que não acessaram a casa própria via mercado formal e ficam submetidos à verdadeira informalidade da vida e/ou submetidos a qualquer decisão do poder público. Este tipo de ocupação foi sendo desenvolvida no Brasil, sendo consentida pelo Estado, que não ofertou locais adequados e moradias a esta população. Considera-se também o enraizamento da população nestes lugares, que integra a identidade de um povo, o sentimento de pertencimento.



Campos dos Goytacazes, município do estado do Rio de Janeiro, no qual se desdobrará a pesquisa, revela a realidade da ilegalidade na ocupação do espaço urbano, que vem sendo alvo da política pública habitacional proposta pela gestão municipal iniciada em 2009. Ainda vigente, esta gestão propôs por meio do programa Morar Feliz que as famílias residentes nas áreas de risco do município, público preferencial do programa, fossem reassentadas em conjuntos habitacionais, recebendo casas populares totalmente subsidiadas pelo governo.

O programa Morar Feliz teve seu trabalho estruturado em dois momentos, tendo iniciado com a primeira etapa desenvolvida entre os anos de 2011 e 2012, ofertando 5 426 casas populares, sendo 14 conjuntos habitacionais, espalhados em 10 bairros. Neste primeiro momento o programa atuou em aproximadamente 17 áreas de risco. A segunda etapa do programa está em andamento atualmente. Destaca-se que se trata de um trabalho estritamente realizado pelo município e que estas casas foram construídas com verba da receita municipal, via recebimento dos royalties e participações especiais do petróleo, sem estabelecimento de convênio com outras esferas, seja estadual ou federal. Nota-se que a referida cidade é privilegiada em seus recursos, o que lhe permitiu desenvolver autonomamente um programa habitacional como o Morar Feliz.

Pautando-se na discussão da moradia como um direito socialmente constituído, esta dissertação buscará contribuir para a discussão do assunto, tendo como foco a experiência do programa habitacional Morar Feliz. O principal objetivo deste estudo é analisar a percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais sobre o novo contexto de moradia, observando de que forma esta política pública habitacional, interferiu em suas vidas. Buscou-se compreender o olhar do morador sobre as mudanças ocorridas no cotidiano e as relações sociais travadas no novo contexto, analisando-as à luz das contribuições teóricas de autores como Santos (2012), Bourdieu (1998), Villaça, (2001), Elias e Scotson (2000), dentre outros.

A inclinação pelo referido tema se dá a partir de experiência profissional do pesquisador acumulada no programa Morar Feliz no período de dois anos (2011 e 2012), bem como em outros programas habitacionais, o que gerou o interesse por esta temática e de compreendê-la a partir da ótica do próprio usuário da referida política.

A estrutura deste trabalho se organiza, além desta introdução, em quatro capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo trata do espaço urbano e da interferência do modo capitalista de produção neste lugar, destacando as problemáticas daí decorrentes na formação das cidades. Neste momento também é evidenciada a participação do homem enquanto ator fundamental no seio da produção e reprodução do espaço onde cria e reproduz sua existência e suas relações.

O segundo capítulo aborda a realidade brasileira, considerando sua trajetória histórica na relação com a terra, com a formação do seu espaço urbano e suas problemáticas. Apresenta como enfoque a discussão das formas e mecanismos criados pelo Estado para enfrentar o problema da moradia, discutindo desde a Fundação da Casa Popular (FCP) criada em 1946 até as alternativas atuais do governo federal com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se neste momento as dificuldades encontradas principalmente pelas famílias de baixa-renda em acessar a moradia por meio dos programas habitacionais implementados no Brasil por diferentes governos.

No terceiro capítulo é esboçada a trajetória dos programas habitacionais desenvolvidos no município de Campos, considerando o passado histórico de sua realidade econômica, urbana e social e seu protagonismo na região norte-fluminense do estado do Rio de Janeiro. Como peça central deste debate encontra-se o programa Morar Feliz, seus critérios, objetivos e formas de implementação.

Finalmente, no capítulo quarto deste trabalho, são apresentados os resultados da pesquisa realizada para dar luz à discussão aqui proposta acerca da moradia nos novos territórios urbanos que vem modelando este município, com a chegada dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz. Neste capítulo é evidenciada a metodologia utilizada para realização da pesquisa, que teve como objetivo compreender a percepção do morador acerca do novo contexto de moradia e das relações sociais no novo território. Sob a forma de análise quanti-qualitativa, buscou-se por meio de observações participantes e entrevistas com moradores nos conjuntos habitacionais compreender melhor este cenário. Neste momento do trabalho, são analisados os resultados da pesquisa em especial sobre a representação da moradia, da sociabilidade e do programa Morar Feliz.

São identificadas as questões mais presentes na realidade destes moradores, que expostas por eles próprios, poderão ser problematizadas e pensadas com vistas a contribuir para um debate crítico acerca da moradia e das demais questões que a envolve. Diante deste quadro analítico, o presente trabalho busca proporcionar, através da aproximação com a realidade destes territórios, uma discussão que trate a moradia em sua amplitude, considerando as demais necessidades que ultrapassam o simples fato de receber a moradia, como o “sentir-se inserido” no contexto da cidade.

## **1. A Formação das Cidades e as Desigualdades Sócio-Espaciais**

Este capítulo traz uma proposta crítico-reflexiva sobre a formação do espaço urbano e das problemáticas daí decorrentes, com ênfase na questão da moradia. Para tanto será dividido em duas seções, a primeira cujo enfoque será dado às transformações históricas vinculadas à expansão do espaço urbano pensando a interferência do homem no seu processo de produção e reprodução, criando formas e significados que fornecem a base histórica para seu entendimento. A segunda seção segue a compreensão iniciada na primeira, enfatizando os reflexos da economia no espaço urbano, partindo da análise do modo capitalista de produção, buscando compreender as questões que intensificam o problema da moradia como a pobreza, a segregação sócio-espacial e os desafios ao direito à cidade.

### **1.1– Um olhar sobre o surgimento do urbano numa perspectiva crítica.**

A produção social do espaço está interligada com fatores como a política, a economia, a cultura, o trabalho, a distribuição da renda e as formas de gestão e organização do espaço pela população e pelo próprio Estado. A herança social e econômica de uma sociedade exerce influência direta sobre as formas de organização e acesso ao espaço. Segundo Castells (1983),

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais - entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço [...] uma forma, uma função, uma significação social. (CASTELLS, 1983, p. 181)

Trata-se de perceber o homem como aquele que produz transformações no espaço por meio de sua vida, sua cultura, seu trabalho, sua moradia, logo, sua história. É no espaço que o homem circunscreve suas condições de sobrevivência, onde materializa sua vida, busca meios e descobre caminhos para

viver. Conforme o pensamento marxista, o homem é o ser capaz de alterar a natureza, de transformá-la através de suas capacidades, incluindo aí a capacidade teleológica e o trabalho. Partindo dessa discussão, o homem, portanto, é aquele que por meio do trabalho pode desenvolver potencialidades aperfeiçoando seu modo de vida. De acordo com Castells ““o homem” transforma-se e transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho” (1983, p. 181). Através do materialismo histórico-dialético Marx vai dizer que a base da relação humana é produzida por suas relações materiais e a forma com que produzem os seus meios de sobrevivência. Para ele a análise da história humana diz respeito aos “indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento, quer das que ele próprio criou” (ENGELS, MARX, 1995, p. 67).

Pensando no modo de produção capitalista, o homem passa a ser o agente fundamental no processo de produção de produtos e mercadorias, na intensificação do lucro e na expansão da economia. Este modelo exige intensidade à vida do trabalhador, visto que este vende sua força de trabalho como mercadoria, fragmenta o saber-fazer a partir da divisão social do trabalho e torna-se alienado de toda a lógica que gerencia este modelo econômico, submetendo-se à ele para garantir a sobrevivência.

Parte-se desta discussão para o entendimento de que o espaço, portanto, é alterado de acordo com a interferência humana, ele se torna produto da tríade natureza-homem-trabalho. O trabalho surgiu para fornecer subsídios à vida do homem, como o alimento, por exemplo, ou seja, como uma atividade que produzisse conhecimento ao homem sobre suas capacidades e que atendesse às suas reais necessidades. Na sociedade capitalista o homem trabalha para sobreviver, submete-se à exploração, à intensa produção, a longas jornadas e a trabalhar conforme lhe é designado, de acordo com a necessidade do empregador. A partir do conceito de alienação de Marx é possível perceber o trabalhador como um ser “alienado” dos processos que o levam a submeter-se à lógica do capital mediante a exploração de uma classe sobre outra. Marx coloca o trabalhador como a “classe dominada”. Em sua obra em conjunto com Engels, afirma:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas, uma consciência e é em consequência disso que pensam na medida em que dominam enquanto classe e [...] que tenham uma posição dominante como seres pensantes [...] suas ideias são, portanto, as ideias dominantes de sua época. (ENGELS, MARX, 1995, p. 80)

No entanto, “[...] o processo de produção/reprodução do espaço se transforma em uma expressão espacializada do processo de produção/reprodução do capital” (CAMACHO, p. 73, 2010). A formação/transformação do espaço é resultado da sociedade e sua história e está, todavia, interligada ao modo de produção capitalista, que traz uma dinâmica própria à sociedade, atribuindo formas de vida e sobrevivência ao trabalhador. Para Milton Santos (2012) a relação do homem com o espaço é alienada quando ele não fez parte de sua constituição e formação. O trabalhador por sua vez, vende a sua força de trabalho, participa da produção, mas não se apropria dos frutos dela. Confirmando esta ideia, afirma Camacho (2010, p. 75, 76): “o trabalho e o produto do trabalho não pertencem mais ao trabalhador, pertencem agora ao capitalista que vive da exploração do trabalho alheio e tem como renda o capital”. A construção histórica dos espaços urbanos é marcada por um movimento contraditório, que envolve interesses divergentes entre classes na produção/reprodução da vida social.

Buscando o entendimento da formação do espaço enquanto categoria sociológica e a interferência do homem em seu desenvolvimento, destaca-se a visão de Castells:

[...] Não existe teoria específica do espaço, mas simplesmente desdobramentos e especificação da teoria da estrutura social, para prestar conta das características de uma forma social particular, o espaço, e de sua articulação a outras formas e processos dados historicamente. (CASTELLS, 1983, p 192)

No entanto, o autor destaca a importância de pensar o espaço sob a ótica do materialismo histórico, percebendo o espaço pela articulação histórica dos diferentes modos de produção, considerando importantes instâncias da estrutura social como a econômica, a político-institucional e a ideológica. Seguindo

o argumento, em sociedades onde a produção e o consumo são dominantes em seu contexto, a economia organiza a estrutura social, e, por conseguinte, a produção é a base organizadora do espaço. (CASTELLS, 1983).

Entender o processo de formação do espaço e sua transformação numa perspectiva histórica permite o avanço para a discussão do desenvolvimento urbano. Sociologicamente podemos levantar, segundo Castells (1983) dois sentidos para urbanização: a concentração espacial e o sistema de valores, atitudes e comportamentos (cultura urbana - oriunda da sociedade industrial capitalista). Segundo o autor, o urbano promove uma formação peculiar histórica do espaço pela população, resultado de uma densa concentração, articulado à uma estrutura social. O aglomerado urbano representa o centro, o local de gestão e domínio, e certamente, o poder. Na idade média, por exemplo, quando o poder concentrava-se nos senhores feudais, a cidade, em processo de formação, não exercia função de domínio, pois a decisão estava sob o poderio destes, apesar da tentativa e busca do predomínio pelos burgueses comerciantes das cidades. Mas ao ultrapassar esse modelo de dominação, a cidade se reveste de autonomia político-administrativa, e,

[...] Renasce a partir de uma nova dinâmica social [...]. Ela se edifica pela reunião de uma fortaleza [...] em torno da qual se organizara um núcleo de habitação e serviços, e de um mercado, sobretudo a partir das novas rotas comerciais abertas [...]. É esta especificidade política da cidade que faz dela um mundo próprio e define suas fronteiras enquanto sistema social. A ideologia de pertencer à cidade, prolongada até a sociedade industrial avançada, encontra seu fundamento histórico neste gênero de situação. (CASTELLS, 1983, P. 43).

A cidade constrói-se no enfraquecimento e na desestruturação de outros setores como o campo, a economia agrária, doméstica e manufatureira recebendo novos modelos econômico-industriais. A acentuada migração do campo para a cidade foi um fator decisivo neste processo. De acordo com Lefebvre,

[...] Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...]. (LEFEBVRE, 2001, P. 474).

Seguindo esta assertiva, destaca-se a perda do predomínio do campo para as novas forças que imperam na cidade, o comércio, a indústria e a centralidade político-administrativa. Com a divisão sócio-técnica do trabalho, o campo absorve a técnica, o trabalho manual, enquanto a cidade o trabalho intelectual. A cidade passa a absorver o campo ganhando sua centralidade frente à sociedade como um todo. Apesar de a cidade ter sido criada anteriormente ao processo de industrialização, foi este modo que organizou o espaço urbano enquanto expressão do modelo capitalista de produção, caracterizando a sociedade moderna. Na América Latina, por exemplo, de acordo com Castells (1983) a migração rural-urbana foi o elemento determinante no processo de urbanização, cujo desenvolvimento estava “determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial” (CASTELLS, 1983, p. 106).

O surgimento das cidades foi instrumento essencial para o impulsionamento da expansão capitalista e seus meios exploratórios de produção na vida dos trabalhadores, que deu ênfase à cidade como espaço central da produção e decisão. Segundo Castells: “[...] a indústria coloniza e provoca a urbanização, [...] organiza inteiramente a paisagem urbana” (1983, p. 45). No campo ideológico, o autor destaca a urbanização como sendo:

Processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre um certo espaço, onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana). (CASTELLS, 1983, p. 47).



O espaço urbano representa um lugar socialmente organizado pelo homem, pelo modo econômico de produção e seus resultados. A divisão da sociedade em funções e classe sociais nos remete claramente sua identidade diante do modelo de organização capitalista, que busca dominar e gerenciar o território a partir das relações desenvolvidas. Logo, “na verdade, só o homem – as classes sociais – estrutura as cidades”. (VILLAÇA, 2001, p. 70).

Com base na discussão dos espaços urbanos, fruto da dinâmica das relações sociais e econômicas a partir do modo de produção capitalista, pode-se destacar as contribuições de Max Weber, que vai pensar a cidade fazendo uma construção teórica por uma “tipologia das cidades”. Ele faz uma análise das cidades e suas relações econômicas, identificando-as por tipologias, como: “cidades de consumidores”, “cidades de produtores”, “cidades de comerciantes” e “cidade de agricultores”. A partir dessas tipologias, tratou também da importante relação campo - cidade, estando o primeiro na condição de provedor de alimentos e o segundo como o portador da indústria e do comércio, representando uma “economia urbana” onde se estabelecia de um lado a “economia própria” e de outro a “economia nacional”. Ele vai analisar as cidades como o espaço da economia, da produção, do consumo, da mercadoria, do capital financeiro, o local onde está a sede do governo, detalhando este espaço como:

[...] Um povoado cujos habitantes, em sua grande maioria, não vivem do produto da agricultura, mas sim da indústria e do comércio. [...] Um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas (WEBER, 1999, p. 409).

Portanto, a cidade é o lugar onde estão presentes os meios centrais do sistema capitalista de produção, é neste espaço que se entrelaçam as relações de consumo, trabalho e vida. Segundo Weber, “[...] a cidade não é apenas uma acumulação de moradias mas também uma associação econômica” (1999, p. 414).

É necessário destacar que Weber (1999) vai trazer a sua concepção de cidade, observando o crescimento e a influência do comércio neste espaço, e como ele se constrói, mas não faz referência à classe operária, aos subordinados, àquela

que vive em precárias condições de vida e moradia, a qual Marx atribui principal evidência em suas discussões.

Não se pode deixar de pensar então, na significação da cidade, enquanto um espaço que se ordena historicamente a partir de elementos como o consumo, a mercadoria, o trabalho, as relações econômicas e sociais, a moradia, a política, o Estado, etc. Mediante o processo de exploração o qual se submete o trabalhador, é preciso destacar as precárias condições de moradia e saneamento que estão presentes em seu território. Pensar na situação da classe trabalhadora é um ponto importante para pensar o contexto da cidade como um espaço de desenvolvimento da economia, mas também como o espaço das ausências, do avanço da pobreza e da miséria. É relevante destacar a afirmação:

Mas, para viver, é necessário, antes de mais, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico, é pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental [...] (MARX, ENGELS, 1995, p. 69).

Logo, a ausência de recursos aparece como um fator da desigualdade, que para Marx não provém de um processo natural, mas de um processo historicamente construído, cujo homem, trabalho e exploração estão intimamente ligados. Para Marx “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho”. (MARX, 2006, p. 67). Ele afirma que “só neste estágio é que a propriedade privada pode consolidar o seu domínio sobre o homem e tornar-se [...] o poder histórico-mundial” (ibid, p.134,135). A ausência de meios para ter uma vida digna, principalmente a falta de moradia já era observada por Marx quando fala sobre o “colossal lucro que os proprietários das casas recebem dos pobres”, referindo-se àqueles que viviam sob a forma de “aluguel”, de propriedades pertencentes aos donos de indústrias. Expõe expressivamente uma passagem que vale ser explicitada:

O selvagem na sua caverna – elemento natural que lhe é oferecido livremente para seu uso e proteção – não se sente como estranho; pelo

contrário, sente-se tão bem nela como peixe na água. Mas a habitação em caves dos pobres é uma habitação hostil, “um poder estranho, constringente, que só lhes rende em troca de sangue e suor”. Não podem considerar como sua casa [...]. Sentem-se antes na casa de outra pessoa, na casa de um estranho, que todos os dias se encontra à espreita e o expulsa (ibid, p.157).

A problemática habitacional e o crescimento dos espaços urbanos intensificam-se, não podendo estar a percepção destes fenômenos desvinculadas das transformações econômico-históricas ocorridas ao longo dos anos. É sobre esta questão que irá tratar a seção a seguir.

## **1.2 – As consequências do modo de produção capitalista e sua interferência direta nas problemáticas urbanas**

A problemática da moradia é uma questão de longa data e que a cada dia revela a falta de acesso da população pobre, trabalhadora à casa própria. A casa cedida, alugada e autoconstruída são as alternativas encontradas por esta população para viver e abrigar sua família. A moradia representa uma expressão da produção e reprodução do espaço social, pois os homens através da moradia entendem o seu território como sua pertença e fazem dele o lugar da familiaridade, da troca, das relações, construindo sua moradia de acordo com suas condições. Engels (1957) apud Castells (1983) aponta para a substituição de homens por máquinas, do desemprego em massa expressado pelo termo “exército de reserva”, do caos da crise industrial, apontando para a crise da moradia, que não se remete ao acaso, mas por ser necessária, não deixa de existir.

Parece haver, no entanto uma questão por detrás desta crise, do não acesso à moradia, que é a própria organização de um tipo de mercado, o imobiliário, que tem força e domínio sobre os territórios e principalmente sobre os imóveis.

Castells (1983, p. 222) destaca “a importância do tema especulação e a dependência da questão da moradia em relação às leis econômicas que regularizam o mercado”, deixando clara a evidência deste em provocar este distanciamento do acesso à moradia para as camadas mais pobres da população. Ainda ressalta que “trata-se de uma defasagem necessária entre as necessidades, socialmente definidas, da habitação e a produção de moradias e de equipamentos residenciais” (CASTELLS, 1983, P. 224). Envolve um mercado que está pronto a produzir moradias como uma mercadoria, um produto acabado, criado para atender às mais variadas necessidades do consumidor, de acordo com seu “status” e expectativas em relação ao espaço que deseja morar. Com base na discussão desse mercado que busca o lucro através da habitação, é importante mencionar a reprodução de “uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma cotidianidade geradora de satisfações [...]”. (LEFEBVRE, 2001, p. 32). Cabe mencionar que:

[...] A moradia é um dos elementos essenciais da reprodução da força de trabalho. Como tal, ela segue os movimentos de concentração, dispersão e distribuição dos trabalhadores e também provoca, em caso de crise, um ponto de estrangulamento importante no processo de produção. Historicamente, a crise da moradia aparece primordialmente nos grandes aglomerados urbanos subitamente conquistados pela indústria. [...] (CASTELLS, 1983, p. 226).

A questão da moradia surge com a superlotação das cidades ocasionada pela industrialização. As cidades ao receberem este modelo de produção, receberam também trabalhadores que migraram da zona rural em busca de melhorias em suas condições de vida. É sabido que os proprietários das indústrias viabilizavam “moradias” para os operários em vilas industriais, em espaços precários, que os deixavam, extremamente vinculados ao controle da vida e do tempo pelo trabalho. Há um questionamento trazido por Lefebvre que se faz pertinente: “Não seria mais coerente, mais racional e mais agradável ir trabalhar no subúrbio e morar na cidade do que ir trabalhar na cidade e morar num subúrbio pouco habitável?” (LEFEBVRE, 2001, p. 83). O cenário de moradia do trabalhador é marcado pela insalubridade, precariedade das moradias e dos espaços urbanos,

ausência de saneamento, dentre outros. Logo, aumentava-se o potencial de produção, cresciam as indústrias, enquanto as cidades permaneciam em estados caóticos e insalubres, sem estrutura para abarcar o crescimento populacional que daí se segue. Cresce o mercado de produção e consumo, cresce a população, cresce a especulação, cresce a desigualdade, cresce, portanto, a crise habitacional. Seguindo esta discussão, Lefebvre contribui ao argumentar sobre a realidade francesa no século XIX: “os subúrbios sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego da industrialização [...], responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”” (LEFEBVRE, 2001, p. 24). E ainda acrescenta: “a dificuldade maior, teórica e prática, vem de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos de cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 81).

É a problemática da moradia uma questão de urgência na vida do trabalhador, que submetido à lógica do sistema capitalista de produção vê-se “amarrado” e incapaz de prover sua moradia com o próprio salário. O difícil acesso à moradia para os pobres é reforçado e reproduzido pela especulação imobiliária, que vai ganhando força e domínio nas cidades. A moradia representa “um quadro pré-construído, produto de um processo sócio-econômico geral e sua ocupação ocorre conforme as leis da distribuição social” (CASTELLS, 1983, p. 248). A distribuição da moradia e a escolha dos seus locais seguem, portanto,

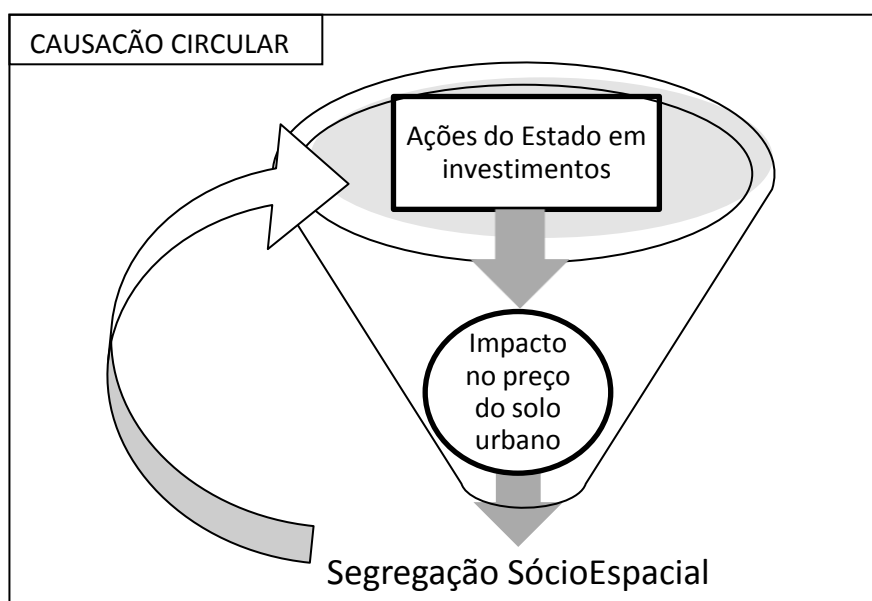
As leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos [...] em função de suas rendas, de seus status profissional, de níveis de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. (CASTELLS, 1983, p. 249)

Este é um processo que obedece, portanto as características dos grupos que irão adquirir a moradia, mas também à lógica deste mercado que continua inviabilizando o acesso à moradia para os mais explorados, os trabalhadores pobres, que terão que buscar seus meios de acordo com as possibilidades que lhes restam. Isso gera o que podemos chamar de “segregação sócio-espacial”, uma forma de organização do território, que separa grupos e/ou

classes sociais afins em determinados espaços, que oferecem aquilo que eles têm capacidade e condições de consumir.

Diante desta discussão das desiguais formas de desenvolvimento dos espaços, destacaremos o conceito de segregação espacial a partir da visão de Vetter e Massena (1981), baseada na “Teoria de Causação Circular”<sup>1</sup>, que aponta para a geração de benefícios públicos em determinados locais do território, a partir dos investimentos realizados. A concepção traz como fundamento o entendimento de que os investimentos urbanísticos e os impactos pós-investimentos distribuídos pelo Estado podem acarretar intensas transformações no território e conseqüentemente no cotidiano das pessoas, ampliando as desigualdades socioespaciais. É possível perceber principalmente os efeitos dos investimentos públicos no preço do solo urbano, conforme ilustrado na Figura 1, a seguir:

**Figura 1 – Esquema sobre a Teoria de Causação Circular**



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que a aplicação de recursos pelo poder público em serviços coletivos pode propiciar uma elevação nos valores dos imóveis, terrenos e aluguéis, reforçando o “poder de classe dos proprietários fundiários na instituição da

<sup>1</sup> Inicialmente utilizada por Myrdal (1968).

propriedade privada” (VETTER, MASSENA, 1981, p. 56). Logo, “em virtude dessa causalção circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade” (MYRDAL, 1968, p.33-34). Com base nisto, podemos observar alguns condicionantes práticos na valorização da localização residencial como a construção de algumas empresas, shopping center’s, equipamentos públicos (escola, praça, posto médico, hospital), reformas e construções de vias públicas, entre outros. No entanto, “o espaço cria desigualdades, uma vez que a localização de cada novo serviço favorece ou desfavorece os que se acham ao alcance dele, e, assim sendo, redistribui os benefícios e os malefícios” (SMITH, 1974, apud VETTER, MASSENA, 1981, p. 58). Segundo David Harvey, “mudanças na forma espacial da cidade e conseqüentemente nos processos sociais provocam mudanças na renda do indivíduo” (HARVEY, 1980, p. 42).

Segundo para além das contribuições de Vetter e Massena, Villaça (2001) reforça a importância de se notar também o contexto espacial como fruto da estrutura social, considerando a conjuntura econômica, política e ideológica. Villaça observa o espaço urbano como um campo de luta de classes, portanto, esta luta vai interferir diretamente na produção do espaço, gerando a segregação. Seguindo as percepções deste autor, vale destacar citação de Castells (1978), que observa:

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e, há uma estratificação urbana correspondente a um sistema de estratificação social e, no caso em que a distância social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana. (CASTELLS, 1978, Apud VILLAÇA, 2001, p. 148).

Desta forma, percebe-se que há uma segregação entre espaços, mas também entre classes sociais, por mais próximas que elas possam estar no território. Seguindo esta tendência, “no entanto, por todo o espaço metropolitano, formas precárias de moradia vêm se expandindo de modo significativo, gerando uma crescente aproximação entre pobres e ricos no lugar de residência” (LAGO, 2000, p. 16). Entende-se que por mais heterogêneos que sejam os espaços urbanos na atualidade é possível notar que

Uma certa configuração espacial (a segregação) se faz necessária para viabilizar aquela dominação e aquela produção ideológica. Sem esta configuração, seria talvez impossível – ou extremamente difícil – a dominação e a desigual apropriação. [...] A segregação é um processo necessário para que haja tal dominação. (VILLAÇA, 2001, p. 46)

No entanto, faz-se necessária uma ressalva para as críticas identificadas em relação ao modelo dual de análise das configurações sócio-espaciais. Sobre esta questão nota-se o argumento acerca desta visão na redução do olhar sobre a cidade de forma “fragmentada”, dualizada na relação centro x periferia, ocultando a complexidade que envolve a formação dos espaços urbanos na atualidade (Lago, 2000). Segundo Lago (2000),

Mesmo que a noção de dualidade seja reducionista e esconda o grau de complexidade da estrutura social nos países centrais, não há dúvida sobre a crescente precarização das relações de trabalho e das condições de reprodução de parte significativa da classe trabalhadora. O aumento do desemprego, da instabilidade do trabalho e da mobilidade espacial e profissional não só afetou o nível de rendimento dos trabalhadores como propiciou a ruptura de laços sociais e do tecido organizativo desta classe. (LAGO, 2000, p. 31)

Dando sequência à discussão deste assunto, Villaça (2001) alega que a desigualdade manifestada no espaço urbano perpassa à dualização centro x periferia, destacando ainda que:

[...] O espaço urbano é intrinsecamente desigual. [...] O tipo de desigualdade mais frequentemente considerado é a disponibilidade de equipamentos e infra-estrutura e a qualidade das edificações entre o centro e a periferia, por exemplo. Essa desigualdade existe sem dúvida. Porém, há outra desigualdade tão ou mais importante como estruturadora do espaço urbano [...]. É a desigualdade fruto das diferenças de acessibilidade a todos os pontos do espaço urbano. A segregação das classes dominantes é um mecanismo necessário para otimizar a apropriação, em proveito delas, das vantagens do espaço desigual (VILLAÇA, 2001, p. 355).

No entanto, a partir das discussões postas em evidência acerca da segregação, compreende-se claramente que os espaços urbanos se produzem,



modificam e desenvolvem à medida que seu perfil vai se transformando, por meio do processo social, da renovação e criação de recursos, da acessibilidade e proximidades locacionais. A valorização deste espaço, portanto, está vinculada ao domínio sobre os recursos e este é um dos mecanismos geradores de desigualdades num sistema urbano.

Seguindo aos apontamentos da Teoria de Causação Circular esse desenvolvimento desigual faz com que os bairros onde residem os grupos de maior poder aquisitivo e intelectual, recebam mais investimentos ao passo que os bairros onde residem os grupos de menor escolaridade e provavelmente de baixa-renda não os obtenham, ou ocorrerá, porém, de forma bastante mínima e pontual. O processo de segregação:

Produz áreas de altas concentrações de famílias de alto rendimento que têm níveis elevados de demanda por serviços, notadamente pelos mais especializados (cinemas, boutiques, boas escolas particulares, etc.), o que por sua vez faz com que se elevem as condições de vida e demanda por habitação nas áreas em questão e, por isso mesmo, os preços de habitação. A concentração espacial de famílias de alto rendimento faz elevar o status social do bairro e, portanto, a atração que este exerce sobre tais famílias. (VETTER e MASSENA, 1981, p. 60)

Esta aproximação dos serviços à determinadas áreas, de acordo com Villaça, “são os escritórios e lojas – depois os *shopping center's* – que crescem na direção dos bairros residenciais de mais alta renda, e não o contrário” (2001, p. 319). Ou seja, a escolha locacional destes investimentos vai estar diretamente articulada com a capacidade de consumo dos moradores, logo, com sua classe social. Segue-se o argumento: “Urbano é o espaço estruturado pelas condições de deslocamento da força de trabalho enquanto consumidora (deslocamento casa-escola, casa-compras, casa-lazer e mesmo casa-trabalho)” (VILLAÇA, 2001, p. 330).

Este incremento de diferenciação dos espaços promove a especulação, supervalorizando os bairros com maior expressão dos investimentos e da população mais abastarda. Percebe-se aqui a forma seletiva e excludente de ocupação, onde os ricos escolhem onde desejam morar, à medida que os pobres aceitam o espaço que lhes restou, à margem da atenção e dos investimentos públicos. No entanto,

São as burguesias que escolhem a localização e direção de crescimento de seus bairros. [...]. Quanto mais essas camadas se concentram em determinada região da cidade, mais elas procuram trazer para essa mesma região importantes equipamentos urbanos (VILLAÇA, 2001, p. 320, 321).

A atuação do mercado imobiliário e a conseqüente valorização local, com a chegada dos investimentos, faz com que os pobres tenham que buscar seus espaços nas áreas periféricas. Segundo Mautner (1999, p. 253, 254), “a periferia é de fato um local onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local mutante”. Complementando sobre a conseqüência dessa desigual formação dos espaços o autor Milton Santos expõe:

[...] Pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso, contribuindo para que a pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade seja igualmente menor. (SANTOS, 2012, p. 111).

Os moradores das áreas periféricas e de assentamentos informais estão, portanto, inseridos nesse processo de segregação, estando, em sua maioria, distantes dos equipamentos básicos e necessários para obterem uma vida minimamente digna, como os serviços públicos de saúde, educação e cultura. Logo,

Há em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transportes (SANTOS, 2012, p. 111).

A cidade é um espaço complexo, um “emaranhado histórico de várias estruturas sociais, há misturas e combinações particulares na distribuição das atividades e dos status no espaço, por outro lado, toda sociedade é contraditória [...]” (CASTELLS, 1983, p. 250). Logo o espaço é dialético e a crise do acesso à moradia revela a contradição representada em sua organização e gestão. Ao mesmo tempo em que há interação entre espaços, há separação, há diferenciação no acesso, há

resistência, há luta entre classes e grupos sociais. Sendo assim, a questão da moradia mostra-se no âmago “da dialética conflitual para a apropriação social do produto do trabalho” (CASTELLS, 1983, p. 249). Para reforçar esta percepção segue-se citação de Villaça (2001, p. 148): “A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”.

A especulação imobiliária, que cresce intensamente a cada dia inviabiliza para muitos o acesso ao mercado formal da moradia. A crise da moradia toma grandes proporções, e aflora, portanto para uma consciência social, um “despertar” sobre o direito à moradia (LEFEBVRE, 2001). A falta de intervenção do Estado na questão da habitação mostra também outra característica deste quando da permissão da construção em locais irregulares, impróprios para moradia, como áreas de proteção ambiental, sujeitas às consequências de grandes catástrofes, pelas famílias pobres que não conseguiram comprar pelas vias legais seu lote, ou sua casa. Sendo assim,

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível [...]: excluídos da cidade, às portas do “urbano” (LEFEBVRE, 2001, 104).

O autor está chamando a atenção para a exclusão e para uma questão que é importante para o homem, a do pertencimento, que seria o sentimento de fazer parte, de estar integrado no sentido da união dentro de um conjunto ou grupo social. Logo, os espaços mesmo em processo de segregação resistem em existir, devido à sua busca pela integração, sendo este processo uma estratégia de classe, onde se vitimiza a classe operária (LEFEBVRE, 2001). Confirma-se ainda através deste autor a dimensão paradigmática da cidade, que “implica e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado” (LEFEBVRE, 2001, p. 70).

Como já destacado, os espaços são organizados pela humanidade e sofrem interferências de organismos importantes como o Estado, o mercado imobiliário e instituições privadas. Portanto, nota-se que o espaço fragmenta-se a partir dos modos e condições de vida de seus moradores, sendo a moradia o lugar da expressão de vida de cada morador, das formas encontradas para sua constituição e existência, sendo elas minimamente comuns com as dos demais ao redor. Segundo Lima<sup>2</sup>,

Habitar é um conceito plural, coletivo, se constituindo de um conjunto de atos ligados a práticas cotidianas. Habitar significa, entre outros sentidos dos quais o termo pode estar revestido, abrigar-se, como um ato de dirigir-se para o interior de um invólucro e nele permanecer. Neste sentido, habitar significa dominar, ou, ao menos, controlar a natureza pelo trabalho e pela técnica. [...] O ato de habitar tem uma outra dimensão: todos habitam e todos devem habitar. É uma dimensão que funda coletividades, que coloca homens e mulheres em um mesmo espaço organizado, o qual vai ser denominado de *comunidade*. (LIMA, 2007).

Essa compreensão permite o entendimento de que o ato de habitar expressa o pertencimento, ou seja, o “fazer parte” de um lugar, de um determinado espaço territorial e regional, que possui modos peculiares de vida, de cultura, de habitação, conseqüentemente de hábitos. O habitar pode ser visto “como aquilo que permitirá que as comunidades se reconheçam como tais em uma longa perspectiva histórica” (LIMA, 2007). Seguindo essa assertiva, Lefebvre (2001, p. 67) contribui com sua percepção: “A cidade envolve o habitar; ela é forma, envelope desse local de vida “privada”, ponto de partida e de chegada das redes que permitem as informações e que transmitem as ordens [...]”. Este lugar chamado cidade possui seus signos, seus grupos, suas expressões revelando as diversas formas do cotidiano dos seus habitantes.

A cidade revela as contradições que permeiam por entre os espaços urbanos, ela “tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”

---

<sup>2</sup> Lima, Adson Cristiano Bozzi Ramatis. *Habitar e habitus — Um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar*. Revista *Arquitextos*. Ano 08. Dez. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/183> - Acesso em: 20/09/2014.

(LEFEBVRE, 2001, p. 52). Seguindo o entendimento trazido ao longo do texto de que as cidades vêm sendo historicamente transformadas pode-se afirmar, portanto, que os “processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 57), estando submetidos à interferência deste processo durante sua construção ou destruição. Segundo Lefebvre (2001) a cidade vem sendo vista como produto e não como obra, ou seja, tem perdido suas características fundadoras e os resquícios destas têm servido apenas como lembrança. A cidade para este autor precisa ser apreendida através de um movimento dialético, compreendendo a relação continuidade-descontinuidade que expressa, as transformações nos modos de produção, nas relações “cidade-campo”, de classe e propriedade, apreendendo as relações sociais mais amplas e as mais imediatas dos homens.

Como resultado da industrialização, do enfraquecimento do campo, da urbanização e da interferência de elementos políticos, econômicos e ideológicos, o urbano se organiza e se intensifica ao longo dos anos, sendo o lugar da transição constante, do cotidiano, da vida. O urbano para Lefebvre (1983, p. 86) “é uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro”. E acrescenta,

Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível. (LEFEBVRE, 2001, p. 85)

Com base em Lefebvre, entende-se que a cidade constitui-se um “centro de agitação”, cujos “poder estatal e os grandes interesses econômicos só podem então conceber apenas uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana” (2001, p. 84). O autor está sempre destacando que a cidade vem se transformando, deixando de ter valor de uso, e obtendo valor de troca, ou seja, de consumo. Percebe-se então que a cidade representa a centralidade, o lugar do trabalho, da economia, da produção, do turismo, da arte, do consumo, da moradia, das relações, da política, etc. Todavia,

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo, agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto [...]. Depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade [...] (LEFEBVRE, 2001, p. 51, 52).

A cidade, portanto, é construída e tem sua continuidade a partir de um movimento histórico no curso do desenvolvimento da sociedade. Seguindo o contexto das discussões que envolvem o espaço urbano, segue-se então para o contexto das relações sociais, a partir de George Simmel (2005). Este autor trouxe um debate de grande valia para o estudo do tema em discussão, observando a forma pela qual as cidades interferem na vida dos indivíduos.

Através de uma abordagem moderna de cidade, Simmel (2005) vai apresentar a cidade grande como o lugar da relação do homem com as coisas, da troca, da economia, um lugar de “intensificação da vida nervosa”, do relacionamento distante, de uma vida “anímica”, intelectual e numa busca individual pelas coisas. A vida na grande cidade se encontra num emaranhado de situações como o consumo, o trabalho, o aprendizado, os relacionamentos, a vizinhança, o trânsito, a pontualidade, a impessoalidade, a agilidade, etc. Este espaço urbano se renova e transforma constantemente à medida que novas coisas e as novas pessoas chegam, passam por ele, e o modificam. Logo, nota-se que é um movimento dialético entre o indivíduo e o espaço urbano, um lugar marcado por uma racionalidade capitalista, afetando o modo de vida das pessoas e como elas se relacionam.

Simmel (2005) aponta que o homem, por transitar em diversos lugares na grande cidade, se depara com pessoas desconhecidas e diferentes, o que o faz restringir ainda mais seu relacionamento. O ato de ignorar o outro se torna um fato normal, através do comportamento blasé<sup>3</sup>. Expõe que o indivíduo neste lugar tende a sentir tamanha liberdade, que se desprende das preocupações e relações estreitas vividas no campo, ao mesmo tempo em que tende a se sentir sozinho em meio à multidão. Fazendo um contraponto, nota-se que Max Weber (1999) já

---

<sup>3</sup> O “caráter Blasé” é um termo utilizado por Simmel para se referir à incapacidade do indivíduo de reagir a novos estímulos, expressa por uma intensificação intelectual, onde o significado das coisas torna-se nulo. O indivíduo se torna reservado, apático, indiferente.

expressava essa ideia em seu conceito de cidade alegando que, do ponto de vista sociológico, as cidades eram [...] “um povoado, isto é, um assentamento com casas contíguas, as quais representam um conjunto tão extenso que falta o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes” [...] (WEBER, 1999, p. 408).

Percebe-se aqui que desde a formação das cidades e seu crescimento acelerado, esse relacionamento distante entre as pessoas já era um fator percebido. Simmel (2005) argumenta que a cultura na vida moderna causa um retrocesso na espiritualidade do indivíduo, substituindo subjetividade por objetividade, causando uma atrofia na personalidade, graças ao sucesso da divisão social do trabalho; que segundo ele, incapacita cada vez mais o homem a superar esta lógica de cultura objetiva imposta. Na visão de Simmel (2005), o indivíduo:

[...] Foi rebaixado [...] a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que gradualmente lhe subtraiu todos os progressos, espiritualidades e valores e os trasladou da forma da vida subjetiva à forma da vida puramente objetiva. (SIMMEL, 2005, p.588)

O autor trata essa atitude “anímica” como um “reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa” (SIMMEL, 2005, p. 581). Essa organização monstruosa de coisas e potências a que Simmel (2005) se refere nos oferece a oportunidade de lembrar os pensamentos de Marx sobre a alienação do trabalhador em relação às coisas, ao seu trabalho, ao seu contexto de vida, sendo explorado extensivamente, reduzindo sua capacidade de reflexão. Segundo este autor: “Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”. (MARX, 2006, p. 111). A partir de Simmel, “o essencial no terreno da psicologia econômica é que nas relações mais primitivas se produz para o cliente que encomenda a mercadoria, de modo que produtor e freguês se conhecem mutuamente”, já na grande cidade moderna, [...] “produz para fregueses completamente desconhecidos”. (SIMMEL, 2005, p. 579). Complementando esta ideia Lefebvre indica que “a cidade capitalista criou o centro de consumo. [...] O duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2001, p. 130). Para confirmar esta colocação destaca-se fala de Harvey:

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. (HARVEY, 2005, p. 64).

Com o crescimento do mercado, da tecnologia e do incentivo ao consumo exacerbado presente nas sociedades modernas é possível notar a mudança, inclusive, nas formas de comunicação e relacionamento dos indivíduos. De acordo com Lefebvre,

É quase evidente que na sociedade dita moderna, a simultaneidade se intensifica, se densifica, e que as capacidades do encontro e da reunião se consolidam. As comunicações se aceleram até a quase-instantaneidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 94).

Seguindo este argumento, ele acrescenta que além da simultaneidade, “a dispersão aumenta: divisão do trabalho levada até suas últimas consequências, segregação dos grupos sociais, separações materiais e espirituais” (LEFEBVRE, 2001, p. 94).

A partir dessas influências na modificação das relações, nas novas formas de produção e consumo, pode-se dizer que o papel das grandes cidades é, senão, gerar estímulos, oportunidades, como também o lugar do conflito, do “espírito contábil”, da liberdade e possui um lugar único “no desenvolvimento da existência anímica” dos indivíduos (SIMMEL, 2005, p. 589). Trata-se não das “cidades-fortaleza” que Weber tratou na sua obra “Economia e Sociedade”, como um lugar vigiado e seguro na antiguidade e na Idade Média, mas de uma cidade moderna e grandiosa, que recebe pessoas, se movimenta e transforma o tempo todo, de um espaço de impessoalidade, de sentimentos contraditórios. Pode-se afirmar que compreender o espaço urbano requer uma observação deste lugar chamado cidade e de sua representação na vida do homem.



Simmel (2005) observa a relação do indivíduo em espaços cotidianos como a praça, o café, a rua, as calçadas, etc. Hoje podemos pensar nesses espaços, enquanto lugar de consumo e consumo de lugar, mas pensando além, como a questão do forte incentivo ao consumo de produtos altamente tecnológicos e a forte influência de tecnologias como a internet e os aparelhos modernos, como o celular, dentre outros, que permitem uma rápida aproximação entre pessoas e também a troca mútua de dados instantaneamente. Com base nas observações de Simmel (2005), é possível notar que o homem se torna produto do espaço e o espaço produto do homem. Ambos se inter-relacionam e reconstroem, segundo seu tempo histórico.

Sabe-se que o processo de segregação, conforme anteriormente exposto neste trabalho, transforma uma única cidade em mundos diferentes e desiguais, os locais mais e menos privilegiados são isolados entre si, os equipamentos públicos como praças, hospitais, escolas, creches nem sempre estão acessíveis a todos, locais de sociabilidade e cultura como teatros, museus, *shopping center's* e cinemas ficam ainda mais restritos à população da periferia. De acordo com Lefebvre “Social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) visam a segregação” (2001, p. 98).

Esse processo desigual que a cidade desenvolve é fruto da coisificação da vida humana, implementada pelo capitalismo, que faz com que as relações sejam frágeis e distantes. Dando sequência ao pensamento crítico que tentou-se construir, poderíamos dizer que o espaço urbano é o lugar das contradições, da dialética do real, da influência capitalista na vida do homem, que aponta para a necessidade de uma superação. É preciso uma reflexão acerca das condições sociais e materiais em que estão inseridos os moradores de favelas e aglomerados urbanos, que são vítimas da exclusão e do acesso à moradia, bem como, do direito à cidade. Logo,

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das “satisfações” que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela (LEFEBVRE, 2001p. 118).

A realidade parece oferecer vários extravios à percepção da situação de ausências a que vive o trabalhador, marcado por um quadro de pobreza e distância daquilo que realmente pode ser chamado de cidade. Este encontra-se afastado dos principais equipamentos de lazer, transporte, educação, saúde e cultura. Henri Lefebvre confirma esta ideia dizendo que

Mudariam a realidade se entrasse, para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc). (LEFEBVRE, 2001, p. 139).

O autor está agregando um valor à cidade que demonstra a importância de seu uso com dignidade, com acesso, com troca, com luta, alegando que o *“habitat”*, ou seja, a vida embutida da historicidade própria de cada grupo ou indivíduo está empobrecida e reduzida à sua cotidianidade. À esse urbano revestido de uma ideologia dominante do consumo, do luxo e dos prazeres ele desafia a busca pelos valores perdidos.

Segundo Lefebvre, “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (2001, p. 134). É preciso dar relevância à moradia, como um dos principais e mais importantes elementos da vida do homem.

Reforça-se que a segregação, bem como a divisão social do trabalho tende à fragmentação da sociedade e ao enfraquecimento das lutas sociais. O trabalhador precisa ser notado como fundamental no processo de luta e busca por mudanças, pois, “se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através da mediação de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso” (LEFEBVRE, 2001, p. 123). No entanto, o trabalhador é na cidade, sujeito social, aquele capaz de quebrar ideologias, e a principal delas a do consumo, buscando agregar valor à cidade, valorizando o humano, a obra e não o material, o produto, prezando pelo *“habitat”*, ou seja, pela sua constituição no espaço que está inserido. Seguindo esta linha de pensamento, “mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter

da sociedade aqueles bens e serviços mínimos sem os quais a existência não é digna. [...] Sem isso, não se dirá que existe o cidadão". (SANTOS, 2012, p. 157, 158).

É preciso que os governos pensem não apenas na problemática da moradia, mas de toda aquela que a cidade e que o urbano enfrenta, compreendendo-as em sua globalidade. Mas, antes de tudo, é preciso que a classe trabalhadora reconheça o seu potencial de enfrentamento na questão do urbano para transgredir contra aquilo que o dissolve.

## **2. Urbanização e Habitação no Brasil: Permanências, Rupturas e Avanços.**

Este capítulo divide-se em três seções. A primeira seção irá abordar a significação social da terra e as relações que se fundam na sociedade brasileira. Propõe-se uma observação das formas de poder estabelecidas e a relação desigual do acesso à terra, valendo também ser abordado o espaço da cidade, como fruto do desenvolvimento deste processo em discussão.

Seguindo este debate, na segunda seção será abordada a trajetória histórica do processo de urbanização no Brasil apontando elementos importantes para pensar a questão da habitação. Terão destaque as problemáticas historicamente vivenciadas como as ocupações ilegais em áreas de risco e periferias e seus reflexos na atual situação urbana e habitacional do país, apontando para a problemática da moradia na realidade brasileira.

Na terceira seção o enfoque central será a política pública habitacional no Brasil, seus impasses e suas transformações ao longo dos anos, abordando as formatações políticas e econômicas existentes durante seu desenvolvimento. Far-se-á uma reflexão pensando a oferta da moradia enquanto política pública essencial e necessária neste contexto, considerando o déficit habitacional e as lutas sociais travadas na busca pela democratização do espaço urbano e de soluções para os problemas insurgentes, bem como os avanços percorridos.

### **2.1 - Os Fundamentos da Terra no Brasil: Uma questão de poder e cultura**

O Brasil revela uma linha histórica bastante excludente e controversa para pensar o urbano, basta trazer à mente momentos históricos importantes que envolvem o território desde as invasões das terras indígenas até os nossos dias atuais. Ao pensar o território é preciso pensar também em relações de poder, pois, apesar de cada território ser marcado por diferentes formas de dominação, há sempre profundas diferenças entre os atores e as condições sociais dos mesmos, o que faz a luta pelo território ser uma luta de forças desiguais, uma forma de

exercício de poder e manutenção das relações de dominação. Destaca-se que no Brasil

A ocupação do território ocorreu a partir do litoral, iniciando-se na Bahia e Rio de Janeiro. As *Capitanias Hereditárias* formavam faixas estreitas, a partir do litoral; seu comprimento dependia da capacidade do donatário em penetrar no interior do continente. Esse formato contribuiu para a conquista de amplos territórios no interior, que de outro modo teriam ficado nas mãos dos espanhóis. A falta de mão de obra para o trabalho na agricultura e nos engenhos de açúcar levou à formação de entradas e bandeiras, que avançaram pelos sertões, em busca de índios e pedras preciosas. Os bandeirantes fundaram cidades e conquistaram amplo território para Portugal. (SOUZA, 2009, p. 158)

O domínio do território brasileiro pelos portugueses ocorreu de forma brutal sobre a terra, até então, povoada pelos índios, que lutaram intensamente para defender seu espaço. Nesse embate muitos índios foram presos, vendidos como escravos ou dominados pelos jesuítas que converteram a muitos e os fizeram de mão de obra. Neste momento não somente os Portugueses, através do confronto militar, mas também os jesuítas utilizaram formas de dominação sobre os índios. É preciso destacar a riqueza da organização social indígena, conforme ilustra Pierre Clastres (2003). Segundo o autor, os índios, se organizavam politicamente entre chefias e líderes que deveriam desenvolver a paz, ser generosos e ter o privilégio da oratória. A questão do poder aqui presente se refere aos privilégios da chefia e sua capacidade de organizar pacificamente seu povo e a coerção e/ou soberania do chefe só ocorreria, nos casos de guerra. Na vida indígena, o chefe não utiliza seu poder para atuar com violência e subordinação, e para se manter como chefe depende da aprovação do grupo. Segundo Clastres essas sociedades

[...] Presentiram muito cedo que a transcendência do poder encerra para o grupo um risco mortal, que o princípio de uma autoridade exterior e criadora de sua própria legalidade é uma contestação da própria cultura; foi a intuição dessa ameaça que determinou a profundidade de sua filosofia política. (CLASTRES, 2003, p. 61).

Logo, o poder dotado de coerção se revelava à sociedade indígena como um embate à sua própria cultura, que preservava a pacificação entre os

povos. Para Clastres (2003) o poder é uma realização concreta da cultura, ou seja, ele vai se definir de acordo com cada realidade e princípios de determinado grupo. O autor Geertz (1989), propõe em sua discussão um olhar para a cultura como “[...] um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções – para governar o comportamento” (p.56). Nesse sentido, o homem precisa da cultura para coordenar sua conduta, ela é essencial a um grupo, a uma sociedade. Confirmando esta consideração, Geertz expõe:

Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens. Somando tudo isso, nós somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura. (GEERTZ, 1989, P. 61).

Diferentemente do modelo indígena, o qual retratado, o poder exercido pelos estrangeiros na dominação das terras brasileiras, foi altamente violento e agressivo e fez com que a população indígena se dispersasse, fosse escravizada e abrisse mão de sua fortaleza, sua cultura. Aqui se percebe uma forte relação de poder, mas de um poder dotado de força, coação e imposição de um novo formato de vida, a presença do Estado. A escravização indígena ocorreu no início da colonização no Brasil. Os índios deveriam trabalhar com a terra, na plantação e cultivo, um trabalho de esforço intenso, diferenciado daquele que os índios estavam acostumados, onde o tempo de descanso era fundamental após a caça. A melhor saída para a economia da época, foi buscar, então, mão de obra barata, com a exploração dos negros africanos, visando um melhor desempenho neste trabalho, nas lavouras, já que estes já eram acostumados a este tipo de trabalho.

Portanto, a partir de 1757 o Brasil passa a ter como escravos os negros transportados pelo Navio Negreiro, marcando então, a abolição da escravidão indígena. O homem negro torna-se mercadoria de troca neste processo, suplementando o desenvolvimento das atividades econômicas. Esse modelo fortaleceu os colonizadores, a estratificação da sociedade, organizada entre senhores e escravos, com uma pequena classe intermediária entre padres e comerciantes. O padrão aristocrático de sociedade demonstrava de forma mais

acentuada as relações de poder através da coerção, com a dominação de uns mais poderosos, sobre outros, mais fracos e dependentes, os escravos.

No período colonial (1530-1785), por exemplo, o Brasil era dominado pela Coroa Portuguesa, que comandava o país gerenciando todo o seu território. Com relação às terras, em 1534 se estabelecem as capitânicas hereditárias, terras concedidas pela Coroa Portuguesa aos capitães donatários<sup>4</sup>, nobres portugueses, escolhidos dentre os que bem se relacionavam com ela, e tinham a responsabilidade de proteger, explorar, organizar e dividir as capitânicas. As terras depois de divididas pelos capitães eram chamadas de “sesmarias” e eram destinadas aos escolhidos<sup>5</sup> pela nobreza como forma de concessão de uso da terra. Nota-se aqui uma questão evidente, a da seletividade. Apenas os escolhidos pela Coroa recebiam terras, sendo que a grande maioria estava fora dessas possibilidades. A concessão da terra somente era feita aos brancos, como os europeus e católicos, sendo negado o acesso aos negros, judeus e pobres. Os que recebiam as terras estavam condicionados a cuidar, explorar, produzir e ocupar o espaço concedido, tendo que pagar à Coroa os devidos tributos. Caso contrário, a Coroa teria direito de revogar a concessão e repassar a outra pessoa. Por isso, nesta época, os que não conquistavam o direito às terras só poderiam fazê-la de forma clandestina. Aqui fica claro o formato seletivo do acesso à terra, condicionando àqueles que possuíam certo grau de aliança com a Coroa ou com os nobres, ficando os pobres totalmente distantes do alcance a este bem.

O modelo Colonial, por exemplo, foi uma forma aristocrática, bem aproximada do modelo Feudal, rigorosa e rígida de administração da terra. O engenho<sup>6</sup> no Brasil tinha forte relevância econômica e social no modelo colonial. Os senhores de engenho formavam a autoridade de maior poder e concentravam em seu meio os cargos políticos da época. Ele reproduzia sob as bases aristocráticas, onde estavam totalmente rebaixados, os escravos, seu poder através das suas riquezas e autoridade. A igreja estava também subordinada a essa forma de domínio político.

---

<sup>4</sup> Essas terras eram vinculadas a ele e sua família e transferidas de geração em geração.

<sup>5</sup> Denominados “Sesmeiros”.

<sup>6</sup> Grande extensão de terra, normalmente, destinada ao plantio de cana de açúcar.

A partir da Criação da Lei de Terras em 1850 foi viabilizada a permissão de compras e vendas de terras, mediante valores, determinando também uma regulamentação das terras pelos latifundiários. Aqui se exclui novamente do processo, aqueles que não possuíam condições de comprá-las e regulamenta os detentores do espaço territorial. Não dá pra não perceber a nitidez da concepção excludente e individualista de propriedade que se funda no Brasil desde os tempos da colonização, além de reforçar ainda mais o poder centralizador do Estado. Enquanto os proprietários de terra se firmavam e asseguravam seu bem, os que não possuíam terras migravam para as cidades e tinham que dar conta de suas carências materiais através do trabalho.

Seguindo a discussão das relações de domínio, retomando o foco central da discussão, a apropriação dos territórios no Brasil, portanto, foi sendo realizada por aqueles que detinham o maior poder, ficando os índios, negros e pobres sem direito ao acesso à terra, subordinando-se aos que a conquistavam. Vale destacar que, no passado, visando a modernização brasileira, os burgueses dispensavam os modos do comportamento cultural brasileiro devido ao desejo pelas tendências culturais europeias. Todavia, os índios eram vistos como um passado superado e os pobres excluídos e explorados eram olhados com desprezo.

Esta forma desigual de ocupação do espaço territorial brasileiro foi deixando rastros ao longo dos anos e o direito à terra, à moradia e à cidade foram conquistas lentas na vida dos cidadãos brasileiros. As cidades se desenvolviam, cresciam e a pobreza, a fome, a violência e a miséria eram problemas não somente sociais, mas também urbanos. A autora Ermínia Maricato (2006) chama a atenção para o vínculo estabelecido entre o território e as relações de poder historicamente construídas no Brasil, destacando o formato patrimonialista aqui vivenciado, cujo poder pautava-se nas relações de troca, de favor, também conhecido como “clientelismo”.

A ausência de terra, de moradia, de espaço para aqueles que não detêm o poder e a riqueza, é um fator que se discute atualmente, mas que permeia na nossa realidade há séculos. O quadro histórico das cidades brasileiras, conforme será trabalhado a seguir, nos revela hoje o quanto as transformações urbanas no Brasil assistiram a processos humano-exploratórios que perpassam desde o poder



da terra até o poder do capital nas cidades com a industrialização, tema que discutiremos ao longo da seção a seguir.

## **2.2 - Repensando a urbanização brasileira: Da formação das cidades no Brasil à suas transformações.**

As cidades no Brasil, em suas fundações iniciais possuíam uma forte dependência do mundo rural, elas eram o centro regulador da economia, onde muitos dos seus moradores trabalhavam ou ainda tinham alguma relação com o campo. De acordo com Clastres:

As cidades são criadas pelo Estado; é por isso que as cidades [...] são tão antigas quanto o Estado; onde há Estado, há cidade; onde há exercício da relação de poder, há distinção cidade/campo". (CLASTRES, 2012, p. 244).

O comércio surge como atividade central das cidades, organizado autonomamente por burgueses e camponeses foragidos da subordinação de seus senhores. A atividade comercial, por sua vez, foi crescendo e obtendo sua relevância no meio econômico, tomando espaço, inclusive o dos proprietários de terra. No Brasil, com a abolição dos escravos, em 1888, a base da economia, oriunda das propriedades territoriais do meio rural, foi estremecida, pois a mão de obra barata dos negros permitia aos senhores de terras grandes lucros e custos mínimos como moradias em alojamentos precários e pouca alimentação.

Com o advento da República e o desenvolvimento comercial, a força do mundo rural foi intensamente abalada. Sob influência de ideias positivistas, como o progresso nacional e desenvolvimento, o Brasil vive o momento de industrialização, marcado pela instalação de grandes potências fabris, o que acentuou ainda mais as relações comerciais. A industrialização foi o momento que

tonificou intensamente o crescimento e a autonomia das cidades perante o mundo rural.

A partir dos anos 1930, e mais intensamente nos anos 50, inúmeros trabalhadores, migraram da zona rural para a zona urbana, com o objetivo de trabalhar nas cidades, o que remete-nos a compreendê-lo como o grande impulso da urbanização brasileira. Este foi o ápice do crescimento populacional das cidades brasileiras, que recebiam milhares de pessoas em busca de melhores condições de emprego e vida. Trabalhadores chegavam às cidades, sendo que grande parte vinha do campo. Em 1950, com os novos impactos econômicos, políticos, sociais e ambientais, o Brasil passava por um inchaço populacional, concentrado nas áreas industriais, devido à migração intensa de pessoas para as cidades.

Desenvolvia-se no Brasil, uma classe que tomava força e poder, a burguesia urbana, que estava envolta das grandes relações comerciais. A cidade, portanto, foi o recurso necessário ao desenvolvimento do capitalismo, pois permitiu que os trabalhadores, enquanto classe dominada pelo modo de produção, se submetessem às explorações dos capitalistas, às longas horas de trabalho e precárias condições de vida e moradia. Segundo Rolnik e Klink:

[...] Na produção capitalista do espaço urbano e regional, as cidades representam uma arena privilegiada no processo de acumulação, mas os atores sociais tradicionalmente excluídos da sua função social não têm conseguido se apropriar devidamente dos frutos do crescimento econômico. (ROLNIK e KLINK, 2011, p. 61).

Logo, a grande massa trabalhadora que vivia com sua família nas cidades industriais em busca de melhores condições de vida, encontrava-se à própria sorte, quanto à proteção social do Estado e, principalmente no que tange à questão da moradia. Para ilustrar e confirmar a ideia de exclusão efetivada sob as bases da opressão é essencial dar destaque ao importante pensamento de Clastres que afirma:

Se a sociedade é organizada por opressores capazes de explorar os oprimidos é que essa capacidade de impor a alienação repousa sobre o uso

de uma força, isto é, sobre a própria substância do Estado “monopólio da violência física legítima” [...]. (CLASTRES, 2012, p. 216).

Podemos compreender que o Estado numa sociedade é a legitimação da força e do poder e sempre estará reforçando as bases de uma determinada classe social, a dominante, que vai estar sempre explorando os menos favorecidos, os dominados.

Neste cenário de controvérsias as cidades brasileiras cresciam e na esfera econômica, crescia a inovação na produção agrícola. Para Oliveira Viana (1956, p. 55): “O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. [...] É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização”. Pode-se então perceber a centralidade do campo na trajetória histórica do Brasil, como “o ponto de partida” para importantes avanços na produção econômica do país<sup>7</sup>, o que alavancou o incessante crescimento das cidades. De acordo com Milton Santos, a industrialização ao tomar intensidade<sup>8</sup> se revela

[...] Em sua ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações [...], e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2013, p. 30).

Mas foi na década de 1960, após o golpe de 64<sup>9</sup>, que condições foram criadas para que houvesse uma expansão econômica no mercado brasileiro, recebendo modernização na produção agrícola e crescimento na produção industrial, passando a atender ao mercado interno e externo. A produção econômica tende a modernizar-se ao longo dos anos através do investimento em novas tecnologias (SANTOS, 2013). Segundo Milton Santos,

---

<sup>7</sup> Com destaque para a região de São Paulo, inicialmente (no séc. XIX) o maior polo dinâmico do Brasil com a produção de café, posteriormente se incluem na arena o Rio de Janeiro, Minas Gerais e alguns estados do Nordeste, alavancando a produção e a exportação de açúcar, cacau, minérios e café. (SOUZA, 2009).

<sup>8</sup> Mais precisamente na década de 1940/50, quando o poder público fortalece o mercado interno causando transformações no território e na economia (SANTOS, 2013).

<sup>9</sup> No Brasil, o “Golpe de 64” foi um evento histórico, cujo poder do governo se estabelecia no formato militar, ficando a população sob seu domínio. Neste período (64-85) de “Ditadura Militar”, qualquer resistência ao governo era respondida com repressão. Duras medidas foram tomadas pelo governo por meio dos Atos Institucionais (AI's) e a resistência popular exigindo liberdade e redemocratização do país ocasionou duras torturas, exílio do país e morte de muitas pessoas.

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, conforme avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e diversidade de sua produção (ibid, 2013, p. 44).

Para o autor é possível perceber que “quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento e a produção de riqueza” (SANTOS, 2013, p. 58). Estes novos desenhos se dão pela facilidade das transações, do acesso aos territórios e da velocidade da informação, proporcionados pelo avanço tecnológico, pois “a integração dos transportes e das comunicações (rapidamente modernizados) necessária à visão panóptica do território, é, [...] condição material para a difusão [...] de atividades industriais e agrícolas altamente capitalistas” (ibid, 2013, p. 109).

No entanto, é possível notar que os processos de industrialização e urbanização são fenômenos interligados entre si, que, certamente no caso brasileiro foram determinantes para expandir a formação das cidades e propiciar sua integração com o campo e a conexão entre regiões de forma cada vez mais intensa. Seguindo a compreensão de Maricato, “a cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2000, p. 155), e confirmando essa ideia, Déak (2010) ressalta que “o trabalho assalariado – vale dizer, o desenvolvimento do capitalismo -, a industrialização e a urbanização não são apenas inseparáveis ou inter-relacionados: são um só processo” (DÉAK, 2010, p. 16). Este processo complexo permite que haja uma cadeia exploratória de forças divergentes na sociedade, onde o poder econômico se sobrepõe a tudo. No entanto, “nós temos que pensar a urbanização como um campo de luta de classes” (HARVEY, 2013, p. 49), ou seja, como um lugar de interesses diversos e posições diversas. Esta percepção pode ser claramente aplicada à realidade brasileira que revela um panorâmico histórico de lutas de interesses heterogêneos que permeiam nas cidades até os dias atuais.

É relevante destacar que o Brasil na década de 1940 apresentava uma taxa percentual de urbanização de 31,24 %, chegando a alcançar em 1970 o

percentual de 55,92 % marcando um aumento de 24,68 pontos percentuais em apenas três décadas<sup>10</sup>. Já em 2000 a taxa percentual de urbanização brasileira chegou a 81,23 % alcançando 84,36 % conforme constatado no Censo de 2010, como mostra a tabela 1:

**Tabela 1 - Evolução da Taxa Percentual de Urbanização Brasileira (1940-2010)**

<b>Período</b>	<b>Taxa Percentual de Urbanização</b>
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,67
1970	55,92
1980	67,59
1991	75,59
2000	81,23
2007	83,48
2010	84,36

Fonte: Censo IBGE 1940-2010.

Quanto à variação do crescimento urbano regional, a região que mais cresceu em urbanização foi a Sudeste com a taxa percentual em 39,42% nos anos 40, chegando a 82,81% na década de 80 apontando um aumento de 43,39 pontos percentuais em quatro décadas. Em 2010 esta região registra o quantitativo de 92,95 % de urbanização (tabela 2).

Após a região Sudeste, as regiões que seguem na posição de maior nível de urbanização em 2010 são as regiões Centro-Oeste com 88,80 % e Sul com 84,93 %. A região com menor nível de urbanização foi a região Nordeste que alcançou 73,13 % em 2010, próximo ao resultado da região Norte que demarcou 73,53 % em 2010 (tabela 2).

<sup>10</sup> Fonte: CENSO IBGE 1940/2010. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>

**Tabela 2 - Evolução da Taxa percentual de urbanização – Por regiões brasileiras (1940-2010)**

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9	84,93
Centro-Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,8

Fonte: Censo IBGE 1940-2010.

A evolução observada na taxa de urbanização segue as determinações históricas evidenciadas neste trabalho, como a industrialização e as transformações dela decorrentes, em especial os movimentos migratórios. Nota-se que “entre 1970 e 1980, a região metropolitana de São Paulo acolheu 3 351 600 imigrantes e a do Rio de Janeiro 1 337 600. Essas duas áreas absorviam, sozinhas, um elevado percentual do total de 7 881 400 imigrantes [...] do país”. (SANTOS, 2013, p. 87).

Para complementar a questão da urbanização brasileira e sua intensificação, Maricato (2006) destaca: “[...] A sociedade brasileira se urbanizou praticamente no século XX. O Brasil começou o século com 10 % da população nas cidades e terminou com 81%” (MARICATO, 2006, p. 211). Neste processo observa-se que,

A urbanização vertiginosa, coincidindo com o fim de um período de acelerada expansão da economia brasileira, introduziu no território das cidades um novo e dramático significado: mais do que evocar progresso ou desenvolvimento, elas passam a retratar – e reproduzir – de forma paradigmática as injustiças e desigualdades da sociedade. (ROLNIK e SAULE JÚNIOR, 2002, P.23).

Ao longo dos anos a expansão urbana brasileira ocorria e com ela cresciam os problemas nas cidades, produzindo imensa desigualdade territorial e

social. Nota-se que “há um jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza” (SANTOS, 2013, p. 60), ou seja, uma disputa desigual.

Partindo deste argumento, é possível dar início à compreensão do processo de formação das periferias e dos espaços improvisados no Brasil, pois a intensa aglomeração e o inchaço populacional verificados no cenário brasileiro fizeram com que pessoas sem moradia e condições econômicas necessárias para obtê-la, utilizassem formas alternativas como estratégia de vida, principalmente em relação à habitação, através da autoconstrução<sup>11</sup>. Portanto,

A caracterização do processo de autoconstrução tem sido comumente feita a partir de um conjunto de elementos que, articulados, permitem sua consecução mesmo em um quadro de extrema carência de recursos. Assim, o grupo familiar autoconstrutor depende de montar uma “estratégia de sobrevivência” que será determinante no processo de produção da habitação [...] (VALLADARES, 1982, p. 51).

As famílias pobres buscavam formas próprias na construção de suas moradias. A ocupação ilegal ocorria enquanto uma estratégia da família que não conseguia comprar a casa própria, pois “no Brasil onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, [...], a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização” (MARICATO, 2000, p. 155). Segundo Azevedo (2007) a autoconstrução foi uma forma predominantemente utilizada na edificação de moradias pelas famílias de baixa renda, alertando que estas não receberam em sua maioria apoio de linhas de crédito, desde as primeiras intervenções do governo no campo habitacional, confirmando o quadro excludente das políticas habitacionais no Brasil ao longo dos anos. Segundo o autor,

Ao definir formas de apropriação e utilização do espaço permitidas ou proibidas no contexto de uma economia de mercado extremamente hierarquizada e marcada por profundas desigualdades de renda, a legislação urbana brasileira termina por separar a “cidade legal” – ocupada pelas classes médias, grupos de alta renda e apenas por parte dos setores populares – da “cidade ilegal” destinada à maior parte das classes de baixa renda. (AZEVEDO, 2007, p. 14)

---

<sup>11</sup> Uma forma informal cujo morador se faz responsável pela construção do seu imóvel, contando com seus próprios meios, de acordo com suas possibilidades.

Nota-se que a proposta de financiamento habitacional feita em 1990 pelo Estado brasileiro atendia famílias com renda acima de 10 salários mínimos (MARICATO, 2000). Logo,

Nem políticas públicas e nem mercado privado responderam às necessidades do assentamento da população migrante das cidades. Ela se deu, portanto, sem financiamento público ou privado, sem o conhecimento técnico organizado, sem seguir a legislação (MARICATO, 2006, p. 213).

Segundo esta autora o processo de ocupação do solo urbano no Brasil foi institucionalizado pelo mercado imobiliário e pela ausência de políticas sociais (MARICATO, 2000). É possível perceber, de acordo com Santos (2013), que

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. [...] Mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. [...] A urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 2013, p. 105).

Um exemplo típico desse panorama caótico foi a cidade do Rio de Janeiro, que viveu por muitos anos sem qualquer tipo de infraestrutura, e quando privilegiada com obras e saneamento beneficiava-se apenas o centro da cidade, sendo os pobres expulsos dessas áreas, buscando alojamento nos morros, formando as chamadas “favelas”<sup>12</sup>, sendo reconhecidos como os “favelados”<sup>13</sup>. A nomenclatura “aglomerados subnormais” foi a designação dada pelo IBGE para caracterizar estes espaços, que de acordo com o Instituto,

É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das

---

<sup>12</sup> Atualmente substitui-se comumente o termo favela por comunidade. O IBGE designa como “aglomerados subnormais” os diversos tipos de assentamentos irregulares no país como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais\\_informacoes\\_territoriais/default\\_informacoes\\_territoriais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm)

<sup>13</sup> Que ou quem mora em favela. Fonte: Dicionário Aurélio.



características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)<sup>14</sup>.

Esses locais, de acordo com a realidade evidenciada anteriormente, estavam fora do cenário urbano e da atenção pública e seus moradores viviam sem o mínimo de segurança e saneamento. As moradias precárias como cortiços, barracos de tábuas e de materiais recicláveis, vendas de lotes em áreas irregulares, bem como as construções em áreas de risco geológico - que podem transformar moradias em catástrofes - foram notáveis no ordenamento territorial brasileiro. Nessa realidade, observamos que:

A crise encontra na periferização a saída mais conveniente tanto para o trabalhador, que por falta de alternativas vai criando expedientes como a autoconstrução, que possibilita a obtenção de uma moradia precária, quanto para a forma específica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. (BONDUKI, 1982, p. 161).

A periferia aparece como o único espaço disponível ao pobre que em busca de um lugar para tomar como seu, desenvolve suas relações, seu mundo, sua casa. Os moradores destes locais, conforme destacado, marcados pelo estigma da pobreza, da ausência (da lei, do estado e das políticas públicas) em todos os níveis de atenção e proteção, ficam desamparados e ao mesmo tempo responsáveis por organizar o seu espaço, e por que não dizer o “seu” território. Segundo Santos, “como o número de pobres se expande ainda mais depressa, há pressão pela terra também entre os pobres, e o resultado é uma expansão geográfica da cidade, periferização que se dá com a criação de vazios [...]” (SANTOS, 2013, p. 125).

Com o passar dos anos, aumenta-se o índice das construções de moradias em locais inadequados, fatores estes que acarretam riscos à vida e ao meio ambiente. Maricato (2006) afirma que esse problema

---

<sup>14</sup> Fonte: Site do IBGE.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>

Não se restringe a uma questão formal – ser legal ou não –, pois implica muitos aspectos negativos que acompanham o crescimento urbano, como a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como beiras de rios, de córregos, de lagoas, mangues, reservatórios de água potável, dunas, áreas de matas e florestas, encostas instáveis, várzeas, etc (MARICATO, 2006, p. 213).

Todavia, “as consequências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias, etc” (MARICATO, 2000, p. 163). Logo, a ilegalidade dos espaços não regulados pelo Estado reforça a ideia de exclusão, uma vez que os moradores vivem sem condições mínimas de saneamento, urbanização e lazer. Além disso, encontram-se, em sua maioria, distantes de equipamentos públicos básicos (como hospitais, escolas, postos de saúde e creches), e de equipamentos culturais e sociais (como praças, espaço esportivo, teatros, cinemas, etc.), bem como os de mobilidade urbana (transporte público e escolar).

É notório, portanto, nesta realidade a inacessibilidade das camadas mais pobres à determinadas esferas. Segundo Lago (2000, p. 25) “a noção de exclusão social ou nova pobreza está relacionada à esfera do trabalho e à esfera da sociabilidade”, referindo-se à instabilidade empregatícia e o enfraquecimento da articulação da classe trabalhadora.

Retomando a temática da segregação, mas, neste momento, especificamente sobre o caso brasileiro, pode-se observar a organização espacial e sua heterogênea formação. De acordo com Lago,

Foi na década de 1970 que a favela passou a ser vista como resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização brasileiro, responsável pelo intenso crescimento demográfico dos centros urbanos do sudeste via migrações campo-cidade. Assim o processo de favelização seria uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que desenvolveu no país, especialmente a partir da década de 50. (LAGO, 2000, p. 39)

O que é possível notar neste processo é a heterogeneidade que estes espaços precários vão revelar ao longo dos anos quando na década de 80 há novas

formas de “expulsão” dos próprios pobres da periferia por meio da construção de novos espaços e novas valorizações comerciais e residenciais. Observa-se um novo formato imobiliário introduzido que busca inovar nos investimentos em locais mais afastados da área central. Portanto,

A escala e o padrão de segregação vem se alterando em função dos novos produtos residenciais lançados no mercado pelo capital incorporador e pelas estratégias de sobrevivência de uma população pauperizada pela crise. (LAGO, 2000, p. 44).

Este novo padrão de segregação é também “gerado pela produção de condomínios fechados nas áreas periféricas associado à mobilidade espacial de uma classe média também empobrecida e à procura da casa própria a custos mais baixos” (LAGO, 2000, p. 51, 52). A diversidade começa a ser instituída na periferia, que torna-se um espaço complexo e contraditório.

No Brasil, observa-se na região Sudeste e principalmente no Rio de Janeiro a migração das famílias pobres para outras áreas, inclusive para áreas centrais, formando e expandindo as favelas e proporcionando também o crescimento das periferias, revelando “[...] um duplo percurso da pobreza na metrópole: uma parte estaria se deslocando para a periferia e outra parte estaria se deslocando para os cortiços nas áreas mais centrais” (LAGO, 2000, p. 51). A mudança na configuração sócio-espacial trouxe novos arranjos e novos conflitos na ordenação do território. Pensando na realidade do Rio de Janeiro, por meio de sua pesquisa a autora ressalta:

Constata-se que houve uma ampliação do espaço periférico e de suas carências em direção às franjas da metrópole. [...] O padrão de desigualdades não se alterou: mantém-se a centralidade na metrópole e aprofundam-se as desigualdades sociais entre o centro e sua periferia. [...] Porém há indícios de que o espaço metropolitano chegou aos anos 90 mais fragmentado socialmente. [...] Trata-se da segregação de ricos e pobres em enclaves, isto é, em espaços fisicamente delimitados, sejam eles ocupações ilegais, sejam eles condomínios horizontais ou verticais dispersos no espaço metropolitano. Maior distância social entre o centro e sua periferia, não significa necessariamente, menor diversidade social desses espaços. (LAGO, 2000, p. 223, 224).

No entanto, as ocupações ilegais são alternativas altamente utilizadas por moradores das cidades brasileiras e que merecem atenção do Estado. De acordo com Maricato “não é em qualquer localização, entretanto, que a invasão de terras urbanas é tolerada. Nas áreas valorizadas pelo mercado a lei se aplica”, logo, “o direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade” (MARICATO, 2000, p. 161). Nota-se, portanto, a forte ausência de ações governamentais voltadas para a problemática da moradia desde os primórdios do agravamento do quadro habitacional brasileiro. De acordo com Santos,

O próprio poder público torna-se criador privilegiado da escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer. (SANTOS, 2013, p. 123, apud SANTOS, 1990).

É possível perceber a tendência de “legitimação das favelas por parte do poder público, quando as remoções passaram a ser descartadas e as favelas passaram a servir como válvula de escape para a ausência de programas habitacionais” (LAGO, 2000, p. 227), destaca a autora ao se reportar ao caso do Rio de Janeiro no ano de 1982.

É possível ver que em alguns espaços específicos das cidades a lei se aplica, enquanto em outros não há nenhum vestígio de sua atuação, sendo a ilegalidade uma questão deixada para ser pensada a longo prazo. A violência urbana, por exemplo, “cresce a partir dos anos 80, tem relação com esse universo que desconhece normas, não só para o uso e a ocupação do solo, mas também para resolução de conflitos” (MARICATO, 2006, p. 213). A ausência de soluções pelo estado nestas áreas tanto no que tange a urbanização, infraestrutura urbana, mas também de segurança, impulsiona aos moradores a buscarem suas próprias soluções aos conflitos vivenciados.

Com base nas reflexões de Maricato (2006) é possível pensar nesta lenta intervenção do Estado na produção de moradia relacionando-a diretamente com o modelo econômico capitalista, entendendo que a ilegalidade da moradia

aparece como “um dos elementos centrais da desordem urbana [...] identificada na ocupação irregular do solo urbano e na segregação territorial” (*ibid.*, p. 214).

A grande preocupação do estado ao longo dos anos em fortalecer a economia, e, conseqüentemente, beneficiando os detentores dos grandes capitais, fez com que as famílias pobres ficassem à mercê da própria sorte. De um lado, o marketing do consumo e a força que tomam as grandes empresas no território brasileiro, e de outro, um cenário de grande pobreza e uma produção em série de moradias em locais irregulares e inseguros. Segundo Santos,

[...] A modernização contemporânea inclui uma produção extrovertida, o triunfo do consumo dirigido e desculturalizante, a despolitização da política e o desmaio da cidadania, com a instalação de regimes fortes, [...], com imposição de enormes sacrifícios às populações envolvidas (SANTOS, 2013, p. 116).

No entanto, apesar da imensa problemática habitacional no Brasil, as soluções foram sendo pensadas pelo estado, porém, de forma lenta frente às demandas existentes, que carecem de soluções emergenciais. Mas há fatores históricos explicativos, que retardaram ainda mais o avanço da oferta habitacional no país, conforme será abordado na seção a seguir.

### **2.3 - Programas de Habitação no Brasil: Moradia para quem?**

Partindo da problemática da ilegalidade habitacional no Brasil, assunto tratado na seção anterior, serão evidenciadas nesta seção as alternativas criadas pelo governo para buscar soluções às questões relativas à habitação. Será feito um breve histórico da política habitacional brasileira e de seus desdobramentos no contexto econômico, político e social.

A primeira iniciativa no campo da habitação no Brasil foi a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, através do Decreto 9.218, como primeiro órgão voltado para a provisão de moradia para as famílias pobres. Pensada

para atender os problemas e demandas habitacionais da população de baixa renda, a FCP também deveria atuar no abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, assistência social, estudos e pesquisas, dentre outros (AZEVEDO, ANDRADE, 2011). De acordo com Azevedo e Andrade (2011) as metas e funções da fundação eram “pretenciosas” e “irrealistas”, pois a experiência e a tarefa eram desproporcionais à força, recursos e maturidade da mesma. Vale ressaltar, que neste período os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs e CAPs) já atuavam no segmento habitacional, porém, de forma seletiva, pois apenas os trabalhadores associados poderiam ser beneficiados.

Tendo como base a intervenção política na época, os moldes paternalista, autoritário e clientelista eram características presentes na intervenção da FCP. As decisões dos locais para construção das moradias, o acesso à senha para atendimento, e inscrição eram alvos desses tipos de ações. O acesso à casa própria era limitado e a condicionalidade da renda permitia apenas trabalhadores com salários mais elevados. Mediante a necessidade da população a oferta era limitada, o trâmite era muito burocrático, as filas eram numerosas e para conseguir a senha, o “conhecimento”, o “jeitinho” influenciavam.

Algo interessante de ser destacado é que havia fiscalização quanto à conservação e fins de utilização do imóvel, ao comportamento social e individual dos moradores, tendo como punição a perda do imóvel, inclusive para aqueles que se recusassem a receber funcionários da assistência social da fundação e/ou de prestá-los informações (AZEVEDO, ANDRADE, 2011). No entanto, “partia-se do pressuposto de que as classes populares não estavam preparadas para a vida em comunidade” (*ibid*, 2011, p. 13), ou seja, havia um controle do comportamento dos moradores por preocupação com a ordem social, buscando manter um vínculo de subserviência entre a sociedade e o estado.

Devido à esta lógica paternalista, os moradores não tinham altos custos, o Estado subsidiava quase de forma plena as moradias e não tinha o retorno financeiro necessário para os futuros investimentos. Há também que se destacar o difícil acesso dos moradores pobres à casa popular, pois além da baixa oferta, os critérios e formas utilizadas para seleção inviabilizavam um amplo acesso. Verificando as limitações da FCP, foram criadas novas alternativas que não

lograram êxito, como: o Banco Hipotecário, o Plano de Assistência Habitacional e o Instituto Brasileiro de Habitação (IBH).

Mas foi somente em 1964, com a crise do populismo, momento de repressão política, que foi pensado um novo formato para a política habitacional brasileira. Foi extinta a FCP e criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), responsável pela gestão financeira dos recursos voltados para a habitação, que recusava os ideários populistas, buscando uma linha de solução empresarial, substituindo o velho clientelismo pelo modelo militar. Surge também uma nova política por meio do Plano Nacional de Habitação (PNH), pois havia uma preocupação com as grandes massas que confrontavam-se com o modelo ditatorial. Neste formato o acesso também não foi ampliado, pois o modelo empresarial era alvo de grande inadimplência, tornando-se o BNH um banco de segunda linha, ou seja, responsabilizando o privado pelo crédito, o que não teve êxito.

As Companhias Habitacionais (COHABS) eram os agentes promotores do BNH para o mercado popular. As ofertas eram inicialmente para famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos, estendendo posteriormente para até 5 salários, o que gerou uma disputa entre os mais pobres e a classe média, que também passou a recorrer a este mercado devido à dificuldade do acesso a casa própria provocada pela especulação imobiliária. No entanto, Andrade e Azevedo ressaltam:

Sabe-se que os programas tradicionais das Cohabs tendem a privilegiar os setores melhor aquinhoados do mercado popular (três a cinco salários). Por meio destes não é possível atingir uma massa considerável das famílias que ganham mensalmente entre um e três salários. Isto significa que, a nível de políticas de habitação social, o governo continuará a dar prioridade aos setores populares vinculados diretamente ao mercado formal de trabalho, ou seja, aqueles que ganham salários mais altos, têm carteira de trabalho assinada, renda estável, etc. (ANDRADE; AZEVEDO, 2011, p. 92).

No entanto o alargamento do acesso fez com que as famílias mais pobres tivessem ainda mais dificuldade para alcançar a moradia. Cabe destacar que as COHABS passaram por três fases: 1 – Implantação e Expansão (64-69); 2 - Esvaziamento e Crise (70-74); 3 – Restauração (75/80). (AZEVEDO, ANDRADE, 2011). Ressalta-se que

Antes do regime autoritário, os trabalhadores obtinham estabilidades [...]. Para acelerar a modernização, o governo autoritário suprimiu a estabilidade e exonerou os patrões da responsabilidade financeira, quando demitem seus empregados [...]. A modernização da economia [...] é paga pelo conjunto da classe trabalhadora. E os recursos restantes são sobretudo utilizados com duas destinações: 1) o equipamento das cidades, renovando seu estoque de infraestruturas para acolhimento mais cabal de atividades modernas; 2) o financiamento da construção de apartamentos e casas sobretudo para as classes médias, já que os programas de atendimento às populações de baixa renda foram mais largamente desenvolvidos somente a partir do final da década de 1970. (SANTOS, 2013, p. 124)

Em 1975 é criado o Programa de Financiamento de Lotes Urbanos (PROFILURB) sendo a alternativa mais viável para as famílias pobres acessarem lotes urbanos, assim como também neste período aumenta-se o número de casas populares para financiamento, tendo em vista a fragilidade e decadência do governo autoritário. Vale destacar citação de Azevedo e Andrade, que trazem uma hipótese sobre este momento político e a oferta da moradia: [...] “A compra da casa própria é demanda prioritária das classes trabalhadoras, capaz de levá-las a apoiar politicamente quem lhes permitisse o acesso a este bem [...]” (AZEVEDO, ANDRADE, 2011, p. 89). Ou seja, o aumento da oferta apresentaria como estratégia um quadro favorável à política vigente na época, que entrava em decadência.

Fazendo uma separação pré e pós 64, podemos perceber que o primeiro momento foi marcado pela política paternalista, populista e clientelista, com um sistema fraco e impotente financeiramente (FCP). Já no segundo momento visualizamos avanços, que na prática, foram difíceis em sua implementação. Neste período a política habitacional atuava sob uma ótica empresarial, tendo como pano de fundo o crescimento urbano. A oferta não atendeu de fato a demanda, deixando a população de baixa renda distante do processo de financiamento.

Os autores Azevedo e Andrade em sua obra *Habitação e Poder* (2011) trabalham de forma singular a trajetória da habitação no Brasil, apontado as problemáticas decorrentes ao longo da história e apontam uma possibilidade frente a grande ausência de acesso à moradia, que seria a criação de programas alternativos que respondessem mais adequadamente às necessidades



habitacionais, como por exemplo, a autoconstrução fomentada pelo poder público. “No entanto, é somente através de iniciativas baseadas na autoconstrução, prática usual entre as classes populares, que se poderá minorar consideravelmente o problema de habitação para os setores mais carentes das classes de baixa renda” (AZEVEDO, ANDRADE, 2011, p 110). E acrescentam:

Em suma, [...] o estímulo à autoconstrução parece ser uma resposta possível para atenuar as necessidades habitacionais de amplas camadas populares. [...] Uma das peculiaridades de um programa dessa natureza diz respeito à ideia de habitação como “processo” e não como mercadoria acabada. Isso permite que o mutuário construa inicialmente o essencial em face da sua própria definição de prioridades e da sua capacidade financeira [...]. A autoconstrução [...] é capaz de permitir edificação de casas populares sensivelmente mais baratas que o processo tradicional, sendo que quanto menor for o preço da terra, mais significativo será esse diferencial. [...] Os programas de autoconstrução devem possibilitar a participação dos interessados na idealização e construção de suas casas [...] isso aumentaria os índices de satisfação com a residência. (AZEVEDO, ANDRADE, 2011, p. 95).

Quanto à esta alternativa existem pensamentos favoráveis e críticos<sup>15</sup>, mas os autores alegam que esta opção seria um “remédio limitado”, pois é dependente das circunstâncias das comunidades e da política (ibid, 2011).

Após várias tentativas do governo no campo da habitação, a população assistia os problemas urbanos que cresciam junto aos problemas sociais. Sendo assim,

[...] Cada solução se impõe como um problema. Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgotos, eletricidade) acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre os orçamentos reduzidos e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses [...] (SANTOS, 2013, p. 125).

---

<sup>15</sup> Ver: AZEVEDO, ANDRADE, 2011, p. 94.

A realidade controversa das famílias pobres no Brasil é bastante evidente, pois obter um novo serviço pode ser sinônimo de outras novas problemáticas na vida dos trabalhadores, afetando principalmente a renda. Logo, receber melhorias poderia ser significado de mudanças (na renda, na capacidade de consumo e de viver no mesmo local). Por isso, era preciso repensar esta realidade de forma crítica exigindo mudanças globais na questão do território, e nas demais problemáticas decorrentes como a pobreza, a fome e a miséria.

Para tanto, é preciso considerar a relevância dos movimentos sociais urbanos, que compostos pela própria população, atuaram em busca de melhores condições de vida para a população brasileira, por meio da luta pela moradia, por espaços mais acessíveis e cidades mais democratizadas. Foi a partir das reivindicações populares, na luta pela reforma urbana, germinada em 1963 no Congresso pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, interrompida pela ditadura no golpe de 64 e retomada na década de 70/80, em momento de abertura política, que nasceu em 1985 o importante Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU). O movimento inseria diversas propostas de reformas, das locais às nacionais, no enfrentamento de desigualdades sócio- espaciais, considerando a questão urbana como a forma democrática de transformação social da realidade brasileira. Seguindo com as reivindicações,

Em 1986, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana define o conceito da reforma urbana como uma nova ética social, que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos. Assume-se, portanto, a crítica e a denúncia do quadro de desigualdade social, considerando a dualidade vivida em uma mesma cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres; a cidade legal e a cidade ilegal. Condena a exclusão da maior parte dos habitantes da cidade determinada pela lógica da segregação espacial; pela cidade mercadoria; pela mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária; pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral. (SAULE JÚNIOR; UZZO, 2009, p. 260).

O ano de 1988 foi extremamente importante para o movimento que teve na Assembleia Constituinte uma importante arena de discussão pela questão urbana, tendo como posterior avanço a criação do Fórum Nacional de Reforma

Urbana (FNUR), que buscou e alcançou grandes conquistas e avanços que se desdobram até os dias atuais.

O MNRU pensou a cidade como um espaço de todos, onde diversos setores da sociedade (militantes e profissionais de diversas áreas) estavam envolvidos em busca de maior democratização das políticas públicas relacionadas à habitação e ações sobre o espaço urbano, bem como a regularização fundiária das áreas ocupadas pelos pobres, lutando também por um novo instrumento de regulação da política urbana. Logo,

Contar a sua história é contar a trajetória de uma bandeira de luta que unificou e articulou diversos atores sociais. No princípio, a luta do Movimento tinha um caráter local, como a reivindicação por moradia. Mas com o fim do regime militar, passou a incorporar a idéia de cidade, a cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social (SAULE JÚNIOR, UZZO, 2009, p. 260).

Após muitas lutas e reclames sociais da população brasileira, foi a partir da Constituição de 1988, com a descentralização administrativa, que municípios e Estados ganharam espaços para atuar frente aos programas sociais fortalecendo sua autonomia. Logo,

Nos anos 80, a democratização do país veio acompanhada de avanços no campo da política urbana, especialmente no reconhecimento do direito à moradia e à cidade, ao incremento dos processos de participação cidadã e na incorporação dos mais pobres como interlocutores das políticas urbanas. ROLNIK, CYMBALISTA, NAKANO, s.d, p. 5).

Na constituição de 1988 encontramos avanços importantes com relação aos direitos assegurados, como o direito de propriedade (Art. 5.º, Inciso XXII) enquanto um direito fundamental<sup>16</sup>, devendo a mesma atender a sua função social (Art. 5º, XXIII), a moradia como um direito social, onde lê-se no Art.6º: “são

---

<sup>16</sup> O direito à propriedade se torna inviolável, assim como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. (Art.5º)

direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2010, p. 16). Também encontra-se no título VII, um capítulo dedicado à Política Urbana do país que confere aos municípios no Art. 182º a responsabilidade pelo ordenamento territorial das cidades, “garantindo bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 2010, P. 128).

Enquanto se buscavam alternativas para as problemáticas urbanas e sociais, há ocorrências emergenciais nas cidades brasileiras como enchentes, deslizamento de casas, ocupações irregulares e degradação ambiental. Com isso, o tema se intensifica enquanto preocupação da população, que continua a cobrar ações do Estado neste âmbito. Vale destacar o lançamento no ano de 2000 do *Projeto Moradia*, elaborado pelo Instituto Cidadania, liderado por Luis Inácio Lula da Silva, até então, candidato à presidência da república, que visava democratizar o acesso à moradia para as famílias pobres, reduzir o déficit habitacional existente, tendo como proposta a criação do Ministério das Cidades.

Logo, conquistas importantes são perceptíveis no decorrer dos anos como a Lei 10.257 que define o Estatuto das Cidades<sup>17</sup> em 2001, a Medida Provisória N.º 2.220 - que dispõe sobre a Concessão de Uso Especial e cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano em 2001, a Política Nacional de Habitação (PNH), que foi inovada em 2003, e o Ministério das Cidades criado em 2003, desde então, atual órgão responsável em formular e gerenciar as ações da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com programas voltados à habitação, saneamento básico, transportes urbanos e política de ordenação do solo.

Conforme a proposta dada pela carta magna, a descentralização era sinônimo de melhores resultados e transparência na implementação de políticas públicas, onde o governo federal delegaria aos estados e municípios a responsabilidade em determinadas ações, até então só executadas pela instância máxima. Por conta dessa grande carência habitacional, alguns municípios buscaram parcerias com os governos federal e estadual a fim de solucionar parte dessa problemática com os programas habitacionais. A partir deste período “ocorre, assim,

---

<sup>17</sup> O Estatuto é criado para fortalecer a gestão democrática das cidades buscando a efetivação da função social da propriedade e da cidade, buscando a participação na formulação e efetivação dos planos diretores municipais.

uma progressiva transferência de atribuições para os Estados e Municípios, tendo-se como marco a Constituição de 1988, que tornou a habitação uma atribuição concorrente dos três níveis de governo” (BONDUKI, p. 77)<sup>18</sup>.

Por ser um novo campo de atuação na esfera municipal, pode-se notar que os municípios brasileiros não estavam totalmente preparados, pois segundo Cardoso e Ribeiro (1999) foi uma “descentralização por ausência”, pois o governo federal também não deu respostas suficientes às problemáticas da habitação, responsabilizando os municípios. No entanto, ações municipais pontuais começam a ser desenvolvidas na área da habitação, levando em conta, os escassos recursos que eram destinados aos municípios para implementação das mesmas.

Observa-se então algumas iniciativas no campo da habitação, considerando, que, não são políticas frequentemente desenvolvidas, e que, portanto, demandam recursos e vontade política para sua realização. As dificuldades foram notórias e identificáveis, pois,

A gestão municipal acabou por reproduzir os modelos da cultura urbanística herdada do período autoritário, um modelo que desconsidera as necessidades da maioria dos moradores, que segrega e diferencia moradores “incluídos” na urbanidade formal e os moradores dela excluídos, com inequívocos impactos sócio-ambientais para a cidade como um todo (ROLNIK; CYMBALISTA, NAKANO, s.d, p. 6)<sup>19</sup>.

Mas cabe ressaltar que, após a Constituição Federal de 1988 e a regulamentação do Estatuto das Cidades em 2001, algumas ações do estado na área habitacional vão tomando mais destaque, como a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)<sup>20</sup> em 2005, com o objetivo de

---

<sup>18</sup> Artigo Fonte: [http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf) / Acesso em 10/02/2015.

<sup>19</sup> Artigo. Fonte: [http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg\\_urbanismo/disciplinas/aup0535/Rolnik,\\_Nakano,\\_Cymbalista.\\_Solo\\_Urbano\\_e\\_His.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg_urbanismo/disciplinas/aup0535/Rolnik,_Nakano,_Cymbalista._Solo_Urbano_e_His.pdf) . Acesso em 10/02/2015

<sup>20</sup> Criado sob pressão, por meio de um projeto de lei de iniciativa popular, com mais de um milhão de assinaturas e instituído pela Lei Federal 11.124/2005.

[...] Garantir o acesso a recursos de forma autônoma pelos entes federados, estabelecendo um padrão universal de repasse e delegando aos âmbitos locais de pactuação participativa os processos de decisão sobre sua aplicação. Este sistema está direcionado à população de baixa-renda, especialmente a que se encontra limitada a rendimentos de até três salários mínimos e que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do país (ROLNIK; KLINTOWITZ; IACOVINI; 2011)<sup>21</sup>.

Este sistema possui uma estrutura organizacional, sendo a adesão voluntária e seu recurso alocado no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). De acordo com os autores mencionados anteriormente, “este modelo induz [...] a melhoria das capacidades institucionais dos estados e municípios. Infelizmente este modelo não foi vitorioso” (*ibid*, 2011, p. 28). Os autores estão se referindo à redução dos recursos do FNHIS, ocorrido a partir de 2007 com a chegada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e mais intensamente em 2010, tendo sido direcionados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009. Sobre os recursos, segundo os autores, “[...] a partir do PAC e do PMCMV, a alocação destes passou a obedecer [...] a gramáticas completamente divergentes da participação” (ROLNIK; KLINTOWITZ; IACOVINI; 2011). Para eles o novo formato retira a autonomia e a ampla participação das gestões locais nos processos decisórios das políticas habitacionais, reduzindo a capacidade financeira das mesmas, reforçando as gramáticas políticas historicamente construídas no Brasil como o clientelismo e o corporativismo. Confirmando esta crítica, sobre o enfraquecimento do participativismo das esferas trazido pelo novo formato, Maricato (2011) afirma:

A Casa Civil concentrou o desenho da grande política (Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)), diminuindo o poder do MCidades. Perdeu-se a possibilidade da mudança que deveria instituir um novo paradigma sobre o universo urbano na sociedade brasileira. Perdeu-se a possibilidade de uma proposta original (sinônimo de peculiar, singular, diferente, incomum, extraordinária), que dialogasse com a experiência vivida pela grande maioria dos moradores da cidades (MARICATO, 20011, p. 43).

Seguindo a discussão da moradia, como abordagem central deste trabalho, destacaremos o programa a nível federal de maior proporção da atualidade, o PMCMV, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009, que é

---

<sup>21</sup> Artigo. Fonte: [http://www.anpocs.org.br/portal/35\\_encontro\\_gt/GT29/Rolnik\\_Klintowitz\\_Iacovini.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT29/Rolnik_Klintowitz_Iacovini.pdf)

formatado em dois programas: - Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU)<sup>22</sup> e Programa Nacional de Habitação Rural<sup>23</sup> (PNHR). O PNHU se subdivide em 4 modalidades, observe no quadro 1 abaixo:

**Quadro 1 – Composição do Programa Nacional de Habitação Urbana**

Programa Nacional de Habitação Urbana	
<b>Financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS</b>	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00
<b>Fundo de Arrendamento Residencial - FAR</b>	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 na área de atuação do FAR. (Acesse aqui a lista dos municípios)
<b>Fundo de Desenvolvimento Social - FDS</b>	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando a produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.
<b>- Oferta pública de recursos</b>	Atendimento a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes

Elaboração Própria. Fonte: Site oficial – Ministério das Cidades<sup>24</sup>

O PMCMV tem o objetivo de proporcionar o acesso à moradia através de propostas de financiamento juntamente à Caixa Econômica Federal (CEF) para as famílias que estejam dentro dos critérios de renda com até 10 salários mínimos, atingindo famílias de classes baixa, média baixa e média. De acordo com Maricato, “O financiamento é necessário à produção e ao consumo da moradia” (MARICATO,

<sup>22</sup> Tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00. Fonte: <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>

<sup>23</sup> Tem por objetivo subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Fonte: <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>

<sup>24</sup> <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>

2011, p. 66). O volume da produção de casas pelo PMCMV é imenso e por isso é preciso pensar especialmente na necessidade do investimento na produção da moradia social, necessária às problemáticas já existentes nos suburbanos das cidades brasileiras. Para Maricato (ibid, p. 67) [...] “o PMCMV retoma a política habitacional com interesse apenas na quantidade de moradias, e não na sua fundamental condição urbana”.

Reitera-se, portanto a necessidade de se pensar a problemática da habitação no Brasil como uma questão ampla que envolve diversos fatores, sendo o maior deles a pobreza. Logo, “é um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário” (SANTOS, 2013, p. 125).

No entanto, medidas para viabilizar o acesso à moradia para os extratos mais pobres da sociedade foram e tem sido tentativas do governo federal, como o PAC que viabiliza investimentos em infraestrutura e moradia para as áreas periféricas, mas o grande investimento no PMCMV tem impulsionado a valorização dos imóveis, ou seja, a expansão da especulação. De acordo com Maricato, “o aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado, de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis desde o lançamento do PMCMV” (MARICATO, 2011, p. 70).

O que se observa frente à este quadro é que o acesso à moradia para as famílias mais pobres, ou seja, as que possuem renda de 0 a 3 salários mínimos, se torna cada dia mais concorrido, pois representa 90 % do déficit habitacional do país. É preciso observar que mesmo que as propostas de financiamento possam oferecer baixas parcelas mensais, as famílias pobres terão dificuldades para dar conta de todos os outros gastos mensais dos quais é responsável.

É visível que mesmo com todas as tentativas e melhorias alcançadas, as soluções passíveis de serem executadas foram muito lentas, à medida que ainda observa-se uma multidão de famílias vivendo em condições bastante precárias de moradia no solo brasileiro. Mediante a todos os déficits relacionados ao urbano observáveis nas cidades brasileiras, como transporte, saneamento, iluminação, sinalização urbana, áreas de lazer, o mais latente é a casa, o lugar da moradia.



As contradições que encontramos na realidade do Brasil estão fortemente vinculadas à questão social, tema que respalda a compreensão desse processo desigual no qual se desenha o solo urbano brasileiro, que segundo Iamamoto (1999), representa

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Mediante a trajetória histórica da habitação no Brasil, é possível notar importantes avanços, mas também retrocessos na atuação do Estado na solução da questão urbana, habitacional e social. Buscou-se democratizar os novos formatos, mas ainda há evidências de clientelismo e concentração dos recursos que não permitem uma alavancada promissora de forma mais ampliada pelas cidades e estados brasileiros na gestão de programas habitacionais. Mas, mesmo com todas as dificuldades encontradas, principalmente a escassez de recursos, alguns municípios tem sido importantes protagonistas na gestão de políticas públicas no campo da habitação, como é o caso da cidade de Campos dos Goytacazes-Rj, na gestão do programa Morar Feliz, o qual será dado destaque no próximo capítulo.

### **3. A experiência da cidade de Campos dos Goytacazes no segmento habitacional e o Programa Morar Feliz.**

O presente capítulo realiza uma contextualização do município de Campos, retomando a trajetória econômica e social da cidade apontando para as configurações atuais do seu contexto urbano. São evidenciados os programas habitacionais já implementados no município, com destaque para o programa Morar Feliz, seus objetivos, seu financiamento público e sua forma de implementação.

A cidade de Campos dos Goytacazes está situada na região Norte-Fluminense do estado do Rio de Janeiro, foi fundada em 1677 como “Vila São Salvador dos Campos dos Goytacazes”, recebeu estatuto de cidade em 1835 e viveu dentro de um contexto permeado de transformações econômicas e históricas. Entre 1800 e 1900 a cidade recebe impactos modernizadores devido às suas atividades econômicas (produção e instalação de indústrias) e com a chegada de estradas de ferro, consagra-se como centro rodoviário (FARIA, 2006). A cidade de Campos foi considerada o canal das trocas comerciais e o “polo irradiador e dinamizador da região” (FARIA, 2006, p. 88). Esta cidade foi apontada como grande responsável pela formação das demais cidades da região, estimulando o processo de urbanização do norte-fluminense (FARIA, 2006).

Entre as décadas de 1950 e 1970, houve na região um

[...] Processo de diminuição das culturas de subsistência – realizadas nas roças de famílias trabalhadoras moradoras nas fazendas, bem como na dos colonos e pequenos proprietários – à proporção em que ocorre a expansão do cultivo da cana e da pecuária (CRUZ, 2006, p. 48).

O município de Campos teve como atividade econômica principal a pecuária, marcando sua trajetória com a produção de cana de açúcar e do álcool, tornando-se a cidade maior produtora de açúcar do país, dando protagonismo à região norte fluminense no cenário nacional até a década de 60. Segue-se que “a imagem do Norte-Fluminense ficou marcada, historicamente, pela atividade econômica mais persistente, a da agroindústria açucareira, tendo Campos dos

Goytacazes exercido a condição do grande pólo regional”. (CRUZ, 2006, p. 42). A partir deste período, o mercado torna-se mais competitivo e capitais de outras regiões investem nas usinas locais produtoras, formando um cenário instável na economia regional a partir de 70. Vale citar que

Embora com a produção sempre crescente – o que possibilitou que Campos dos Goytacazes viesse a ser, durante longo tempo, o maior produtor de açúcar do país -, iniciou-se um processo de aquisição de usinas locais por capitais de outras regiões, inicialmente do Nordeste do Brasil e depois, crescentemente, de São Paulo, o que veio gradativamente, junto a outros fatores, “dês-regionalizar” o capital do setor no Norte-Fluminense, reforçando a trajetória periférica da região [...]. (CRUZ, 2006, p. 50)

Posteriormente, a partir da década de 1970 e mais precisamente de 1980, observa-se o declínio e a instabilidade da produção açucareira na região. Os cenários econômico e social começaram a ser transformados e os trabalhadores rurais passam a vivenciar grandes impactos nas condições de vida e trabalho. Muitos destes trabalhadores migraram da zona rural para a zona urbana em busca de emprego. Portanto, é possível perceber a intensificação dos investimentos econômicos na região, mas também nota-se a exploração da mão-de-obra barata e o alargamento da pobreza. De acordo com Cruz (2006):

O padrão de dominação e de desenvolvimento regional, hegemônico pelas elites açucareiras, faz emergir a questão social do Norte Fluminense como a questão das relações de trabalho no campo, da precarização do mercado de trabalho, da pobreza e da exclusão social (CRUZ, 2006, p. 55).

Conhecida por uma distribuição desigual das terras, Campos, detentora de grande extensão territorial, possuía grandes propriedades que se concentravam nas mãos de poucos dos seus habitantes. No entanto, as pessoas mais pobres viviam na zona rural ou em espaços segregados da cidade, sem nenhum tipo de saneamento. É por estas características que a região norte-fluminense é tida como uma “terra de contrastes” onde se percebe “poucos detentores de poder econômico, político e financeiro em contraposição a uma imensa maioria de cidadãos sem acesso a muitos bens e serviços” (PEDROSA, TOTTI, 2006, p. 27).

Nota-se que a decadência da produção sulcro-alcooleira da região levou a falência de usinas, iniciando uma luta por territórios, período também marcado pelo início da produção do petróleo na região, ao final da década de 70<sup>25</sup>, o que ascende novas disputas sociais, políticas e territoriais. De acordo com Cruz (2006), a cidade de Campos sofre com a queda da economia açucareira, pois a nova economia que chegava, a petrolífera, não supriu as carências deixadas, como por exemplo, a absorção da mão-de-obra que encontrava-se desempregada. Havia, segundo Cruz (2006) uma população estimada em 25.000 trabalhadores desempregados do trabalho da cana, sem qualquer qualificação para as novas oportunidades oriundas do ramo petrolífero. Estes, em situação de miséria e com baixa escolaridade, viviam em locais segregados da cidade, sob a ilegalidade dos territórios periféricos, sem oportunidades de emprego: “[...] é esta a parcela da população que responde pelas estatísticas da pobreza, miséria e exclusão social que persistem na região [...]” (CRUZ, 2006, p. 60).

Pensando neste cenário e na nova formatação que se dava no contexto econômico campista, e também no norte-fluminense como um todo, “várias são as favelas que surgiram em decorrência da mudança das condições de trabalho e do fechamento de usinas” (GUIMARÃES; PÓVOA, 2005, p. 10), período marcado pela migração de moradores do campo para a cidade. Seguindo o entendimento sobre a intensificação urbana na região norte-fluminense, com base nos argumentos de Cruz (2006), neste período constata-se que “o êxodo rural foi um dos aspectos mais marcantes deste processo, expressando a proletarização do trabalhador da agricultura e da agropecuária, mais acentuadamente na década de 70 [...]”. (CRUZ, 2006, p. 48). Segundo Mesquita,

A formação e crescimento de favelas no meio urbano é produto de um aglomerado de fatores, como a imigração rural, por causa do desemprego, da pobreza, baixo nível educacional etc., a proximidade às áreas com maiores ofertas de emprego, entre outros fatores que auxiliaram para o adensamento destes espaços (MESQUITA, 2011, p. 6).

---

<sup>25</sup> Período que data a instalação da base da Petrobrás no município de Macaé, cuja maior bacia produtora de petróleo do Brasil é a bacia de Campos, que vai do Norte do estado do Rio de Janeiro ao Sul do Espírito Santo, sendo esta responsável por mais de 80 % da produção de petróleo do país.

Desde a década de 50 (e mais intensamente na década de 70) já era possível perceber “a ocupação periférica de Campos e a tendência da população imigrante mais pobre é a de ocupar áreas como beira de brejos, beira de rio e lagoas formando favelas.” (GUIMARÃES; PÓVOA, 2005, p. 12). Esta fala reflete exatamente no ponto que se pretende chegar para perceber a problemática que se desenvolve ao longo dos anos na cidade de Campos causada por um passado histórico marcado por formas desiguais de acesso ao território.

Considerando o passado histórico e econômico de Campos, pode-se dizer que o crescimento urbano da cidade é significativo com um aumento populacional na zona urbana de 169 317 habitantes em 1970<sup>26</sup> para 363 489 nos anos 2000, alcançando neste período 89,48 % de população urbana, ou seja, um aumento aproximado de 115 % no total de população urbana em três décadas. Atualmente a cidade de Campos dos Goytacazes possui uma população total de 480 648<sup>27</sup> habitantes, com 90 % de população urbana e expressivas desigualdades sócio-espaciais.

A especulação imobiliária na cidade bem como a ausência de equipamentos urbanos, sociais e de lazer vem fazendo com que determinados espaços sejam supervalorizados, enquanto outros totalmente desvalorizados, sendo, estes últimos, alvo de moradia das famílias pobres. No último Censo realizado pelo IBGE em 2010 a cidade de Campos contabilizava 142 418 domicílios, sendo 128 723 particulares permanentes na área urbana e 13 695 na área rural<sup>28</sup>. O número de favelas na cidade em 2010 totalizava 27, com 15 777 moradores, sendo que, atualmente algumas delas passaram por mudanças após intervenções do programa habitacional Morar Feliz da prefeitura, que desenvolveu um trabalho focado na redução dos espaços de risco na cidade.

A realidade habitacional do município de Campos apresenta graves problemas, pois encontra-se na Secretaria da Família e Assistência Social (SMFAS)

---

<sup>26</sup> Fonte: Site do IBGE.

<sup>27</sup> Estimativa populacional. Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Nota: Estimativa da população residente com data de referência 1.º de Julho de 2014 publicadas no diário oficial da união em 28/08/2014. Site: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330100&idtema=130&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|estimativa-da-populacao-2014->

<sup>28</sup> Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/23318>

da prefeitura um quantitativo de aproximadamente 6 135<sup>29</sup> famílias<sup>30</sup> cadastradas<sup>31</sup>, no setor de Habitação, aguardando a oportunidade de receber uma casa popular da prefeitura. Este grupo que espera a oportunidade de receber uma casa da prefeitura são famílias que se encontram no perfil para beneficiamento com habitação. Nota-se, portanto, que solucionar o problema habitacional é um desafio constante. O problema das enchentes na cidade é uma questão histórica e urgente. Frente a esta questão Guimarães e Póvoa destacam:

As ações do poder público local, ou seja, da própria prefeitura da cidade de Campos dos Goytacazes é bastante limitada. Geralmente, há mobilizações no que diz respeito a casos emergenciais de enchentes. Nestes casos, a prefeitura se encarrega de tirar as pessoas das áreas alagadas e levá-las para espaços públicos até que baixe o nível de água. Essa ação acontece desde o final dos anos 80 até os dias de hoje. Entretanto, assim que acaba este período, as pessoas retornam as suas casas novamente. Logo se vê que as medidas adotadas são de curto prazo e essencialmente temporárias (GUIMARÃES; PÓVOA, 2005, p. 37).

A precariedade das moradias é um fator que chama a atenção no município, logo, a habitação se colocava como uma necessidade emergencial da população campista. De acordo com Cordeiro (2004):

O conceito de necessidades habitacionais inclui, além do déficit habitacional, que é a necessidade de reposição de unidades precárias e atendimento à demanda; a demanda demográfica, que é considerada a necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico; e a inadequação, que é a necessidade de melhoria das unidades habitacionais com carências ou deficiências. (CORDEIRO, 2004, p. 124).

---

<sup>29</sup> Informações obtidas com profissional do Departamento de Habitação da SMFAS. 2015. Destaca-se que não há um registro exato, mas aproximado da demanda reprimida.

<sup>30</sup> E neste caso incluem-se as famílias que não possuem casa – moram de aluguel ou casa cedida, aquelas que perderam suas casas com as enchentes e aquelas que moram em espaços precários/áreas de risco.

<sup>31</sup> Os cadastros são encaminhados ao departamento, quando constatado por profissionais a necessidade da habitação, por diversos setores e esferas, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referências Especializados da Assistência Social (CREAS), Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Ministério Público, Juizados, Conselho Tutelar, etc.

Todavia, alguns programas habitacionais foram desenvolvidos no município desde a década de 60. Neste período ocorreram ações pontuais da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), que financiada pelo Governo Federal por meio do BNH, entregou 4 conjuntos habitacionais no município com 1 186 moradias populares para a população de até 5 salários mínimos. Entretanto, para a população com rendas mais altas (acima de 5 salários mínimos) foram construídos 8 conjuntos habitacionais, totalizando 2.369 moradias<sup>32</sup>.

Após a descentralização administrativa em 1988, o município de Campos desenvolveu ações ainda muito tímidas no campo habitacional<sup>33</sup>, contando ainda com apoio dos governos Estadual e Federal. O primeiro programa habitacional inaugurado no município foi o *“Pode entrar que a casa é sua”* que atendeu famílias com renda até três salários mínimos, residentes em áreas de risco, bem como as desprovidas de moradia, com vigência entre 1989-1994, tendo sido retomado em 1999, produzindo no primeiro momento 6 vilas com 182 unidades habitacionais e no segundo 4 conjuntos habitacionais com 819 unidades<sup>34</sup>.

Em 1990<sup>35</sup> foi criado o Departamento de Habitação Popular e Assuntos Fundiários como primeiro órgão destinado a tratar da questão habitacional no município de Campos no governo Anthony Garotinho. Houve também em 1991 a criação do Programa *“Cada família tem um lote”*<sup>36</sup> que previa a doação de lotes às famílias de baixa-renda no bairro da Codin, oferecendo o terreno, ficando a maior parte da construção a cargo dos moradores. Segundo Póvoa,

Na Terra Prometida, localizada no distrito industrial da Codin, em área desapropriada pela Prefeitura, a proposta inicial era a doação de lotes urbanizados e de material de construção para cerca de 360 famílias, selecionadas pelo Departamento de Habitação, e que deveriam construir suas casas através de mutirão. Segundo a Presidente da EMHAB à época, a proposta inicial foi modificada em virtude da pressa política, já que este era o último ano do mandato do prefeito. Assim, não houve doação de material de construção e nem mutirão, tendo a Prefeitura contratado uma empreiteira para construir casas de 1 cômodo com banheiro. No total foram construídas cerca de 80 casas de um cômodo e sem banheiro (PÓVOA, 2002, p. 73).

<sup>32</sup> Para identificar os conjuntos no município ver: Póvoa (2002, p. 53).

<sup>33</sup> Para compreensão da trajetória habitacional do município ver: Póvoa (2002).

<sup>34</sup> De acordo com levantamento feito do período de 1999 a 2001. Fonte: Póvoa (2002).

<sup>35</sup> Ano coincidente com a criação da Lei Orgânica do município e com o Plano Diretor Municipal.

<sup>36</sup> Ver: Cordeiro (2004) e Póvoa (2002).

Percebe-se que os programas habitacionais no município de Campos surgiam como alternativas imediatas para os problemas emergenciais, não sendo suficientes à problemática excludente e segregacionista desenvolvida no território. A interferência do viés político nas intervenções da prefeitura com os territórios periféricos também é um fator que chama atenção ao longo da trajetória da política pública habitacional. De acordo com Póvoa (2002):

Mesmo reconhecendo que a intervenção do poder público local na questão habitacional tornou-se mais sistematizada no final dos anos 80 com a criação de diversos programas, até então não existentes, e que a partir do final dos anos 90 passaram a receber maiores investimentos, deve-se considerar que é uma intervenção que continua sendo caracterizada como emergencial [...] (PÓVOA, 2002, p. 78)

Foi então, a partir de 2000 que a prefeitura começou a alavancar seu potencial na produção habitacional com gestão própria, mas ainda assim, não deixou de buscar parcerias financeiras com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a CEHAB. Entre os anos de 2000 e 2008 foram construídos 20 conjuntos habitacionais<sup>37</sup> no município, sendo 4 deles trazidos pela CEHAB.

É possível perceber em Campos um aumento das ações da prefeitura na área habitacional, porém, também algumas discontinuidades neste campo. Um exemplo deste problema foi o *Programa Vale-Construção* criado em 1991 e reformulado em 2005 pelo setor de Habitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social (atualmente Secretaria Municipal da Família e Assistência Social - SMFAS). Este projeto objetivava atender famílias com renda per capita mensal igual ou inferior a ½ salário mínimo, para realização de pequenas reformas e também atendendo aos casos mais emergenciais como construção/reconstrução de cômodos ou da casa, quando comprovada a necessidade. O projeto oferecia o material de construção e a mão de obra, quando necessário, e foi desativado em 2001. De acordo com Póvoa (2002) foram beneficiadas 550 famílias entre 1998-2001, porém, neste último ano havia um quantitativo de 600 pessoas aguardando o benefício do programa.

---

<sup>37</sup> Fonte: ARRUDA, 2014.



Outro programa com proposta similar criado em 2009, por meio da Lei 8.136/2009, foi o *Cheque-Construção* com objetivo de beneficiar famílias com renda mensal de até três salários mínimos, por meio de reparos em suas casas próprias<sup>38</sup>. Para a família beneficiada seria destinado por meio de um “cheque simbólico” o valor de R\$ 1.500,00 para aquisição dos materiais necessários<sup>39</sup> à reforma/construção, sem incluir a mão de obra. O programa ficou sob responsabilidade da parceria estabelecida entre a Empresa Municipal de Habitação (EMHAB), a Defesa Civil, o Departamento de Habitação da SMFAS e o Departamento de Educação. Este programa beneficiou 112 famílias<sup>40</sup> entre 2010 e 2011, porém foi interrompido no começo deste último ano e está desativado até hoje.

Também foi iniciado em 2011 o *Projeto Titularidade* pela EMHAB que desenvolveria o cadastramento de famílias moradoras de áreas periféricas na cidade a fim de regularizar a situação do morador e do terreno e gerar gratuitamente a titularidade dos imóveis. Os cadastros foram realizados pelo Serviço Social da empresa e enviados para a Procuradoria do município, mas não há conhecimento sobre a continuidade do trâmite burocrático e do recebimento dos documentos pelos moradores.

Segue-se então, os programas da atual gestão da Prefeitura Municipal de Campos (2013-2016) que atuam no campo da infraestrutura urbana e da habitação que estão em evidência e ativos atualmente:

- - Programa Bairro Legal
- - Programa Meu Bairro é Show
- - Programa S.O.S Aluguel Social
- - Programa Morar Feliz

---

<sup>38</sup> A casa não poderia estar situada em área de risco. A família deveria comprovar a titularidade do imóvel em seu nome, seu tempo de moradia no município – mínimo de 5 anos - e sua renda. A solicitação do benefício iniciava-se na EMHAB, que encaminhava os nomes para o setor de habitação da SMFAS para realização de visita sócio-técnica e emissão de relatório, e para Defesa Civil encarregada pela emissão de laudo sobre o quadro de habitabilidade do imóvel. Após confirmação destas etapas, o caso retornava à EMHAB para realizar o projeto da reforma e liberar o benefício. (Fonte: Lei N.º 8.136/2009 e informações obtidas com assistente social da SMFAS).

<sup>39</sup> Os materiais deveriam ser retirados em empresas de material de construção civil cadastradas na EMHAB.

<sup>40</sup> Fonte: EMHAB (Março, 2015).

No campo da infraestrutura urbana foi criado o *Programa Bairro Legal*<sup>41</sup> que, mais intensamente, a partir de 2011, vem realizando obras em diversos bairros da cidade concentradas na construção de galerias de águas pluviais e de redes de drenagem, instalação de rede de esgotamento sanitário, sinalização, pavimentação das ruas, construção de calçadas com acessibilidade, iluminação, sinalização, instalação de lixeiras e tratamento paisagístico. O programa, sob responsabilidade da Secretaria de Obras, Urbanismo e Infraestrutura, é gerido por verba oriunda dos royalties do petróleo da prefeitura. Há uma estimativa de uma média dos gastos do cofre municipal superior a R\$ 1,5 bilhão de reais<sup>42</sup>. Vale acrescentar que em 2013 foi firmado um acordo entre o município e o Governo Federal, que liberou verba de R\$ 30 milhões de reais<sup>43</sup> para investimentos do programa Bairro Legal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), no município. De acordo com informações da prefeitura, são em média 18 bairros e 160 ruas beneficiados com as obras<sup>44</sup>.

Um programa iniciado em 2013, na área de urbanização é o *Programa Meu Bairro é Show*, gerenciado também pela Secretaria de Obras, com ações de recuperação da infraestrutura dos bairros, recuperação do pavimento (asfaltamento), padronização das calçadas com acessibilidade e reparos no sistema de drenagem.

Um programa habitacional que vem sendo desenvolvido desde 1993 até os dias atuais é o *Programa S.O.S Habitação - Aluguel Social* destinado a famílias atingidas por situação de calamidade pública (enchentes) e/ou por motivo de ausência de moradia, custeando o pagamento de aluguel, atualmente no valor meio salário mínimo<sup>45</sup>. Este também é um programa de cunho emergencial, que prevê o atendimento temporário de três meses, podendo ser prorrogado por igual período. Uma questão decorrente é a dificuldade no acesso à este programa pelas

---

<sup>41</sup> Durante a pesquisa sobre os programas fora observado a existência de um programa similar criado em 2000 chamado *Comunidade Legal*, que implementaria ações de reforma e construção de casas, como também de instalação de infraestrutura urbana nas áreas periféricas da cidade.

<sup>42</sup>Referente ao pacote de obras anunciado pela prefeitura no final de 2013. Fonte: Site oficial da prefeitura. Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=23126](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=23126)

<sup>43</sup>Fonte: Site oficial da prefeitura. Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=21568](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=21568)

<sup>44</sup>Fonte: Site da prefeitura. Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=30074](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30074).

<sup>45</sup> R\$ 394,00 reais (Valor atual em 2015). Em 2012 o valor pago era de R\$ 250,00 reais. Informações com profissional do Departamento de Habitação - SMFAS.

famílias solicitantes, bem como a permanência por longo prazo de famílias no programa. De acordo com um profissional da Secretaria atualmente o programa não está fazendo novas inclusões, ressaltando a dificuldade enfrentada pelas famílias para acessá-lo. Cabe mencionar que, com a criação do *Programa Morar Feliz*, várias famílias do *Aluguel Social* foram beneficiadas com casa popular. Atualmente o programa beneficia um quantitativo de 269 famílias<sup>46</sup>. A prefeitura investiu de 2009 a 2014 o valor de R\$ 5.139.213,63<sup>47</sup> no programa Aluguel Social.

O Programa *Morar Feliz*, objeto de estudo deste trabalho, foi instituído pelo Decreto Municipal n.º 055/2011 e é gerido autonomamente, por recursos do orçamento municipal oriundos estritamente dos recursos dos royalties do petróleo, não havendo convênio ou parceria do município com outras esferas de governo. Para melhor compreensão, segue-se adiante uma breve explanação acerca deste recurso e sua importância para o município.

A Bacia de Campos é responsável por mais de 80% da produção nacional do petróleo, e os municípios confrontantes com os poços recebem, portanto, a parte mais significativa das compensações financeiras municipais advindas da exploração e produção de petróleo e gás no país. Sobre os municípios receptores deste farto recurso na região, destaca-se colocação de Serra e Terra (2006, p. 280): “As rendas petrolíferas que recebem os colocam em posição orçamentária invejável, garantindo-lhes uma ampla capacidade de investimento”.

No entanto, por maior que seja a sua renda e sejam suas capacidades de enfrentamento das problemáticas, ainda persistem na cidade severas desigualdades sociais e territoriais. Apesar de a cidade ocupar o primeiro lugar na captação dos royalties na região Norte-Fluminense, um fato que chamou a atenção foi a medição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade em 2010, quando esta não alcança a mesma posição da que alcança na receita dos royalties e fica abaixo do município de Macaé (Tabela 3), no grupo dos municípios da região Norte-Fluminense. Algo que parece ainda mais inusitado é encontrar o município na

---

<sup>46</sup> Segundo dados do Departamento de Habitação da SMFAS – Dez. 2014.

<sup>47</sup> Fonte: Site oficial da Prefeitura. Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=29442](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29442)

37.<sup>a</sup> posição no ranking<sup>48</sup> de todo o estado do Rio de Janeiro, ficando abaixo de municípios como Araruama, Santo Antônio de Pádua, São João de Meriti, dentre outros que possuem renda orçamentária incomparavelmente menor.

**Tabela 3 – Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano - Região Norte Fluminense (RJ) – Ano: 2010**

Ranking	Município	IDH
1º	Macaé	0,764
2º	Campos dos Goytacazes	0,716
3º	Carapebus	0,713
4º	Conceição de Macabu	0,712
5º	Quissamã	0,704
6º	São Fidélis	0,691
7º	São João da Barra	0,671
8º	Cardoso Moreira	0,648
9º	São Francisco de Itabapoana	0,639

Fonte: Censo de 2010. IBGE. Adaptado pelo Autor<sup>49</sup>.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>50</sup>, “O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões essenciais ao desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda”.

É um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. (PNUD, S/D).

<sup>48</sup>Fonte: IBGE. Censo de 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc> Atlas Brasil. 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

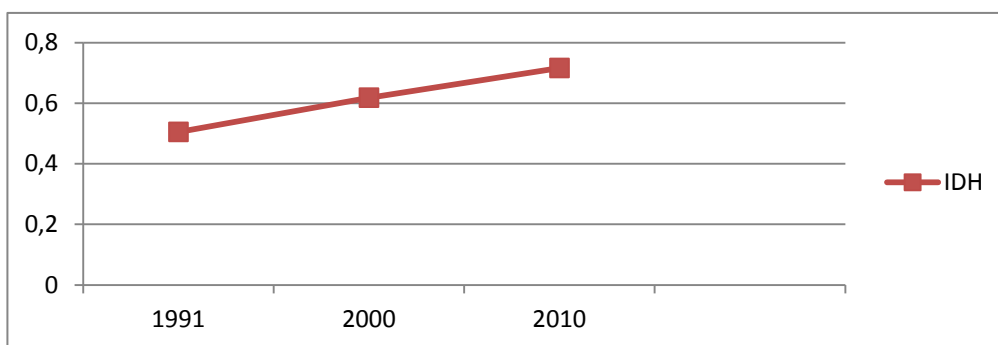
<sup>49</sup> Fonte: IBGE. Censo de 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>

<sup>50</sup> Fonte: Site do PNUD. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDHM](http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM)

O Índice é medido em escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano (PNUD, S/D). A escala numérica divulgada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano<sup>51</sup> considera as seguintes classificações: Muito Baixo (0.000 – 0.499), Baixo (0.500 – 0.599), Médio (0.600 – 0.699), Alto (0.700 – 0.799) e Muito Alto (0.800 – 1.000), a cidade de Campos situa-se em faixa alta.

Destaca-se também que as variáveis que compõem o IDH se alteram com lentidão, pois as desigualdades existentes em um território são frutos de processos históricos. Portanto, o município de Campos passa gradual e lentamente a obter melhoras na taxa do IDH ao longo dos anos, conforme pode ser observado no gráfico 1, em comparação feita entre os anos 1991, 2000 e 2010.

**Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano – Campos (1991-2010)**



IDH – Município de Campos dos Goytacazes. Fonte: Censo 2010. IBGE Atlas Brasil 2013 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Com base nos dados divulgados pelo do PNUD, também é possível notar o crescimento do IDH de Campos a partir do ranking nacional, comparando os anos 1991, 2000 e 2010, conforme tabela 4:

<sup>51</sup> Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>

**Tabela 4 - Posição do município de Campos no ranking nacional do IDH**

ANO	POSIÇÃO	IDH	IDH - RENDA	IDH LONGEVIDADE	IDH EDUCAÇÃO
1991	710º	0,505	0,617	0,658	0,318
2000	1.220º	0,618	0,662	0,751	0,474
2010	1.427º	0,716	0,715	0,830	0,619

Fonte: PNUD<sup>52</sup>. CENSOS IBGE (1991, 2000 e 2010). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Percebe-se o crescimento do IDH de uma forma geral ao longo dos anos avaliados, destacando-se o aumento da longevidade, seguido da renda, mas nota-se ainda o crescimento lento do índice relativo à educação na cidade de Campos dos Goytacazes. Observa-se que apesar da melhora apresentada no aumento do IDH, há também uma queda considerável na posição de Campos no ranking entre os municípios brasileiros.

Seguindo esta discussão, evidencia-se a observância do déficit habitacional municipal, que constitui-se um indicador que analisa o total de famílias em condições de moradia consideradas inadequadas, tais como favelas, coabitação familiar (casos em que mais de uma família mora na mesma casa), adensamento excessivo (quando mais de três pessoas dividem o mesmo quarto) ou ônus excessivo de aluguel (quando uma família compromete mais de 30% de sua renda com aluguel)<sup>53</sup>. De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP):

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. (FJP, 2013, p. 13)

<sup>52</sup> Disponível em: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

<sup>53</sup> Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/banco-de-noticias/36-noticias-em-destaque/1619-fundacao-joao-pinheiro-atualiza-estudo-sobre-deficit-habitacional-dos-municipios-brasileiros>

Na tabela 5 destaca-se então o resultado do déficit habitacional que a cidade de Campos dos Goytacazes apresentou em 2010, por meio de levantamento realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP) com base no Censo demográfico do IBGE (2010).

**Tabela 5 – Déficit Habitacional Básico – Campos dos Goytacazes - 2010**

Unidade Territorial	DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO					
	ABSOLUTO			% DO TOTAL DOS DOMICÍLIOS		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Campos dos Goytacazes	11 716	11 038	678	8,22	8,57	4,95

Fonte: Fundação João Pinheiro. 2010.

O resultado apresentado na tabela 5 nos aponta uma carência habitacional de 11.716, sendo um volume expressivo na área urbana (11.038) em detrimento da rural (678). Para melhor compreensão da expressão numérica revelada acima, observa-se que a realização do cálculo do déficit são selecionados 4 componentes<sup>54</sup>, de acordo com a FJP (2013)<sup>55</sup>, são eles:

- Domicílios precários: (soma dos domicílios improvisados<sup>56</sup> e dos rústicos<sup>57</sup>);

<sup>54</sup> Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. A forma de cálculo garante que não há dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias. (FJP, 2013, p. 14).

<sup>55</sup> Para maior detalhamento da metodologia utilizada para o cálculo do déficit habitacional, Ver: FJP, 2013.

<sup>56</sup> “[...] Engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros)” (FJP, 2013, p. 14)

<sup>57</sup> “[...] São aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças” (FJP, 2013, p. 15). Exemplo dos materiais utilizados: taipá não revestida, madeira aproveitada, palha, outro material ou sem parede.

- Coabitação familiar (soma dos domicílios de cômodos<sup>58</sup> e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo<sup>59</sup>);
- Ônus excessivo com aluguel urbano<sup>60</sup>;
- Adensamento excessivo de domicílios alugados<sup>61</sup>.

Seguindo a compreensão metodológica para realização da medição, observa-se que:

No cálculo do déficit, os componentes são estimados na seguinte ordem: domicílios improvisados e domicílios rústicos (que compõem as habitações precárias), cômodo (parte do componente coabitação), ônus excessivo com aluguel urbano, e adensamento excessivo de domicílios alugados. Se o domicílio se enquadra em um critério (segundo a hierarquia), é contado como uma unidade de déficit e não se investigam os critérios seguintes. Se o domicílio não se enquadra no critério investigado, passa-se para o critério seguinte e, assim, sucessivamente até o último critério, o adensamento excessivo de domicílios alugados. A estimativa do número de famílias conviventes é feita sem o critério de hierarquia e independe do fato de o domicílio ter sido enquadrado em algum outro critério de déficit. A justificativa é que, mesmo que um domicílio represente uma unidade de déficit por se enquadrar em algum critério que diz respeito exclusivamente ao domicílio, a presença de uma família convivente secundária que tenha a intenção de constituir domicílio exclusivo implica a necessidade de uma unidade domiciliar adicional. (FJP, 2013, p. 14).

No entanto, com base nas informações evidenciadas, destaca-se o déficit do município de Campos por componentes na tabela 6:

---

<sup>58</sup> “[...] São domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco - entre outros” (FJP, 2013, p. 15). Para maiores detalhes consultar: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)

<sup>59</sup> “[...] Famílias conviventes secundárias que declararam intenção de constituir um domicílio exclusivo” (FJP, 2013, p. 15).

<sup>60</sup> “[...] Corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, 2013, p. 18).

<sup>61</sup> “[...] Caracterizada pelo número médio de moradores por dormitório acima de três (3). O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem de dormitório em caráter permanente e apenas para os moradores do domicílio. Em 2010, consideraram-se todos os moradores do domicílio na contagem de moradores” (FJP, 2013, p. 19).



**Tabela 6 – Déficit Habitacional por componentes – Campos dos Goytacazes - 2010**

<b>Unidade Territorial</b>	<b>Domicílios Precários</b>	<b>Coabitação Familiar</b>	<b>Ônus excessivo com aluguel</b>	<b>Adensamento excessivo</b>	<b>Total</b>
Campos dos Goytacazes	424	5 707	4 942	644	11 717

Fonte: Fundação João Pinheiro. 2010.

Partindo dos dados evidenciados na tabela 6, verifica-se a “*coabitação familiar*” como a maior expressão do déficit habitacional na realidade de Campos totalizando 5 707. Ou seja, o déficit pela grande quantidade de famílias vivendo em casas de cômodos, cortiço ou cabeça de porco, ou seja, com várias famílias diferentes e algumas características, que de acordo com definição do IBGE (2010, p. 308) são elas:

- Uso comum de instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque, etc.);
- Utilização do mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar, etc.);
- Várias habitações (domicílios particulares) construídas em lotes urbanos ou com subdivisões de habitações em uma mesma edificação, geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação.

Também há uma quantidade expressiva de famílias no componente “*ônus excessivo com aluguel*”, totalizando 4.942, sendo aquelas que destinam 30 % ou mais de sua renda com o pagamento de aluguel de casa ou apartamento, possuindo renda de até três salários mínimos.

Números menos expressivos aparecem nos componentes “*adensamento excessivo*” e “*domicílios precários*” (*improvisados e rústicos*), que representam 644 e 424 moradias, respectivamente. Estes dados representam menor índice de habitações com excesso de moradores pela quantidade de cômodos, em

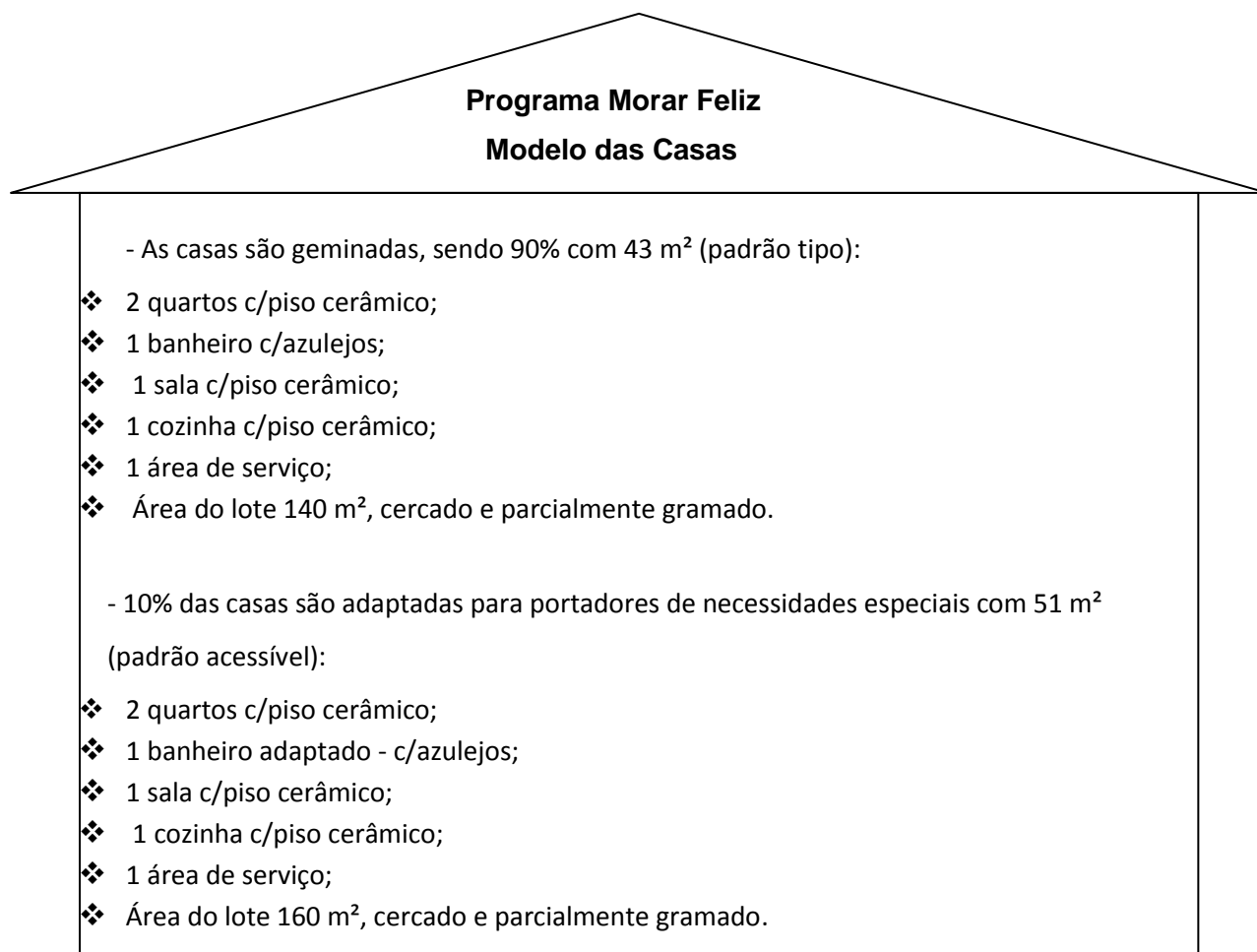
locais sem fins residenciais, espaços de moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros); e em casas sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada.

Todavia, apesar da representatividade dos números apresentados com base no ano de 2010, acerca da realidade habitacional de Campos, percebe-se que a demanda por moradia e situação precária dos imóveis no município são nítidas no cenário atual, e por este motivo a atuação do programa Morar Feliz ter se efetivado em aproximadamente 17 áreas impróprias para moradia, atendendo também famílias que residem de aluguel.

Apesar de todas as problemáticas observadas no contexto de Campos, atualmente os recursos provenientes dos royalties têm sido aplicado em diversas ações da prefeitura de Campos dos Goytacazes e dentre elas a execução do programa Morar Feliz. Somente na primeira etapa deste programa foram investidos R\$ 357 milhões de reais, com a construção de 5 426 moradias, realizada pela empresa Odebrecht, sendo entregues às famílias durante os anos de 2011 e 2012. O acompanhamento e a fiscalização do desenvolvimento das obras do programa ficam a cargo da empresa Projetos e Consultorias de Engenharia (PCE).

Quanto às características das casas, seguem informações contidas no projeto de acordo com a empresa Odebrecht, como mostra a Figura 2.

**Figura 2 – Detalhamento do modelo da casa do Programa Morar Feliz**



Fonte: Site Odebrecht<sup>62</sup>. Adaptado pelo autor. 2015.

Os conjuntos são organizados por ruas e quadras. As casas são conjugadas e possuem 5 cômodos, sendo 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro, 2 quartos, incluindo uma área de serviço nos fundos (Fotos no anexo 1).

O programa habitacional municipal Morar Feliz vem tomando visibilidade pela quantidade significativa de moradias populares ofertadas, considerando a gestão própria do município. Nos anos de 2011 e 2012 foram 5 426 casas populares construídas em 14 conjuntos habitacionais (Fotos no anexo 2), situados em dez bairros da cidade, de acordo com a tabela 7.

<sup>62</sup> Fonte: Site da Odebrecht. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/mbc/uploads/biblioteca/1297451004.6554A.pdf> . Acesso em: 20/01/15.

**Tabela 7 – Conjuntos Habitacionais – Morar Feliz 1.ª Etapa**

<b>CONJUNTO</b>	<b>NÚMERO DE CASAS ENTREGUES</b>
Parque Prazeres I	250
Parque Prazeres II	164
Novo Eldorado I	348
Novo Eldorado II	936
Novo Eldorado III	140
Santa Rosa (Rio Branco)	598
Parque Aldeia	502
Lagoa das Pedras	100
Tapera I	380
Tapera II	418
Novo Jockey	934
Penha	370
Travessão	100
Esplanada	186
Total: 14 Conjuntos (10 bairros)	Total: 5 426 casas

Fonte: Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS). 2015.

É preciso observar que todos os conjuntos foram direcionados às famílias moradoras de áreas de risco, usuárias do aluguel social e encaminhadas ao programa por motivo de vulnerabilidade social – ausência de moradia; com exceção do conjunto de Travessão<sup>63</sup>, que foi ocupado por famílias antes da finalização das obras, sem autorização da prefeitura.

Com a realização da primeira etapa do programa, foram realizadas demolições de moradias em aproximadamente 17 áreas de risco espalhadas em diferentes pontos da cidade, reassentando milhares de famílias. Destaca-se que o

<sup>63</sup> Segundo informações da prefeitura o caso está em trâmite judicial.

trabalho de reassentamento das famílias feito pela SMFAS junto à Defesa Civil é intenso, visto o volume de moradias que foram entregues em apenas dois anos (2011 e 2012).

A segunda etapa do programa já foi iniciada em 2013 com previsão de um investimento total de R\$ 475 500 milhões de reais para a construção de 4.574 casas populares, sendo esta etapa mais voltada para áreas do interior do município (zona rural). Da segunda etapa alguns conjuntos já foram entregues, como observa-se na tabela 8.

**Tabela 8 – Conjuntos Habitacionais entregues – Morar Feliz – 2.ª Etapa**

<b>CONJUNTO</b>	<b>NÚMERO DE CASAS ENTREGUES</b>
DORES DE MACABÚ	30
PONTA GROSSA	84
SATURNINO BRAGA	90
URURAI I	392
Total:	596

Fonte: SMFAS. 2015.

Ao todo, foram 596 casas entregues da segunda etapa do programa até abril de 2015, considerando que as obras de outros conjuntos estão em andamento. Algumas outras localidades tem previsão para receber conjunto habitacional do programa Morar Feliz como mostra a tabela 9.

**Tabela 9 – Conjuntos Habitacionais Morar Feliz com previsão de entrega – 2.<sup>a</sup> Etapa**

<b>CONJUNTO</b>	<b>N.º CASAS</b>
Novo Ururaí (Ururaí II)	394
Donana	368
Santo Eduardo	144
Tócos	152
Parque Santa Clara	252
Parque Esplanada	200
Goytacazes	210
Farol de São Thomé	150
<b>Total:</b>	<b>1 870</b>

Fonte: PCE. 2015.

Além da previsão exposta na tabela 9, outras localidades foram anunciadas como Dores de Macabú, Caxias de Tocos, Rio Preto, Lagoa de Cima e Saturnino Braga, que atualmente não encontram-se mais na previsão.

Atualmente não há dados muito claros e precisos acerca da quantidade e das localidades que receberão estes investimentos da segunda etapa do programa. Acredita-se que este fato esteja vinculado à problemática atual que afeta o município de Campos com a diminuição na arrecadação dos royalties, dentre outras questões insurgentes no trâmite das obras do programa. Se a previsão atual da segunda etapa for cumprida serão 2 466 casas populares.

Cabe lembrar que a previsão inicial da prefeitura com as duas etapas do programa era de entregar até 2016 o número de 10 000 casas do Morar Feliz. Vale mencionar, que também estão sendo construídas, pela prefeitura, no bairro da Lapa em Campos uma média de 70 moradias populares, no formato vertical, que serão direcionadas para as famílias da comunidade “Inferno Verde”, (Rua Miguel

Herédia), cujos moradores saíram do local em 2011, tendo sido incluídos no Aluguel Social até a conclusão da obra.

Há apenas que serem feitas algumas ressalvas no que tange à questão habitacional no município. Em 2012 foi construído um conjunto habitacional no bairro Eldorado com 138 casas populares, por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) com recurso do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), que é um programa do Governo Federal, neste caso, em parceria com o Governo do estado do Rio de Janeiro através da CEHAB-RJ (Companhia de Habitação do Rio de Janeiro). O valor do investimento foi de R\$ 6 368 407 12<sup>64</sup>. As casas foram totalmente subsidiadas pelo governo às famílias que aguardavam casa popular da prefeitura municipal, com cadastro no setor de políticas habitacionais da SMFAS, sendo selecionadas pela equipe de trabalho social do PAC. Foi instalado um escritório para a equipe do trabalho social no município, que realizava atividades periódicas com as famílias<sup>65</sup> e ações como visitas domiciliares, reuniões, atendimentos, visitas ao canteiro de obras, acompanhamento das obras, reassentamento das famílias, acompanhamento do conjunto, divulgação do projeto, mapeamentos e diagnósticos, dentre outras.

Deve-se atentar também para um novo fato que é abertura do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2015 às famílias cadastradas na rede sócio-assistencial em Campos. Foi feita uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal para a concessão do financiamento de casas para estas famílias, que devem ter uma renda mensal de até R\$ 1 600,00. Para seleção das famílias a prefeitura adotou, além dos 3 critérios nacionais de priorização <sup>66</sup> (Governo Federal) estabelecidos pelo programa, mais três critérios adicionais estabelecidos pelo município e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Campos<sup>67</sup>. Os critérios podem ser observados no quadro 2:

---

<sup>64</sup> Fonte: Site do Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/obra/27588>

<sup>65</sup> Fonte: Profissional que atuou no empreendimento PAC/Eldorado.

<sup>66</sup> Disposto na Lei 11.977 de 7 de Julho de 2009.

<sup>67</sup> Por meio da Resolução N.º 34/2014 de 26 de Novembro de 2014.

## Quadro 2 – Critérios de priorização do acesso ao Programa MCMV em Campos dos Goytacazes

<b>Critérios Nacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou desabrigadas;</li> <li>• Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;</li> <li>• Famílias que façam parte pessoas com deficiência.</li> </ul>
<b>Critérios Municipais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Famílias residentes no Município de Campos dos Goytacazes há mais de três anos, na área de abrangência do Conjunto Habitacional, de forma a evitar o rompimento dos vínculos comunitários;</li> <li>• Famílias que tenham em sua composição crianças e adolescentes;</li> <li>• Famílias que estejam referenciadas no Cadastro Geral do Departamento de Política Habitacional da Secretaria de Campos dos Goytacazes e encaminhadas pelo CRAS/CREAS e ou incluídas no Programa SOS Habitação – Aluguel Social.</li> </ul>

Fonte: Lei 11.977 / SMFAS. Elaboração Própria. 2015.

As famílias atualmente estão passando por um pré-cadastro na SMFAS, e quando selecionadas serão aprovadas para aderir ao financiamento da casa<sup>68</sup>. O objetivo inicial é de construir 3 conjuntos habitacionais nos bairros Santa Rosa (600 casas), Aeroporto (896 casas) e Donana (563 casas)<sup>69</sup>. Cabe destacar que há previsão da construção de novos conjuntos, que ainda não foram

<sup>68</sup> Os valores das mensalidades correspondem a 5 % da renda familiar comprovada, e para os que não possuem comprovação da renda o valor de R\$ 25,00 mensais.

<sup>69</sup> Fonte: SMFAS (Março, 2015).



formalizados<sup>70</sup>. Destaca-se que um diferencial do programa federal MCMV é o planejamento que ocorre desde a realização de um diagnóstico social da localidade que irá receber as casas, identificando a quantidade de famílias e a estrutura existente, sendo também destinada uma verba federal para investimentos em equipamentos urbanos e infraestrutura para a localidade que receberá os novos moradores.

Diferentemente de alguns programas habitacionais do governo federal, o Morar Feliz não realiza financiamento e custeia integralmente a casa ofertada ao morador. O objetivo principal do programa é retirar as famílias que vivem em moradias nas áreas de risco ambiental na cidade, principalmente as que vêm sofrendo há décadas com as enchentes. Além disso, o programa também atende famílias que estão no Aluguel Social da prefeitura e em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidade estigmatizada em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (MDS, 2004, p. 33).

Dando sequência à compreensão acima,

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. (MDS, 2004, p. 42).

---

<sup>70</sup> Fonte: SMFAS (Março, 2015).

Com base nesta elucidação acerca da vulnerabilidade social, percebe-se que estarão no perfil do programa Morar Feliz os usuários da assistência social vulneráveis à situação de pobreza, que não possuem moradia e/ou não obtiveram acesso à política pública de habitação. Portanto, de acordo com o Decreto n.º 55/2011, para concessão das casas pelo programa, são seguidos por ordem de prioridade os seguintes critérios de seleção:

1º. Famílias residentes em assentamentos irregulares ocupados em áreas de risco, devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal;

2º. Famílias vulneráveis socialmente, comprovado através de relatório socioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social;

3º. Famílias oriundas do Programa SOS Habitação (Aluguel Social) e que não tiveram seus imóveis recuperados, após devida análise socioassistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social.

Além destes critérios há também uma reserva de 10 % das casas, que são adaptadas e destinadas às pessoas portadoras de deficiência, com mobilidade reduzida e idosos. Para a realização do programa alguns órgãos precisam atuar em parceria, de acordo com o Decreto N.º 055/2011, são eles: EMHAB, SMFAS, Defesa Civil e Secretaria de Governo, sendo a cada um destinadas as suas atribuições. Segue a distribuição no quadro 3, de acordo com o decreto:

**Quadro 3 – Atribuições dos órgãos responsáveis pelo programa Morar Feliz**

ÓRGÃOS	ATRIBUIÇÕES
Secretaria Municipal de Família e Assistência Social	<p>a) Coordenar o programa de que trata este decreto, devendo proceder às visitas domiciliares para a análise socioassistencial das famílias com o perfil descrito no art. 3º;</p> <p>b) Proceder a análise, por meio de Assistentes Sociais, da possibilidade de inclusão das famílias no programa;</p> <p>c) Efetuar a marcação das casas a serem concedidas e posterior aplicação do Formulário de Levantamento socioeconômico-habitacional;</p> <p>d) Celebrar com o beneficiário o Termo de Permissão de Uso, nos termos do anexo único deste decreto;</p> <p>e) Formar e manter o CRAS itinerante, o qual fará o acompanhamento sistêmico das famílias beneficiárias;</p> <p>f) Capacitar os agentes sociais e os estagiários bolsistas do Município, que entrevistarão as famílias no interior dos condomínios residenciais, sempre acompanhados de um assistente social;</p> <p>g) Proceder a inclusão das famílias beneficiárias em programas socioassistenciais públicos e/ou da Rede de Proteção Social, co-financiados pelo Município;</p> <p>h) Efetuar reuniões periódicas com as famílias beneficiadas antes, durante e após a entrega das moradias, como forma de mensuração dos impactos obtidos com a política habitacional criada;</p> <p>i) Providenciar a apresentação de temas, através de palestras educativas, como higiene e limpeza, meio ambiente, uso correto da pia e vaso sanitário, preservação do imóvel, dentre outros assuntos correlatos.</p>
Defesa Civil Municipal	<p>a) Emitir laudo de avaliação de risco iminente, procedendo o posterior envio à Secretaria Municipal da Família e Assistência Social;</p> <p>b) Proceder a retirada, em caráter emergencial, das famílias que se encontrem em áreas de risco iminente;</p>
Empresa Municipal de Habitação - EMHAB	<p>a) Identificar as áreas a serem desapropriadas para construção dos condomínios residenciais populares;</p> <p>b) Efetuar a construção de áreas de uso comum, bem como de um escritório de campo;</p> <p>c) Fiscalizar as famílias beneficiárias no que tange a conservação do imóvel concedido.</p>
Secretaria Municipal de Governo	<p>a) Articular com os Órgãos Municipais a disponibilização de programas e projetos destinados aos moradores dos condomínios residenciais populares;</p> <p>b) Supervisionar o cumprimento das competências destinadas a cada um dos Órgãos envolvidos;</p> <p>c) Efetuar a escolha e gestão do síndico, que será a pessoa responsável pela escuta das demandas dos moradores do condomínio residencial.</p>

Fonte: Decreto Municipal N.º 55/2011. Elaboração Própria.

Apesar da organização compartilhada, por meio das atribuições delegadas pelo decreto, algumas ações parecem desconectadas. Na realização do trabalho, nota-se que a maior parceria se dá entre a SMFAS e a Defesa Civil, que atuam na linha de frente realizando trabalhos como demarcação do território a ser atendido, identificação e cadastramento das famílias moradoras, organização da mudança, recepção das famílias e demolição dos imóveis da área de risco. Outro trabalho que foi iniciado pela SMFAS é o de fiscalizar as irregularidades praticadas por moradores após as mudanças, geralmente identificadas por meio de denúncias, como os casos de venda, aluguel ou abandono do imóvel.

Nota-se atualmente que algumas das atribuições não foram colocadas em prática, como por exemplo, as reuniões periódicas antes, durante e após as entregas. Na primeira etapa do programa, reuniões com os futuros moradores das casas ocorreram duas ou três vezes, segundo profissional do programa. Vale lembrar que esta problemática está interligada ao volume de atividades da equipe da SMFAS, devido à grande demanda de ações com curtos prazos para efetivação. O profissional destacou que a cobrança para que a equipe desse conta de fazer o trabalho e entregar as casas era grande, por isso a falta de tempo para um planejamento mais estruturado. Nota-se que o planejamento foi um ponto problemático aos profissionais na execução do programa, o que demandava grande sistematização e tempo para sua realização.

Observa-se também que o CRAS itinerante, conforme propõe o decreto, não tem sido efetivado, assim como não houve acompanhamento permanente do conjunto por equipe de bolsistas ou estagiários da prefeitura com assistentes sociais. O trabalho que foi inicialmente desenvolvido foi a formação de um grupo dividido nos cargos Assessor Técnico, Síndico e Agente Social, sendo que apesar da divisão, eles são popularmente conhecidos como “síndicos”. Foram aproximadamente 100 profissionais contratados por meio de indicação política. O trabalho visava o acompanhamento do conjunto por meio dos síndicos, que seriam uma “ponte” entre a prefeitura e os moradores. As atividades foram iniciadas em 2012 e neste mesmo ano foi interrompido devido à irregularidade das contratações.

Vale destacar que foi feita uma proposta pelo Serviço Social da EMHAB em 2011 referente à criação de um Núcleo de Apoio Social em cada

conjunto, com presença de equipe multiprofissional, mas o serviço não foi efetivado. As áreas de uso comum como praças e áreas comerciais também não foram construídas nos conjuntos habitacionais. Cabe mencionar que foram construídas em alguns bairros as “Vilas Olímpicas” oferecendo espaço para realização de atividades físicas e esportivas para a comunidade em geral.

Quanto à titularidade do imóvel, é firmada entre a prefeitura e o morador, no ato da entrega das casas, a assinatura de um “Termo de Permissão de Uso” e também de um “Termo de Negativa de Imóvel”, quando o morador afirma não possuir outro imóvel em seu nome. O morador adquire um comprovante de recebimento do imóvel no dia da entrega da casa, porém, o documento oficial de Permissão de Uso ainda não foi repassado às famílias.

Apesar da grande proporção do programa Morar Feliz no município atualmente, ainda há questões para serem discutidas acerca da realidade de vida das famílias beneficiadas no novo contexto. Não obstante, continuaremos a tratar deste programa, no capítulo a seguir, buscando a compreensão deste cenário com o detalhamento da pesquisa realizada junto aos moradores do programa habitacional Morar Feliz.

#### **4. Programa Morar Feliz sob a ótica do beneficiário. Metodologia e Resultados da Pesquisa.**

Este capítulo organiza-se em duas seções e se desdobrará em torno da pesquisa realizada acerca do programa habitacional municipal Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-Rj. Na primeira seção, será identificada a metodologia utilizada na pesquisa. Na segunda seção deste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com os moradores dos conjuntos habitacionais, por meio das entrevistas, evidenciando elementos relevantes acerca da nova formatação de vida desses moradores. Serão analisadas as percepções dos moradores acerca da vida no novo contexto, da casa e do programa Morar Feliz. A proposta deste capítulo materializa-se na realização de uma leitura crítica desta realidade, partindo do universo do morador e suas particularidades, dando centralidade à moradia e aos seus desdobramentos no cotidiano das famílias beneficiadas.

##### **4.1 - Metodologia e Fonte das Informações da Pesquisa**

A metodologia utilizada para a realização desta dissertação é qualitativa visando a compreensão de questões acerca do tema moradia por meio da percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais da primeira etapa do programa Morar Feliz, realizada entre 2011 e 2012 em Campos dos Goytacazes-RJ.

Sobre este tipo de pesquisa, destaca Minayo: “o verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento” (MINAYO, 2012, 623). E acrescenta que “a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico” (MINAYO, 2012, 626).

Para o desenvolvimento teórico deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos temas: urbanização, moradia, cidades, política pública de habitação, direito à cidade e direito à moradia, com a contribuição de autores da sociologia, filosofia, geografia, arquitetura e urbanismo, economia, serviço social, tendo em vista o caráter interdisciplinar do tema escolhido. Destaca-se que no curso de seu desenvolvimento foi iniciada a leitura e o desdobramento teórico para posteriormente partir para a pesquisa de campo, que segundo Minayo (2012) precisa estar munida deste saber, estando também o pesquisador aberto às novidades do campo.

Durante a pesquisa exploratória acerca do programa Morar Feliz foram realizados sucessivos contatos com alguns órgãos da prefeitura como o Departamento de Políticas Habitacionais da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS), a Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento (EMHAB) e a empresa Projetos e Consultorias de Engenharia (PCE). Foram utilizados também dissertações e artigos científicos acerca da realidade habitacional de Campos, bem como, matérias de jornal e da internet vinculadas ao tema.

A pesquisa contou com fontes primárias e secundárias. Para um conhecimento prévio acerca da realidade de vida dos moradores foi feita uma leitura dos dados da Pesquisa “Novos Territórios Urbanos”, coordenada pelo professor Geraldo Márcio Timóteo da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Trata-se de um *survey* realizado em 2012 e 2013 por pesquisadores da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF) e ocorreu nos 13 conjuntos habitacionais entregues do Programa Morar Feliz, com exceção do conjunto de Travessão, totalizando 643 entrevistas realizadas, com questionário, sendo 377 com moradores dos conjuntos e 266 com moradores do entorno dos mesmos. Teve como um dos principais objetivos:

Verificar a existência de um processo de segregação espacial que tem levado à formação de “Novos Territórios Urbanos” e contribuído para a manutenção da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal e das condições de sobrevivência da população pertencente aos estratos econômicos inferiores [...] (TIMÓTEO, 2012, p. 5).

Quanto à relevância da pesquisa “Novos Territórios Urbanos”, o autor destaca:

Em razão das dificuldades apresentadas e da necessidade crescente de compreender esses fenômenos é que esse estudo se faz necessário, pois, esses processos de assentamento/reassentamento, tanto integram, quanto reforçam o processo de segregação socioespacial que se processa, ora submetendo e/ou modificando o curso dos diversos movimentos organizativos dos grupos sociais ali representados, ora alicerçando ou fazendo ruir seus interesses e representações, que já são divergentes por si mesmos. (TIMÓTEO, 2012, P. 3).

A pesquisa supracitada revelou-se como o fundamental “ponto de partida” da presente pesquisa, trazendo desdobramentos e maior clareza acerca dos caminhos a serem percorridos. Utilizou-se o banco de dados da referida pesquisa, selecionou-se as variáveis de interesse, o que permitiu uma aproximação com a realidade a ser pesquisada e a seleção de três temáticas para serem trabalhadas mais a fundo neste trabalho: Moradia, Sociabilidade e Programa Morar Feliz.

Devido à sua amplitude, é preciso ressaltar que foram utilizados para análise apenas os dados referentes aos moradores dos conjuntos, excluindo-se os dados dos moradores do entorno, que não são alvo do presente trabalho. A partir da aproximação com estes dados foi possível um conhecimento prévio acerca da realidade a ser investigada, chegando ao entendimento das questões que deveriam ser aprofundadas, o que qualificou o direcionamento da pesquisa, resultando na elaboração de um roteiro de entrevistas.

Para um maior aprofundamento das questões da pesquisa, que envolvem a realidade desses conjuntos habitacionais, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, norteadas por um roteiro com perguntas abertas e fechadas, (Apêndice), com moradores das casas populares do programa Morar Feliz, contemplados na primeira etapa (2011 e 2012), constituindo-se a parte qualitativa da análise, proposta principal deste estudo. O entrevistado deveria ser o titular do imóvel ou chefe da família, com participação voluntária.

O roteiro de entrevistas contém uma identificação do conjunto e do morador entrevistado, não registrando o nome e endereço do mesmo em busca de



garantir o sigilo e a confiabilidade do entrevistado na pesquisa. O roteiro foi elaborado em torno das três temáticas: Moradia, Sociabilidade e Programa Morar Feliz. A primeira temática abarca assuntos desde a casa anterior até a casa atual, identificando os reflexos da mudança de moradia, bem como sobre a realidade vivida neste novo contexto, observando os serviços públicos oferecidos, as satisfações e insatisfações da população entrevistada com a moradia e outros itens que estes apontaram como importantes à sua vida, ao seu cotidiano. A segunda, a sociabilidade, abrange questões acerca das relações desenvolvidas pelas famílias no novo território (relações com vizinhos e familiares) e da sua participação neste contexto. A última temática propõe a realização de uma avaliação do morador acerca do próprio programa Morar Feliz e a identificação de suas percepções gerais sobre os assuntos discutidos ao longo das entrevistas.

Buscava-se com as entrevistas a compreensão do novo cenário de vida dos moradores nos conjuntos e o que a casa e este novo espaço representam para estes. Pretendeu-se com este instrumento de pesquisa a criação de espaços de diálogo com o entrevistado para abordar questões com maior profundidade e situações que foram evidenciadas na pesquisa “Novos Territórios Urbanos”, com o objetivo de compreender a sua percepção e a relação da nova moradia com as demandas expostas por este.

Seguindo a proposta da pesquisa, as entrevistas tiveram como foco de sua abordagem a primeira etapa do programa Morar Feliz, quando foram construídos 14 conjuntos habitacionais em 10 bairros diferentes. Porém, o conjunto de Travessão foi excluído da pesquisa, pois este foi ocupado por famílias antes da conclusão das obras<sup>71</sup>, sem passar pela avaliação técnica do programa, ou seja, sem a devida autorização. No entanto, a análise foi centrada nos 9 bairros compostos por 13 conjuntos habitacionais entregues pela prefeitura aos moradores que estavam dentro dos critérios de seleção, sendo eles: Parque Prazeres (I e II); Aldeia; Tapera (I e II); Eldorado (I, II e III); Lagoa das Pedras; Santa Rosa; Novo Jóquei; Penha; Esplanada.

As entrevistas ocorreram nos 9 bairros, sendo 3 entrevistados em cada um, totalizando 27 entrevistas. A escolha por este número de entrevista por conjunto

---

<sup>71</sup> O caso aguarda decisão judicial.

se deu a partir da percepção da amplitude que cada uma iria demandar e do tempo para realização da pesquisa de campo. Foi possível perceber durante a realização das entrevistas que, ao chegar no terceiro entrevistado, as informações coletadas revelavam questões próximas e/ou idênticas relatadas pelos moradores, apesar das particularidades que se colocavam também, o que confirmava a escolha pela quantidade de 3 entrevistados em cada conjunto.

A amostra não-probabilística foi o formato selecionado por meio do método “bola de neve”, cuja seleção dos entrevistados ocorre por meio da indicação de algum morador já entrevistado ou de pessoas que tivessem algum contato com moradores do conjunto. Cabe destacar que em alguns bairros havia indicação de algum morador antes da chegada ao conjunto, o que proporcionava maior facilidade no acesso ao local e na aproximação com os entrevistados. Porém, em outros bairros, pela dificuldade da indicação prévia de algum morador, a alternativa era a aproximação direta, porém, cautelosa, com os que estivessem dispostos a participar voluntariamente das entrevistas.

No início das entrevistas o morador recebia informações acerca da pesquisa, do pesquisador e de sua vinculação com a universidade, reforçando o sigilo garantido à sua identificação e a importância de sua participação. Também foi escolhido como instrumento de coleta da entrevista o gravador de áudio, a fim de registrar com maior precisão a fala dos moradores, que, com comunicação prévia do pesquisador, poderiam consentir ou não a gravação.

A realização das entrevistas e o contato com os bairros, observando a realidade urbana dos conjuntos, os equipamentos em seu entorno e a realidade habitacional dos moradores permitiram maior interação do pesquisador com a proposta da pesquisa. Segundo Minayo (2012, p. 624), “tanto na observação como na interlocução com os atores o investigador é um ator ativo, que indaga, que interpreta, e que desenvolve um olhar crítico”.

Os dias longos de entrevista, as tardes nas casas dos entrevistados nos conjuntos e as conversas nos comércios ofereciam riqueza e aprendizado que não só derivavam dos entrevistados, mas algumas vezes da própria comunidade, quando outros moradores se aproximavam do local em que ocorria a entrevista e também se pronunciavam. Percebia-se o desejo de colocar as insatisfações e necessidades pela população. Segundo Minayo (2012, p. 623) em uma pesquisa

“[...] é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere”.

As entrevistas ocorriam durante a semana, em dias variados, sendo iniciadas geralmente no turno da tarde e se estendendo até o turno da noite, ou, em alguns casos, pela manhã até o turno da tarde, com duração média de 2 a 3 horas por entrevista. No decorrer da pesquisa de campo algumas dificuldades também estiveram presentes como a falta de indicação prévia em alguns bairros, a distância considerável para acessar alguns conjuntos, o tempo para realização da pesquisa, dentre outros fatores. Foi possível alcançar o público-alvo com êxito e o número de entrevistados, conforme o planejamento da pesquisa.

Após a conclusão da pesquisa de campo, as informações das entrevistas foram organizadas para construção da análise. É preciso observar que, além da importância da parte quantitativa, referente à análise do banco de dados da pesquisa “Novos Territórios Urbanos”, que dará suporte à pesquisa, serão trabalhadas questões mais detalhadas da vida e do pensamento do entrevistado acerca dos temas selecionados, sendo central ao enfoque qualitativo do trabalho. Seguindo esta proposta, destaca-se que:

As pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa. (MINAYO, 1996 Apud BONI, QUARESMA, 2005, p. 70).

Partindo da análise dos dados da pesquisa “Novos Territórios Urbanos” e mais especificamente das entrevistas, acredita-se alcançar os objetivos da pesquisa, como: caracterizar a população beneficiada, conhecer as condições anteriores e atuais de moradia, analisar a visão dos moradores a respeito do programa, da nova moradia, dos serviços urbanos disponíveis e da vida social no novo contexto. Observar-se-á que as falas dos entrevistados serão destacadas para análise, porém, os conjuntos foram identificados apenas nos assuntos em que se considerou necessária sua verificação, tendo em vista a preocupação em preservar

a identificação do entrevistado e de realizar discussões mais ampliadas acerca das percepções dos moradores conjuntos.

As colocações e opiniões dos atores desta pesquisa são de valia imensurável à proposta deste trabalho, estando suas falas em evidência durante toda a análise, pois, “num trabalho de campo profícuo, o pesquisador vai construindo um relato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivas dos interlocutores, em que as falas de uns se acrescentam às dos outros e se compõem com ou se contrapõem às observações” (MINAYO, 2012, 623). À este rico momento do campo, busca-se a compreensão do que a autora Minayo (2012) denomina de “a lógica interna dos atores”. Outrosim,

O percurso analítico e sistemático, portanto, tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade. (MINAYO, 2012, 626).

Será adotado para o desenvolvimento desta etapa, o método de análise de conteúdo que “aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso”. (SILVA, ET. AL, 2005, p. 74). Este modelo de análise permite a aproximação com as falas buscando revelá-las em sua significação, logo, “não obedece à etapas rígidas, mas sim a uma reconstrução simultânea com as percepções do pesquisador” (SILVA, ET. AL, 2005, p. 74).

Para dar continuidade à esta proposição, seguem-se na próxima seção a exposição dos resultados desta pesquisa e seus desdobramentos junto à construção analítica interpretativa.

## **4.2 – Resultados e Discussão. A percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz sobre o novo contexto de moradia.**

Partindo para a análise das entrevistas, duas dimensões de análise serão evidenciadas, sendo a moradia e a sociabilidade, consideradas como ponto central da discussão da presente pesquisa, bem como os desdobramentos oriundos destas dimensões no cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz em Campos. Para tanto, a presente seção será composta por informações das entrevistas realizadas e dados selecionados da pesquisa “Novos Territórios Urbanos”. Será organizada em quatro subseções constituídas pelos assuntos: Perfil dos entrevistados, Moradia, Sociabilidade e Programa Morar Feliz.

### **4.2.1 – Perfil dos Entrevistados**

O perfil dos moradores dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz no que diz respeito às variáveis sexo, faixa etária e cor apresenta os seguintes resultados, conforme a pesquisa Novos Territórios Urbanos, que é representativa do universo: a) Sexo: a grande maioria é formada por mulheres (79 %) e apenas 21 % homens; b) Faixa etária: a predominância é da faixa etária de 18 a 40 anos; c) Cor: as cores predominantes na visão dos respondentes foram a cor parda (42,4 %) e a cor negra (37,7 %), como pode ser observado na tabela 10.

**Tabela 10: Perfil dos moradores dos conjuntos segundo Sexo, Idade e Cor**

<b>Variáveis</b>	<b>Categorias</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual (%)</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	298	21,0
	Masculino	79	79,0
<b>Idade</b>	18- 40 anos	229	60,7
	41-60 anos	110	29,3
	61-84 anos	33	8,9
	NR	4	1,1
<b>Cor</b>	Negra	142	37,7
	Parda	160	42,4
	Branca	58	15,4
	Amarela	6	1,6
	Indígena	1	0,3
	NR	10	2,7

Fonte: Pesquisa Novos Territórios Urbanos. 2013. Elaboração própria. 2015.

Apresenta-se a seguir as informações relativas aos entrevistados da pesquisa do presente trabalho, que não pretende ser representativa do universo. O perfil dos 27 moradores entrevistados foi traçado segundo as variáveis: Sexo, Idade, Cor e Titularidade, conforme visualizado na tabela 11.

**Tabela 11: Perfil dos entrevistados segundo Sexo, Idade e Cor**

Variáveis	Categorias	Frequência	Percentual (%)
<b>Sexo</b>	Feminino	23	85,19
	Masculino	4	14,81
<b>Idade</b>	21- 40 anos	14	51,85
	41-60 anos	11	40,74
	61-70 anos	2	7,41
<b>Cor</b>	Negra	8	29,63
	Parda	11	40,74
	Branca	8	29,63

Fonte: Elaboração própria. 2015.

Observa-se a predominância das mulheres nas entrevistas e da faixa etária majoritária de 21 a 40 anos, seguindo do grupo de 41-60 anos, com baixa participação de idosos. Em relação à cor da pele, houve uma predominância na cor parda e uma igualdade no quantitativo da cor negra e branca. Dos entrevistados, 21 são representantes titulares das casas, ou seja, proprietários legais do imóvel<sup>72</sup>, sendo apenas 6 'não titulares' encontrados na condição de cônjuge, familiar de titular falecido e morador que comprou o imóvel.

Observa-se a prioridade do programa em contemplar os moradores das áreas de risco da cidade. Um grupo menor fazia parte dos casos encaminhados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS), observando dois relatos de questões relacionadas à saúde. E o fator que chamou a atenção durante a pesquisa foi a percepção da existência de compra e venda dos imóveis, prática proibida pelo decreto do programa, porém, uma situação comumente percebida em outros conjuntos habitacionais já implantados na cidade. Reafirmando a existência deste problema, destaca-se a fala de um entrevistado:

<sup>72</sup> Com registro de permissão de uso em seu nome pela prefeitura.

*“Já me ofereceram vinte e oito mil, mas eu não vendo. Tem gente que vende por 13 mil. No começo venderam por trezentos e cinquenta para usar uma “pedrinha”. Já venderam por quinhentos, cinco mil e dezoito mil”.*

Esta é uma situação existente na realidade de conjuntos habitacionais em Campos, e a venda, conforme relatos de alguns moradores, se dá por inúmeros motivos como: não-adaptação do morador no local, problemas com vizinhança, com facções, distância da rede de convivência (família, amigos, escola), dentre outros. Nota-se que os referidos problemas poderiam ser avaliados anteriormente à mudança dos moradores caso estes fossem acompanhados mais de perto.

Quanto à composição familiar, foi identificada na pesquisa Novos Territórios Urbanos uma predominância de famílias compostas de 2 a 5 membros (71,8 %), sendo 21,2 % o percentual relativo à famílias com 4 membros. Considerando que as casas possuem dois quartos, o espaço parece reduzido para uma família composta por 5 ou mais membros. Este fato aponta para uma problemática percebida na Pesquisa Novos Territórios Urbanos que apresentou um percentual de 14,1% de famílias que utilizam a sala como dormitório e 0,8% que utilizam a cozinha como dormitório nas casas populares do programa Morar Feliz. É preciso destacar que nas antigas casas onde residiam estes moradores, este percentual era superior sendo 23,3% para a utilização de dormitórios na sala e 5,3 % na cozinha. É percebida então a queda significativa do percentual de utilização de outros cômodos como dormitório após a mudança, porém, ainda é confirmada a existência de famílias em situação de adensamento excessivo nas casas populares oferecidas pelo programa.

A pesquisa Novos Territórios Urbanos aponta que na casa antiga 66% dos moradores não utilizavam outro cômodo como dormitório além dos quartos, considerando que atualmente 82,8 % não utilizam, havendo melhora para algumas famílias no atual contexto, como demonstra a tabela 12.



**Tabela 12 – Utilização de outros cômodos como dormitório**

<b>Cômodos</b>	<b>Percentual (%) Antiga Casa</b>	<b>Percentual (%) Casa atual</b>
Sala	23,3	14,1
Cozinha	5,3	0,8
Não utilizavam / Não utilizam outros cômodos	66	82,8

Fonte: Pesquisa Novos Territórios Urbanos. 2013. Elaboração própria. 2015.

A subseção a seguir dará prosseguimento à discussão específica acerca da moradia (considerando suas condições anteriores e atuais) e a sua representação na vida dos moradores das casas populares.

#### **4.2.2 – Moradia**

Para melhor compreender o cenário atual, foram apontadas algumas questões com os moradores durante as entrevistas acerca da moradia anterior e da casa popular, moradia atual. Estas questões buscavam identificar características do antigo imóvel e do antigo local de moradia, destacando os pontos positivos e negativos considerados pelos moradores.

Buscou-se a partir desta percepção compreender o significado da mudança de moradia para estas famílias, passando para o entendimento da representação do novo território e da nova casa. Seguiu-se com a discussão do significado da “casa própria”, observando a satisfação do entrevistado com a casa atual, identificando também as problemáticas existentes nas casas, nos conjuntos e nos bairros, com apontamento de melhorias necessárias a serem realizadas nos locais dos conjuntos.

Também foi levantado junto aos moradores os serviços públicos existentes nas proximidades da nova moradia, observando se há formas de diálogo entre a população e a prefeitura no antigo e no atual local. Foi discutida a correlação moradia – qualidade de vida, visando analisar as percepções sobre os reflexos do atual contexto na vida dos entrevistados.

Sobre as características da moradia anterior cerca de 55 % dos entrevistados da pesquisa Novos Territórios Urbanos declarou que a casa era própria, 22,8 % pagava aluguel e 13,5 % morava em imóvel cedido, como mostra a tabela 13 .

**Tabela 13 – Tipo do domicílio anterior**

<b>Domicílio Anterior</b>	<b>Percentual (%)</b>
Próprio	55,2
Alugado	22,8
Cedido	13,5
Ocupado/Invadido	3,2
Herança	2,7
NR	2,7

Fonte: Pesquisa Novos Territórios Urbanos. 2013. Elaboração Própria. 2015

Os moradores residentes em área de risco, apesar de declararem possuir casa própria, na verdade, não a possuía de forma legal, tendo em vista, que nestas áreas as terras são vendidas de forma ilegal. A Pesquisa Novos Territórios Urbanos revelou que 60,5 % dos moradores declararam que a casa antiga possuía de 3 a 5 cômodos, e 44 % declarou que a casa antiga possuía apenas 1 quarto.

Como já mencionado neste trabalho, as casas do programa Morar Feliz são compostas por dois quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha, sendo o seu tamanho mais adequado às famílias compostas por três ou quatro componentes. Mas vale considerar que as casas apresentam um avanço na realidade habitacional de parte significativa dos entrevistados.

Algumas características do antigo imóvel foram destacadas nas falas dos entrevistados, que mencionaram alguns problemas, expressos a seguir:

*“Era uma casa muito boa pra morar, mas era úmida, tinha rato e meu filho dava crise”.*

*“Muito ruim, chão grosso... Não era nem uma casa era um cômodo grande com quarto, banheiro e cozinha. Sofria muito com esgoto”.*

*“Não tinha água, o caminhão pipa que tinha que levar água pra gente”.*

*“Onde eu morava era sem ventilação e meu filho tinha problemas respiratórios”.*

*“A casa estava num estado ruim. Uma casa sem água, sem banheiro e paredes caindo”.*

*“Muito rato, sem iluminação, sem esgoto, sem água... A água suja ia pra rua e gerava confusão com os vizinhos”.*

*“Lá a gente não tinha chuveiro, a gente tomava banho de balde e não tinha pia pra escovar o dente. Não tinha esgoto, água encanada...”.*

*“O banheiro estava “cai, mas não cai”, mas nunca caiu. Mas o resto era tudo bom”.*

Observa-se nas falas anteriores a precariedade dos imóveis onde os entrevistados residiam, não somente em relação à estrutura da casa, mas também ao saneamento básico, que aparece em algumas falas como um item inexistente no contexto de moradia de alguns dos entrevistados. Destaca-se que o saneamento básico é fundamental à moradia, mas também essencial à saúde do indivíduo. De acordo com o art.º 3.º da Lei 8.080 do Sistema Único de Saúde (SUS), “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação o transporte, o lazer, o acesso à bens e serviços essenciais [...]” (BRASIL, 1990).

Nota-se que a insalubridade é um elemento presente no cotidiano destas famílias. Considerando que as áreas de risco de intervenção da prefeitura de

Campos são áreas periféricas, estando em zonas mais afastadas da região central da cidade, estas ficam distantes do acesso a serviços públicos essenciais. De acordo com Santos (2012, p. 144), “num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem”.

Um acontecimento comum à realidade habitacional de alguns moradores era a ocorrência de enchentes, catástrofes marcantes e presentes no histórico do município. Logo, as cheias e outros acidentes provenientes das áreas de risco onde moravam são lembrados neste momento da entrevista:

*“Casa muito ruim de telha Eternit. Lá era baixo, quando chovia entrava água”.*

*“Quando a gente veio pra cá a água já tava dentro de casa, estragou meu guarda-roupa todo. O que eu tinha acabou tudo, eu fui comprando aos poucos”.*

*“Quando colocamos piso, logo deu enchente e perdemos os móveis”.*

*“Quando enchia o rio, entrava água e eu ia pro colégio”.*

*“Pra mim era bonzinho ali, o problema é carro, a gente via muito acidente”.*

Observa-se nas falas anteriores que as famílias viviam em um cenário de preocupação e insegurança no que tange à moradia, pois os riscos eram constantes no seu cotidiano. A perda dos móveis e pertences nas enchentes, além da deteriorização da casa, acarretavam sérios danos às famílias, não só do ponto de vista material, mas também emocional, visto que, após o desastre tinham que reestruturar a vida no único espaço que tinham. Somente com o tempo é que algumas famílias conseguiam repor alguma mobília e tentavam reorganizar a vida, sendo a preocupação com a reincidência do fenômeno um sentimento constante.

É preciso observar que o programa habitacional Morar Feliz nasce tendo como principal público-alvo os moradores das áreas de risco. Boa parte delas são áreas afetadas pelas enchentes e quando ocorriam os moradores dessas áreas eram abrigados em espaços públicos como escolas, creches, Ciep's (Centros

Integrados de Educação Pública) e outras instituições. Ao longo dos anos, parte desta demanda foi sendo encaminhada para o aluguel social e se tornou numerosa, sendo público-alvo de políticas habitacionais no município, já que muitos perderam suas casas. Sobre um grande episódio recente de enchente em 2008<sup>73</sup> em Campos, destacam Malagodi e Siqueira (2012, p. 5): “No início de dezembro de 2008 cerca de 8 mil pessoas foram “atingidas pela chuva” nas áreas mais críticas do evento neste município (2.450 desabrigados e 5.500 desalojados)”. Em 2012 novas enchentes ocorreram trazendo diversos danos à população.

Há que se destacar que as áreas de risco que foram atendidas pelo Morar Feliz eram não somente áreas afetadas por enchentes, mas também áreas próximas de rodovias e ferrovias, sendo o programa importante na redução das moradias nessas áreas no município. Alguns moradores chegaram a relatar experiências com acidentes trágicos em suas localidades:

*“Tinha uma linha de trem atrás e uma BR na frente. Hoje eu sou hipertensa por causa da BR. Um caminhão de mármore entrou no quintal da minha filha, quase veio no meu rosto. Já teve um carro que passou por cima das crianças brincando”.*

*“Uma vez um carro entrou no meu quintal”.*

Os riscos nestes casos provocaram tragédias na localidade com perda de amigos e familiares, sendo um fator que agredia não somente à integridade física dos moradores, mas também a psicológica, na medida em que as áreas de risco em algumas falas aparecem como um sentimento de apreensão e insegurança na vida dos moradores.

O que não se pode desconsiderar é o apego pela moradia antiga, que mesmo com todas as problemáticas apresentadas, foi expresso na primeira e na última fala da exposição abaixo. Mas também é preciso salientar que aspectos positivos apareceram em diversas falas durante as entrevistas.

---

<sup>73</sup> O município também sofreu grande impacto de enchentes em 2007. Ver: MALAGODI; SIQUEIRA, 2012.

*“Por mais que fosse área de risco lá a gente tinha comércio, ônibus toda hora, pelo menos tinha alguma coisa que a gente precisava. Aqui não tem”.*

*“Lá era mais animadinho. Eu trabalhava a semana toda, mas no final de semana lá era bom”.*

*“Tinha supermercado perto, escola, padaria, farmácia. Lá a vida era mais prática”.*

*“Tudo perto, posto de saúde, supermercado, padaria era uma maravilha! Ia até pro centro a pé”.*

*“Pra mim lá não tinha problema nenhum. Só a casa que estava muito velha e muita gente embolada”.*

A vinculação do indivíduo com a casa, com o espaço onde se construiu a família e vivenciou relações afetivas são elementos fundantes desta relação. A proximidade do comércio local, escola, creche, o acesso ao centro e as relações com a vizinhança e o entorno aparecem como itens relevantes aos moradores durante as falas, pois referem-se ao acesso e às facilidades da vida cotidiana. A dificuldade para conseguir vaga na creche, a distância entre o novo bairro e a escola e de alguns equipamentos públicos aparecem nas falas. Porém, para alguns moradores os problemas existentes são superados pelo afeto com a antiga casa. Logo, foi possível notar que ainda há muitos laços com este antigo local de moradia que se expressaram na fala dos moradores.

*“Uma casa grande, muito boa, consegui terminar ela com vinte anos de trabalho. Vivi lá trinta anos. Uma moradia que me deu tudo, a criação dos meus filhos...”.*

*“Lembro do pé de laranja desde pequeno. O negócio são os cinqüenta anos de moradia, tive os filhos ali. Eu passo lá, nem olho pra não lembrar... Meu filho chorou muito”.*

*“A casa não era melhor do que essa, mas o lugar era melhor. Morei vinte e seis anos lá. Acho que me acabei aqui”.*

*“Foi de lá que eu saí do aluguel”.*

*“Tem vez [sic] que eu sinto saudade de lá porque morei muitos anos, mas lá não tinha o espaço que tenho aqui”.*

*“Eu acostumei naquele lugar. Ali é perto de tudo. Perdi meu marido e criei minhas filhas lá”.*

Observa-se o sentimento de saudade demonstrado nas falas com os longos anos de moradia e convívio na antiga casa, que oportunamente trouxe à memória lembranças e uma relação afetuosa dos entrevistados com este espaço, revelando a importância desta experiência na construção de suas histórias de vida. Todavia, destaca-se que a permanência destes moradores nas áreas de risco foi permitida por muitos anos pelo poder público, sendo criados territórios na ilegalidade e toda sua rede de relações foi sendo desenvolvida ao longo dos anos, sendo a ruptura “dolorosa” para estes moradores, que inesperadamente receberam em suas casas a visita de técnicos da prefeitura com proposta de reassentamento em conjunto habitacional do programa Morar Feliz. Alguns lembram como foi o contato com a prefeitura:

*“Chegaram lá mais ou menos 11 horas para tirar todo mundo e no outro dia mudariam a gente. Essa maluquice de Rosinha. Ela (prefeita) ficou de fazer uma área lá e não fez nada. O importante é que não deixou ninguém na rua”.*

*“Eu falei: vocês estão me vendo aqui, mas eu só quero ficar junto dos meus filhos. Eu só separo por morte.”*

*“Vivi lá 30 anos [...]. Acho que eu merecia uma indenização que não foi dada”.*

*“Eles fizeram uma coisa muito errada, alguns vizinhos ficaram. Se eu soubesse quem nem todo mundo viria eu não saía. Lá eu falava com todo mundo, sentava na frente. Hoje faço tratamento com neuro, suo frio, não vou ao centro sozinha mais, eu não gosto daqui”.*

*“Não é que você ia aceitar não, tinha que pegar, não tinha escolha. A gente saiu de lá assim, a gente não acredita em mais nada”.*

*“Prometeram área comercial, quiosque, posto policial e não teve nada né? Foi um boato. O assistente social especificava quem tinha comércio, mas nada”.*

Durante as entrevistas era possível perceber a existência de pessoas que não possuíam interesse de sair de suas moradias, mas que ao verem vizinhos saindo e que casas ao redor seriam derrubadas acabaram por decidir pela mudança. Pode-se notar durante as conversas com os moradores que foram feitas intervenções pela prefeitura de forma repentina e apressada, pois não havia um contato prévio de mobilização e aproximação com a 'comunidade-alvo', tendo os moradores que decidir fria e rapidamente sobre sua mudança e observar os rumos de sua comunidade, já traçados pelo poder público. É preciso ressaltar que durante o trabalho da prefeitura nas áreas de risco, ocorriam resistências quanto à saída do local, e alguns por resistirem ficaram e permanecem até hoje nestas áreas, convivendo com os espaços "vazios", terrenos dos antigos moradores que se mudaram para o conjunto. Observa-se que o receio de ficar sozinho no local, com a saída de vizinhos, também foi um motivo para que alguns moradores aceitassem a proposta da prefeitura.

Uma problemática relevante neste processo do diálogo foram os moradores que possuíam comércio, que foram cadastrados como comerciantes durante as intervenções, mudaram-se para os conjuntos e não obtiveram retorno da prefeitura. Além dos comércios não terem sido planejados e construídos nesta proposta habitacional pela prefeitura, os comerciantes dos conjuntos ficaram à mercê da própria sorte, considerando que o comércio era sua fonte de sobrevivência e sua clientela era a própria comunidade. Hoje, apesar de a prefeitura alegar que qualquer alteração na característica do imóvel caracteriza irregularidade, alguns tiveram como estratégia a ampliação da sala para instalação de comércio.

Outra complicação que deve ser considerada foi a situação das igrejas existentes nas áreas de risco demarcadas, que foram demolidas e desconsideradas pela prefeitura. É sabido que alguns de seus representantes fizeram contato com a prefeitura durante as intervenções informando e formalizando sua participação na comunidade local e sua importância por meio de carta, mas esta questão também não foi considerada.

Na concepção marxista as produções simbólicas se dão como instrumentos de dominação, sendo produzidas pela classe dominante a partir da proliferação de suas ideias sobre a classe dominada, que, desmobilizada, legitimam os princípios impostos. De acordo com a compreensão de Bourdieu (1998) os



sistemas simbólicos se constituem como instrumentos estruturantes e estruturados exercendo função política no meio social influenciando diretamente nas diferentes apropriações dos diferentes grupos sociais, fazendo, portanto surgir a imposição e legitimação de uma classe sobre a outra, uma espécie de hierarquização. Bourdieu (1998) chama essa dominação de “violência simbólica” onde forças se opõem e sobrepõem em sentidos divergentes, representando uma luta simbólica quotidiana onde se buscam a prevalência e legitimação de seus interesses, o que gera poder. Nesse caminho podemos entender que a imposição de poder pelos mais fortes, gera, conseqüentemente, uma legitimação sobre os mais fracos, que submetendo-se à este poder tornam-se dominados. Neste cenário a classe dominada, tendo menor força simbólica, irá subordinar-se numa concepção de favor para com a classe dominante, numa posição inferior da visão hierárquica de classes. Os sistemas simbólicos, portanto, influenciam diretamente nas relações sociais de interação ou oposição entre classes, mas o poder simbólico possui um efeito quase “mágico” na mobilização de grupos, imposição e legitimação violenta de ideias, ideologias, interesses, que coagem os mais fracos a efetivá-las. O poder simbólico, partindo dos instrumentos que o permite ser legitimado, estabelece uma relação entre os que exercem o poder e os que lhes estão submetidos, promovendo uma percepção naturalizada da dominação. Segundo Bourdieu,

“[...] É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p.7, 8).

Nesse sentido, o poder simbólico só se estabelece nesta relação antagônica entre interesses, ideologias e classes sociais mediante a imposição violenta de forças socialmente dominantes, atuando sobre as forças socialmente dominadas, que as legitimam pelo poder da palavra, pela posição social que se inscrevem e pelos mecanismos que os incutem o sentimento de subordinação e dever de respeito. O poder simbólico é uma mão dupla de dominação e

subordinação que envolve um contexto ampliado e permeado de contradições, mas que se desenvolve de forma “natural” e quase imperceptível.

Partindo deste entendimento, podemos notar que durante algumas intervenções da prefeitura em comunidades o poder simbólico foi exercido à medida que moradores não puderam pensar e participar da formatação previamente concebida sobre seus futuros. De acordo com Santos (2012) o indivíduo é cidadão em algum lugar, ou seja, ele precisa morar, sobretudo fazer parte de um território, sendo este um lugar de pertencimento.

Para melhor compreender a visão dos moradores acerca da significação da mudança, seguem algumas falas.

#### **Dificuldades:**

*“No início foi estranho, foi duro. Minha esposa levou mais de 1 ano para se acostumar com o local. Após 2 anos e meio é que fomos acostumando”.*

*“É muito diferente você sair de um lugar e ir pra outro”.*

*“Às vezes eu sentia muita diferença porque eu criei meus filhos pequenos lá”.*

#### **Adaptação - Aceitação:**

*“Depois de 3 anos eu acostumei e não me vejo fora daqui”.*

*“Foi uma mudança boa, a gente morava lá, era uma área de risco. No começo foi ruim pra acostumar, hoje todo mundo já acostumou. Aqui a gente tem água encanada, esgoto...”.*

*“Ótimo! Ta doido? Ajoelhei e agradei a Deus! A casa tava cheia de barro, vim pra cá e limpei tudo”.*

*“A casa veio toda prontinha com janela, piso, menos o muro que Rosinha não me deu”.*

*“Mudou muita coisa. Meus filhos tem o quarto deles. Eu morava em três cômodos”.*

*“Muito bom, por que eu não moro mais em beira de rio, não tenho preocupação de chover. Com criança é complicado”.*

*“Ah tudo... Eu moro num palácio! Só em ter um piso, os quartos... Foi tudo!”.*

### **Adaptação – Não aceitação:**

*“Marcou de forma ruim. A casa é boa, mas o local eu não gostei. Olhei lá onde estava minha casinha eu pensei: Ah meu Deus se eu pudesse voltar atrás...”.*

*“Você mexeu com minha cabeça hoje, são cinquenta anos né? Lá eu era X (entrevistado mencionou o nome completo), aqui você é mais um e acabou. A raiz morre toda”.*

Observa-se nas falas anteriores a diversidade de significações do processo de mudança na vida dessas famílias. O problema da adaptação foi o item mais evidente nas entrevistas, quando os moradores relataram que levaram anos para aceitar o novo lugar, e neste caso, trata-se do território e da questão localização. Santos (2012, p. 80) ao discorrer sobre espaço e alienação, expõe: “Espaço é, na linguagem filosófica, sinônimo de objetificação, coisificação, reificação...”, logo,

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno do lugar é uma troca, matriz de um processo intelectual. (SANTOS, 2012, 81).

A vida em um novo espaço, portanto, representa um processo de aprendizagem entre o homem e o espaço, cujo indivíduo precisa se dispor. Esta “adaptação” é exemplificada por Santos no processo de migração, que segundo o autor prejudica o indivíduo, desterritorializa-o, o que gera o “estranhamento”, pois, o território representa um conjunto de elementos da vida cotidiana, expressando sua identidade. Sendo estes elementos diferentes de um território para outro, ocorre um impacto sobre o modo de vida dos indivíduos. Pôde ser observada na última fala um

tom de indignação do morador, que sentia-se importante no outro local de moradia por ser conhecido por todos da comunidade. Em conversa demonstra que com a mistura de pessoas de outros bairros e ruas sentiu-se perdido, por estar em um lugar com outros novos vizinhos, oriundos de outras localidades. A sensação de estar em um lugar novo e de ter tido seus vínculos perdidos esteve presente em seu discurso, sendo observada a importância do território antigo na vida desses moradores.

Durante a pesquisa foram observadas muitas reclamações pelo distanciamento dos serviços, conforme já ressaltado, mas também do próprio lugar que aparece ao morador como o “novo”, o lugar do desconhecido, da descoberta e também do receio. Considera-se também, diante deste contexto, que os moradores saíram de áreas periféricas e nelas permanecem. De acordo com Santos (2012, p. 143)

Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar (SANTOS, 2012, p. 143).

Para reafirmar esta ideia destaca-se a fala de um morador: *“Eles fazem favela de luxo, porque uma casa dessa pra favelado é luxo, não é barraco”*. Todavia, estes espaços segregados das regiões possuidoras de maiores investimentos precisam utilizar estratégias para acessar alguns serviços e as áreas centrais da cidade. Para que haja igualdade entre os cidadãos é preciso igualdade no acesso aos bens e serviços essenciais, sendo o mínimo de dignidade (SANTOS, 2012). É possível perceber também nas falas anteriores um sentimento de felicidade pela saída do aluguel ou pela casa popular ser maior e melhor que a casa antiga devido à questões relacionadas à saúde, ao saneamento, ao tamanho da casa, dentre outros. Nota-se também em uma fala a citação da prefeita do município por um morador relacionando sua imagem com a política pública, como quem “deu” a casa, não contendo uma concepção do acesso pela via do direito.

Vale destacar neste momento, que em todos os conjuntos habitacionais após as entregas das casas feitas pela equipe da SMFAS, ocorria a “inauguração” do conjunto, tendo a presença da prefeita, dos secretários municipais e de uma banda musical. Neste evento havia uma apresentação musical, ocorriam discursos da prefeita e de alguns representantes, bem como a realização de sorteios de eletrodomésticos (doados pela construtora) e a entrega de uma chave simbólica a um morador pela prefeita. Segue discurso<sup>74</sup> da prefeita Rosinha durante uma inauguração:

*“Estou cumprindo aqui na Tapera mais uma das promessas de campanha, que algumas pessoas que gostam de criticar gratuitamente diziam que não iríamos fazer: dar casas com dignidade para quem precisa. Só quem mora na beira da rodovia sabe como é importante receber uma casa com essa estrutura, afastada do perigo. Aqui as crianças tem calçadas largas e quintal gramado para brincar. As ruas são asfaltadas e ninguém vai mais caminhar dentro da água de chuva misturada com esgoto que transborda das fossas”.*

Os discursos eram relacionados às comunidades e seus problemas principais nas áreas de risco de origem e ao cumprimento de benfeitorias pela prefeitura/governo por meio das construções das casas. Durante as idas à algumas inaugurações foi possível perceber que os moradores compareciam ao evento, além de alguns tentarem ao término conversar com a prefeita ou com seus secretários para levar questões do seu cotidiano. Alguns chegavam a convidar representantes do governo para entrar e conhecer suas casas durante o evento.

Seguindo para o novo contexto habitacional, a representação da mudança e da casa nova pode ser observada nas falas a seguir:

*“Um lugar melhor, uma casa melhor e felicidade que lá não tinha. Lá a gente só vivia com preocupação com negócio de rio. Uma hora enchia uma hora voltava”.*

*“Minha casa é maravilhosa, é boa. Aqui nós temos luz, tudo direitinho, lá era gato né? Pagando é melhor porque a gente pode reclamar”.*

---

<sup>74</sup> Fonte: Site oficial da Prefeitura. Disponível em: [http://201.18.169.13/exibirNoticia.php?id\\_noticia=7512](http://201.18.169.13/exibirNoticia.php?id_noticia=7512). Acesso em 04/03/15.

*“É uma maravilha porque eu não ia ter [sic] condição de fazer uma casa dessa”.*

*“Para quem nasceu no lugar aqui não representa nada. Lá nasceu meu pai, meu avô... O morador mais antigo de lá era meu avô. Teve gente que vendeu antes de vir. Ah minha casa, meu pé de carambola, de goiaba...”.*

*“Não é linda não, mas é tudo que eu tenho. Eu quero fazer um muro bom. Eu sonho em ter um interfone aqui. É no conjunto habitacional, mas é uma casa. Quem não tem quer”.*

Identifica-se nas falas a satisfação das pessoas por ter recebido a casa, considerando-a como uma conquista importante em suas vidas. Mas nota-se claramente, que ao falarem da casa atual, retornam à algumas lembranças da casa antiga, positivas e negativas, conforme se observa. Reforça-se aqui a importância de se considerar os elos estabelecidos desses moradores com suas antigas casas, mas também com o antigo território como um todo. À medida em que se busca uma adaptação com o novo território, a casa é o principal ponto de apoio da família, pois é nela que a família busca sentir amparo, segurança e felicidade. Desperta a atenção a última fala quando a moradora diz “é no conjunto habitacional, mas é uma casa”. A forma colocada pela entrevistada parece imbuída de um sentimento de inferioridade ao falar de sua casa em conjunto habitacional. Sabe-se que existe uma relação comparativa com os elementos conjunto habitacional e favela. Há uma tentativa de identificá-los devido aos seus modos de vida, por serem famílias de baixa-renda, ex-moradores de espaços ilegais, mantendo uma visão estigmatizada do grupo social. Esta visão pode ser percebida também na pesquisa Novos Territórios Urbanos quando 28,2% dos moradores do entorno dos conjuntos relacionaram os problemas existentes no bairro com a chegada dos conjuntos habitacionais. Observa-se que há, sobretudo, ainda nestes territórios um sentimento de resistência na aceitação da população dos conjuntos pelos já estabelecidos<sup>75</sup> no território por mais tempo.

---

<sup>75</sup> Esta situação pode ser identificada na abordagem da pesquisa realizada por Norbert Elias e Scotson (2000) em “Os estabelecidos e os Outsiders” ao observar a relação de sociabilidade entre vizinhanças locais, as já estabelecidas por longos anos e os moradores que chegaram à posteriori, existindo um sentimento de exclusão do primeiro grupo para com o segundo. Ver: ELIAS, SCOTSON (2000).

Para melhor compreensão do que seria a casa sob a ótica das famílias dos conjuntos, foi perguntado qual seria a sua compreensão sobre casa própria. Algumas falas se destacam:

*“Tudo de bom e mais ainda. Aqui eu já falei: não vendo, não alugo e não dou. Essa casa caiu do céu. Só de pensar que eu deito na minha cama e saber que é a minha casa e ninguém vai me tirar...”*

*“O aluguel dorme e come com a gente né? É um sonho realizado!”*

*“Tudo. Se um dia eu faltar ou meu esposo sei que vai ficar para os meus filhos”.*

*“É privacidade, é liberdade, é tudo. É um respeito que a pessoa tem. Morar junto é complicado. Você entra e sai a hora que quer”.*

*“É tudo e nada. Sem documento não vale de nada. Você não tinha nada e nada tem aqui”.*

As colocações destes moradores evidenciam que a casa própria representa uma segurança de vida, pois não despendem mais recursos para morar, como nos casos de aluguel, e para os casos das áreas de risco a sensação de terem saído de áreas que apresentavam riscos às suas vidas para morar em um local regular e com a estrutura minimamente necessária. A valorização da casa é percebida nas falas dos moradores, havendo também um sentimento de liberdade com relação à privacidade por antes terem morado em casas compartilhadas com outros membros da família. Quando se lê que a casa própria é “um respeito que a pessoa tem”, pode-se remeter à noção de cidadania relacionando ao que se refere a Constituição vigente em seu Art. 6.º, Cap. II, quando garante a moradia como um direito social (BRASIL,1988).

Destaca-se a última fala exposta que remete a indignação de um morador por ainda não ter recebido da prefeitura o documento legal da casa em seu nome após mais de três anos de mudança, sentindo-se ainda na ilegalidade como no antigo local de moradia. É interessante destacar que aparece também uma relação de dependência do beneficiário com o poder público por não ter em mãos

ainda a documentação da casa, como mostra a fala: *“Você não pode virar as costas pra eles, você não tem documento de nada aqui”*. Nota-se que apesar de a casa popular ser fruto de uma política pública e configurar um direito da população beneficiada, ainda observa-se um sentimento de “dependência”, quando reivindicar um direito pode parecer “desobediência” ao governo, temendo o morador pela perda de seu imóvel.

Observamos durante as entrevistas que nenhum dos entrevistados havia recebido a documentação do imóvel pela prefeitura. Este documento refere-se ao Termo de Permissão de Uso (Anexo 3), instrumento definido pela prefeitura que formaliza o imóvel em nome do morador, especificando a casa como um bem público pertencente à prefeitura. Logo o beneficiário não tem total autonomia sobre o imóvel, não podendo alugar, vender ou utilizá-lo para fins que não sejam o da moradia. Foi feito contato com profissional do Departamento de Habitação da prefeitura em Maio de 2015 que informou que as documentações das casas estão começando a ser liberadas por conjunto e fazem parte do novo projeto da prefeitura “Viver Feliz no bairro”.

O referido projeto vem sendo anunciado recentemente pela prefeitura em comemoração aos 180 anos da cidade. É um projeto itinerante que ocorre quinzenalmente e oferece assistência da prefeitura por meio da oferta de serviços de algumas secretarias nos conjuntos do Morar Feliz e tem como atividade central a entrega dos documentos das casas em nome dos proprietários. Em uma das ações os serviços prestados<sup>76</sup> foram: corte de cabelo, manicure, aferição de pressão arterial, teste de glicemia, cadastro para hortas domésticas, distribuição de mudas de árvores, balcão de empregos, atendimento jurídico, isenção para a 2ª via de identidade, dentre alguns outros. Até o momento, os conjuntos anunciados pela prefeitura de terem recebido os documentos são: Esplanada, Tapera I e Saturnino Braga, mas a prefeitura anuncia que todos os conjuntos serão visitados, recebendo os moradores a documentação oficial da casa.

---

<sup>76</sup>Fonte: Site oficial da prefeitura de Campos. Disponível em: <http://www.odariodecampos.com.br/viver-feliz-nos-180-anos-de-campos-20080.html>



Em matéria no site da prefeitura<sup>77</sup> sobre o projeto, publicada em 23/03/15, o atual secretário de governo, Anthony Garotinho mencionou em entrevista:

*“Vamos comemorar o aniversário da cidade junto à população, regularizando a situação de vida dessas pessoas, uma gente sofrida que vivia na beira do rio, às margens de rodovias, em meio a esgoto. Vamos começar com a dignidade de um endereço oficial e já com a entrega do título do imóvel que receberam. Hoje o título é precário e a casa, da Prefeitura de Campos. Com o título de legitimação de posse, a casa passa a ser da Prefeitura na posse da pessoa que foi cadastrada, beneficiada e que mora no imóvel. Futuramente, depois de alguns anos, cumprindo todas as regras do programa habitacional da Prefeitura, essa pessoa terá a propriedade da sua casa [...]. Queremos que essas famílias, que ainda sofrem tanto preconceito, sintam que estão sendo acompanhadas pelo governo. Nas ações do Viver Feliz, queremos levar conscientização sobre saúde, cultura, trabalho e renda, cidadania, levando serviços e ajudando na mudança de mentalidade, para que essas pessoas, valorizando mais o lugar em que moram, valorizem mais a si mesmas e façam do local em que moram, um condomínio melhor de viver [...].”*

Com este novo projeto, a prefeitura “se aproxima” dos conjuntos habitacionais com ações pontuais e o título do imóvel poderá ser um problema sanado após 4 anos e meio de existência do programa. Observa-se também que estas ações nos conjuntos podem estar sendo direcionadas por intenções políticas, visto a proximidade com das eleições municipais em 2016. Mas, até o momento não há uma proposta de acompanhamento contínuo dos conjuntos, não no sentido polialesco, mas no sentido do amparo, do acompanhamento das famílias na pós-ocupação, oferecendo serviços efetivos à estas comunidades que já estão distantes de diversos equipamentos essenciais e reclamam por melhorias, conforme veremos ao longo das análises.

Retomando às entrevistas, ao falarmos sobre a moradia, foi perguntado aos moradores se estes sentem-se satisfeitos com a casa, havendo uma demonstração de satisfação durante as respostas. Dos 27 entrevistados, 20 encontravam-se plenamente satisfeitos, 1 declarou-se insatisfeito e 6 apresentaram dúvidas e/ou ressalvas. Observe os motivos expostos a partir das falas:

---

<sup>77</sup>Fonte: Site oficial da prefeitura de Campos. Fonte: Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=30322](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30322)

*“Sou feliz aqui na minha casa com meus filhos. Meus filhos viviam doentes naquele poeiriço”.*

*“Muito satisfeita. Meu Deus! Só de ter saído de onde eu saí eu tô muito feliz. Só de ter um cantinho para meus filhos”.*

*“Porque já não tem mais preocupação de estar esquentando a cabeça com aluguel por mês, já dá pra comer melhor, comprar umas coisas para dentro de casa... aliviou bem”.*

*“Por conta de um quintal amplo e a casa me dá o suporte que eu preciso. Hoje depois de me acostumar eu estou satisfeito”.*

*“Muito satisfeita e muito feliz. Eu sei que pode dar essa chuva e não ter que ficar vigiando a água”.*

*“Pra mim é tudo de bom. Não tem coisa melhor você estar dentro de uma casa própria, não depende de ninguém, não tá ouvindo conversa fiada. Eu falo que aqui eu que mando, porque eu to na minha casa”.*

Nota-se a satisfação, mas, observa-se diferentes percepções acerca da casa. Alguns valorizam a importância da nova casa apontando para melhoria dos gastos mensais, assim como a melhoria na questão saúde devido aos problemas com umidade e falta de saneamento da antiga moradia. Alguns ressaltam que a nova casa trouxe mais espaço à família, outros a privacidade adquirida por morarem muito próximo de outras pessoas. Mas ressalta-se também que, em algumas falas, apesar da satisfação, algumas colocações aparecem com certo tom de dúvida quando ressalvas são colocadas.

*“Fazer o que? Tem que estar né? Eu tinha a minha e me deram outra, mas quem não tinha ficou mais feliz né? Lá em casa não entrava água não. Sei lá que revolução que deu naquilo e tirou de um dia pro outro todo mundo” [sic].*

*“Não é 100 %, mas é bem melhor do que onde eu morava. Quando eu peguei a casa veio cheia de problemas. Não tinha água na torneira e o ralo veio entupido de concreto. As janelas não vieram com tranca”.*

*“Estou ficando até terminar minha obra né? Mas eu tô feliz aqui [sic]”.*

*“Só não estou satisfeita por que Rosinha não me deu o documento da casa”.*

*“Eu não tinha isso aqui e hoje ter isso aqui... Apesar do lugar, dessas guerras, eu gosto daqui”.*

*“Com a casa sim, com a moradia não. É essa mudança de bairro né? [sic]”.*

Nas colocações acima aparecem algumas questões acerca da casa, da mudança e do cotidiano do morador. Na primeira fala observa-se que a moradora não entendia o motivo da saída de seu imóvel antigo e parece considerar que o programa beneficiou ainda mais aos que não possuíam casa, pois os moradores das áreas de risco tinham onde morar, reclamando da rapidez das remoções das famílias. Esta evidência demonstra ainda uma vinculação territorial das famílias, conforme tem se reproduzido durante esta análise e observado em falas anteriores referentes a outras questões, assim como a última fala expressa sob outra ótica o vínculo do morador com o bairro anterior. Aparecem também nas respostas experiências com problemas nas casas, a importância de se realizar melhorias no imóvel e de receber o documento e da existência de violência. A insatisfação registrada segundo o morador entrevistado se dava pelo piso, existência de infiltrações na casa e ausência do muro, que não foi construído pela prefeitura. Destaca-se fala a seguir:

*“Na minha opinião, a prefeita tinha que entregar a casa com um muro nem que fosse pequeno. Só pra fazer um muro aqui é cinco mil reais e eu não tenho dinheiro pra fazer. Eu vivo de ajuda dos outros. Não tive condição de comprar a cama pras [sic] crianças foi o vizinho que deu”.*

Ressalta-se que o muro não foi construído em nenhum conjunto e que este item não se encontra no projeto das casas, sendo cada morador responsável por construir o seu, tendo a prefeitura criado um modelo padrão<sup>78</sup> para que os moradores seguissem. Como observado durante a pesquisa nos conjuntos, os

---

<sup>78</sup> Este modelo começou a ser divulgado por profissionais da EMHAB em 2011 nos poucos conjuntos que foram entregues. Portanto a divulgação não teve continuidade durante o período de maior entrega nos anos de 2012 e 2013.

moradores construíram conforme suas possibilidades e sem padronização, estando alguns sem o muro até hoje.

Adentrando aos problemas das casas, 9 moradores relataram não ter nenhuma reclamação, enquanto 18 fizeram seus apontamentos, são eles:

- **Problemas com Energia:**

*“Luz! Se falta! Dá uma chavinha pode preparar a vela. Só por aqui que tem isso nas casinhas”.*

*“Fiação de luz cai tudo. O relógio da frente tava [sic] pegando fogo direto e vive tendo este problema”.*

*“A fiação e rede elétrica é muito ruim. Queimou minha freezer”.*

- **Falta de água:**

*“Tinha problemas com a “Águas do Paraíba”, falta muita água aqui. Tive que furar um poço”.*

*“O problema que tem que resolver aqui é a questão da água né, a gente paga água um absurdo... Essa “Rosinha” só sabe falar e não toma providência”.*

- **Esgoto:**

*“Acho mal feito é o esgoto. Quando chove o esgoto vem pra dentro de casa, aí pra economizar dinheiro eles fizeram o cano pequeno”.*

*“O esgoto vive transbordando, aí meu marido tem que ajeitar”.*

*“Esses dias eu vi um negócio de um esgoto bravo ali hein, na rua principal. As crianças brincando indo pro colégio naquela água... tem direto isso aí... à “céu aberto” e ninguém faz nada”.*

- **Estrutura da casa:**

*“Tem rachadura aqui e na casa da minha irmã”.*

*“Está dando umas rachadurinhas [sic], mas não é só a minha, tem muitas casas”.*

*“Quando chove desce água pelo forro, tem que ficar tirando as coisas do lugar”.*

*“Piso e Infiltração”.*

*“Se chover vasa água dentro de casa, tá [sic] rachando na sala e no quarto”.*

*“Defeito no banheiro. A gente não pode tomar banho por que enche de água. A gente toma banho e depois seca. A pia lá de fora veio quebrada. Eles vieram ali e meteram cola. Quando chovia entrava água, eles vieram consertar, mas ficou o problema do banheiro e da pia”.*

*“Quando lavo a casa o caimento é errado, contrário”.*

- **Ausência do muro na casa:**

*“Ela (prefeita) tinha que ter feito o muro pra gente [sic]. Minha vizinha me jogou na justiça por causa de problemas com muro”.*

*“Eu gastei R\$ 14.800 reais para murar e ajeitar o banheiro. Só de pedreiro gastei 7 mil e pouco”.*

Além das problemáticas já evidenciadas, outro apontamento feito por um morador foi a respeito de a casa ser geminada, referindo-se à privacidade das famílias moradoras por ser a casa um espaço de intimidade da família. Observou-se que de todas as problemáticas colocadas pelos moradores em relação às casas a mais expressiva nas entrevistas foi o surgimento de rachaduras e infiltrações, problemas com o saneamento básico do conjunto (como água e esgoto) e com a energia elétrica fornecida por empresa privada, gerando danos materiais às famílias. Há conjuntos que sofrem com problemas de falta de água, sendo que os moradores pagam por este serviço. Todas estas questões são colocadas por mais de um morador devendo estes fatos, portanto, serem identificados pela prefeitura solicitando um reparo pela empresa construtora, para o caso das questões relacionadas à estrutura do imóvel, bem como cobrar inspeções constantes das empresas de água e energia do município.

Foi possível observar nos relatos que estes apontamentos são, em sua maioria, problemas coletivos dos moradores dos conjuntos. Considerando que os moradores destas casas estão na condição de baixa renda, era possível perceber a dificuldade de a família promover os reparos e de obter um retorno sobre os problemas mencionados.

Além dos problemas relacionados à casa, nas entrevistas foram expostos também os problemas mais amplos dos conjuntos e dos bairros onde estes estão situados, na busca por um conhecimento mais aprofundado das demandas destes territórios, e conseqüentemente dos seus moradores. Observamos que as maiores demandas se dão por ausência de alguns serviços e investimentos nesses territórios.

Buscou-se identificar a existência dos seguintes serviços nos conjuntos: Sinalização de Trânsito (vias principal e secundária); Pavimentação das ruas (vias principal e secundária); Iluminação Pública (vias principal e secundária); Ponto de ônibus; Comércio; Escola Pública; Creche Pública; Posto de Saúde; Hospital Público; Clube Esportivo Público; Área de lazer/Praça pública; Centro cultural (bibliotecas, teatros, etc.); Posto Policial/Delegacia.

Em uma análise geral dos conjuntos, os itens anteriormente mencionados foram observados e serão evidenciados de acordo com as informações prestadas pelos moradores. Será discutido cada item em sequência sendo destacados os apontamentos feitos por estes.

Em relação à sinalização de trânsito, apenas foi identificada a presença de quebra-molas no entorno de 2 conjuntos como Novo Jockey e Tapera, considerando especialmente que nas ruas de todos os conjuntos os moradores relataram não possuir nenhum tipo de sinalização, conforme foi observado. A ausência de sinalização também fez com que moradores de uma rua de um dos conjuntos visitados autoconstruíssem um quebra-molas para evitar acidentes. Eles relataram que motos e carros passam correndo oferecendo riscos às crianças e à toda comunidade. Foi relatado também por um morador de outro conjunto em uma das entrevistas: *“as vans passam a 180 km, a filha da vizinha morreu atropelada por um carro de abacaxi”*. Em outro conjunto o problema se repete: *“Seria bom colocar um quebra-mola, os carros passam correndo... já teve crianças atropeladas”*. Observa-se a gravidade dos problemas gerados nos conjuntos por falta de segurança no que tange à sinalização urbana.

Já o serviço de pavimentação das ruas, estava presente nas ruas de todos os conjuntos. A iluminação pública estava presente em todos os conjuntos, com ressalva para Penha e Santa Rosa, cujos moradores registraram a existência

de ruas sem iluminação e Parque Prazeres com reclamação de “iluminação fraca” e “precária” nas ruas. Seguem relatos de um morador: *“Minha rua é uma escuridão. Tem seis lâmpadas queimada [sic] e a gente paga, vem na conta. Reclamei da luz e até hoje nada. Se fosse no “Flamboyant” e na “Pelinca”, eles já tinha visto [sic]”*. O morador expressa indignação pela falta de atendimento da empresa responsável, mas também sente certo descaso comparando seu bairro com outros dois bairros valorizados pelo mercado imobiliário de classe média-alta do município. Ao fazer esta comparação, o entrevistado chama a atenção pela falta de atendimento às necessidades da comunidade, devido ao seu bairro estar na periferia, numa relação sócio-espacial desigual e menos valorizada.

Em relação ao serviço de transporte público, um dos maiores problemas dos conjuntos, observou-se que nenhum deles possui estrutura física instalada para ponto de ônibus, tendo os moradores que ir até alguns locais estratégicos de parada. Os locais mencionados pelos moradores para acesso ao ônibus foram: avenidas principais do bairro (situadas no entorno do conjunto), em algum lugar estratégico no conjunto (em frente à árvore ou casa), qualquer lugar do conjunto, em lugares distantes do conjunto (quando o morador leva tempo caminhando até chegar no ponto). Observa-se que além de não haver uma organização estratégica das paradas dos ônibus para os moradores dos conjuntos, visto que já estão estabelecidos no território, estes ainda levam bastante tempo aguardando pelo transporte. Destaca-se no quadro 4 o tempo estimado e local de acesso ao transporte público coletivo por conjunto, segundo informações dos moradores:

**Quadro 4 – Acesso ao Transporte Público Coletivo por conjunto**

<b>CONJUNTO</b>	<b>TEMPO DE ESPERA</b>	<b>LOCAL DE ACESSO</b>
Lagoa das Pedras	1h30min	O acesso pode ser realizado em qualquer rua do conjunto *Sábado até 14 h. **Serviço inativo aos domingos. Avenida fora do conjunto - BR 101 (15 min a pé).
Prazeres	30 min - 1 h	O acesso pode ser realizado em qualquer rua do conjunto. Avenida fora do conjunto (5 min a pé).
Santa Rosa	30 min - 1 h	O acesso pode ser realizado em qualquer rua do conjunto. Avenida fora do conjunto (15 min a pé).
Eldorado	40 min - 1 h	O ônibus circula no conjunto passando por três ruas.
Aldeia	40 min - 2 h	O acesso pode ser realizado em qualquer rua do conjunto.
Tapera II	1 h	O acesso pode ser realizado em qualquer rua do conjunto Avenida fora do conjunto – BR 101 (10-20 min a pé).
Esplanada	30 min - 1 h	Avenida fora do conjunto (20 min a pé).
Penha	30 min	Avenida fora do conjunto (10 min a pé).
Jockey	40 min - 2 h	Avenida fora do conjunto (25 min a pé).

Fonte: Elaboração própria. 2015.

A problemática do transporte público urbano pode ser observada na realidade desses moradores, visto que, revelaram dificuldades de o acessarem por diversos motivos, como a inexistência de ponto de ônibus, a demora na espera e a distância do conjunto em relação ao ponto de parada. Um fator que chama atenção é o tempo de espera pelo ônibus, conforme mostra o quadro 4, com tempo mínimo



de 30 minutos chegando a demorar 2 horas em alguns conjuntos. Isso traz um reflexo cotidiano, conforme destaca um morador “*Se eu perder o de sete e quarenta, só oito e tanta. Sábado e domingo leva mais tempo ainda*”.

Observa-se que apesar de o problema do transporte ser coletivo nessas realidades, alguns conjuntos apresentam suas questões particulares, conforme pode ser visto no decorrer deste trabalho, e por isso precisam ser ouvidos de forma singular pelo poder público. O conjunto de Lagoa das Pedras, por exemplo, situa-se próximo à área de risco de origem dos moradores, porém, o local do conjunto é afastado de comércio e alguns serviços, existindo ainda impasses no acesso à esses locais e às áreas centrais da cidade pela precariedade da oferta de transporte público à esta população. Os moradores alegam que no final de semana o ônibus só circula até as 14 horas de sábado e domingo não mais circula no conjunto, deixando-os sem condição de saírem para outros locais, o que acarreta a necessidade da ajuda mútua entre os moradores, quando algum possui automóvel. Na ausência deste recurso é preciso ir a pé até a rodovia (BR) no ponto de ônibus, uma distância de aproximadamente 15 minutos a pé, além do perigo do trajeto de acesso conjunto – rodovia (BR), por ser uma rota com muitos terrenos vazios e pouco fluxo de pessoas. Uma moradora ainda destaca que o dia em que a família teria fora do trabalho e livre para o lazer o transporte está indisponível. Um entrevistado informou que os moradores já fizeram “abaixo-assinado” reivindicando o transporte alternativo (van), para tentar amenizar o problema, mas não obtiveram êxito.

O tempo de espera pelo ônibus também se destaca nos conjuntos Aldeia e Jockey com até 2 horas de espera, Lagoa das Pedras com 1h30 min. e Tapera 1 hora. A dificuldade para o acesso ao ônibus também fica em evidência no Esplanada, cujos moradores precisam sair do conjunto para chegar a algum ponto de ônibus esperando em média 1 hora. Moradora do conjunto de Tapera II relatou: “tem motorista de ônibus que não roda aqui dentro não, as vezes tem que ir lá pra BR”. Neste conjunto se o morador optar em acessar o transporte na BR passará por uma estrada, que não possui iluminação no período da noite, conforme informado, ou optará pelo caminho improvisado pelos próprios moradores entre a BR e o conjunto. No caso de Eldorado II o ônibus circula no conjunto, mas por vezes interrompe suas entradas devido à ocorrência de episódios de violência no bairro,

tendo os moradores como solução a busca pelo transporte alternativo (vans), que segundo eles circulam com frequência nas proximidades do conjunto.

Este modelo de transporte também foi observado como importante para os moradores do Novo Jockey e de Santa Rosa, considerando que por vezes os moradores precisam contar com meios mais caros (táxi). Seguem falas de moradoras do Novo Jockey: *“Meu neto teve febre altíssima, tive que pegar um táxi”*; *“Ponto de ônibus não existe não... pra falar a verdade nem os ônibus existe! (Risos)”*. Observa-se que nos casos de maior urgência os moradores precisam recorrer a meios mais caros, mesmo sem ter condição, devido precário serviço de transporte público e à própria falta de amparo básico da prefeitura no socorro em casos de saúde, conforme observado.

A insatisfação percebida neste trabalho, conforme os desdobramentos apontados pelos moradores, também é confirmada pela pesquisa “Novos Territórios Urbanos”, sendo o transporte coletivo apontado por 47,1 % dos entrevistados como um serviço ruim. A pesquisa também apontou que 40,3 % dos moradores entrevistados não possuem acesso a linhas de ônibus regulares e 71,4 % não possuem automóvel, o que reforça a importância do transporte coletivo na vida dos moradores.

De um modo geral, todos os conjuntos vivenciam a precarização do serviço de transporte público, ficando reduzidas as possibilidades de mobilidade das famílias, afetando intensamente a vida cotidiana. Logo, ao falar de mobilidade, o direito à cidade parece contraditório a estes moradores, à medida que sofrem coletivamente os transtornos da ineficiência do transporte público e tem reduzida a sua circulação nas demais áreas da cidade, pois “a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços (SANTOS, 2012, p. 144.). Conforme Santos (2012), o valor do indivíduo está em sua capacidade de acessar os serviços essenciais, logo, quando estes não estão disponíveis em determinado local, espera-se que seja possível acessá-lo em outro lugar. Se um cidadão não consegue nem locomover-se para acessá-lo, pode-se afirmar que ele está em uma condição desigual em relação aos que acessam com facilidade ou que possuem os serviços em seus territórios. Observa-se que

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar. (SANTOS, 2012, 141).

A reclamação dos moradores por não acessarem serviços e de estarem distantes de áreas comerciais mais estruturadas se justifica pelo fato de que muitos dos conjuntos foram edificados em espaços pouco povoados e conseqüentemente sem este cenário urbano minimamente estruturado. Logo, a questão do comércio também se constitui um item de grande relevância para as famílias, sendo alvo de muitas reclamações durante as entrevistas.

Sobre este item, em nenhum dos conjuntos foi identificada rede comercial básica como supermercado, farmácia, padaria, etc., com exceção para a criação de comércios pelos próprios moradores dentro das suas casas nos conjuntos e para a existência de algum comércio no entorno de forma isolada. Durante as entrevistas foram observados alguns comércios funcionando nas casas dos conjuntos: padaria, barbearia, horta, manicure, cabeleireiro, minimercado e espaço com produtos diversos (fotos – anexo 4). Os moradores reclamaram muito sobre a distância de outros grandes comércios como supermercado, pelo fato de não encontrarem alguns produtos nos pequenos comércios dos conjuntos e em razão do preço acabar sendo mais alto. Observa-se nas falas dos moradores:

*“Aqui tem ‘buteco’ que vende arroz a 20,00”;*

*“As vezes peço pro vizinho que vai sair pra comprar”;*

*“O Bombril aqui é 3 reais”;*

*“Se quiser ir num lugar como no ‘Superbom’ ou no ‘Walmart’ tenho que pagar taxi pra trazer as coisas”.*

É importante perceber que

Há em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro em sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor (SANTOS, 2012, p. 111).

Passando então para a existência de escolas e creches públicas, nos 9 conjuntos visitados não havia escola em seu interior e segundo os relatos, 3 conjuntos apenas teriam escolas em sua proximidade. Quanto à creche, apenas o conjunto da Penha contaria com uma em seu interior, e outros dois conjuntos, Prazeres e Jockey contam com uma creche nas proximidades, de acordo com os entrevistados. Durante entrevista, uma moradora da Tapera II mencionou: *“Eles falaram que iam [sic] fazer uma escola no conjunto desde a inauguração”*. Foi observado também, que os moradores lembravam e mencionavam alguns compromissos que a prefeitura teria assumido no dia da entrega das casas, como entrega de creches, escolas e áreas de lazer para os conjuntos, mas observa-se que muitos destes ainda não teriam se concretizado. A tabela 14 expõe as formas de acesso à escola mais próxima.

**Tabela 14 – Formas de acesso à equipamento educacional**

<b>Formas de Acesso</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual (%)</b>
Andar 10 min.	112	29,8
Andar 11 a 30 min.	140	37,2
Pegar ônibus e andar mais de 10 min.	77	20,5
Transporte Particular	14	3,7
Transporte Público Escolar	4	1,1
NS	23	6,1
NA	1	0,3
NR	5	1,3

Fonte: Pesquisa Novos Territórios Urbanos. 2013. Elaboração própria. 2015.

Observa-se que a maior parte precisar ir andando de 10 a 30 minutos até o equipamento de educação pública e um grupo considerável de 20,5 % precisa pegar ônibus e ir caminhando até o local, o que reafirma a dificuldade de acesso mencionada pelos moradores. Sobre a educação básica, 29,3 % dos moradores avaliaram como boa e 25,8 % como regular, segundo dados da pesquisa Novos Territórios Urbanos.

Posto de Saúde apenas dois conjuntos, segundo relatos dos moradores, estão próximos deste equipamento público, enquanto os outros sete relataram estar distantes, além das dificuldades encontradas no acesso. Segundo dados da pesquisa Novos Territórios Urbanos, 56,5% dos moradores gastam de 30 minutos a 2 horas para chegar a um equipamento de saúde mais próximo do conjunto. Os únicos conjuntos que possuem uma proximidade mínima com hospital público são Santa Rosa e Parque Prazeres. Seguem falas de moradores:

*“Tem que sair de madrugada pra marcar a ficha e ser consultado no outro mês” (Conj. Esplanada).*

*“Só fora daqui e não tem medico é só pra vacina” (Conj. Tapera II).*

*“Para ir no [sic] posto você pega um ônibus, e ainda anda 20 min. a pé. Tem uma criança especial aqui do lado que passou mal. Se meu sobrinho não tivesse aqui de carro ela morria. ‘Emergência em casa’ não vem aqui não” (Conj. Novo Jockey).*

*“Esses dias fui a pé e levei quase uma hora com meu filho no colo, se tivesse um posto mais perto seria melhor”. (Conj. Eldorado II).*

Pode-se perceber nessas falas a sensação de abandono sentida pelos moradores, inclusive de que o poder público não adentra aos seus territórios conforme se verifica na última fala, fato que desmotiva o morador em credibilizar os serviços de saúde existentes na cidade, por estes não atendê-los até mesmo nos casos de vida ou morte.

Quanto ao lazer, buscou-se identificar a existência de clube esportivo, quadras, praças e espaços culturais. Apenas 1 conjunto (Santa Rosa) apresentou a existência de uma Vila Olímpica em seu interior e apenas 2 possuem quadra

esportiva e praça (Aldeia e Parque Prazeres). Segundo morador do Novo Jockey houve proposta de construção de Vila Olímpica em seu conjunto, mas segundo ele o espaço escolhido pela prefeitura “*é o pior lugar pra fazer, dos dois lados é mato*”. Com esta fala, pode ser identificada a necessidade de escuta dos moradores quando opinam sobre o seu território e sobre a sua construção. Uma moradora de um dos conjuntos com quadra colocou “*pra mim não tem nada porque não deixo meus filhos lá*”. Já outros moradores de conjuntos sem nenhum equipamento de lazer falaram sobre a construção de praças:

*“Tem o terreno que ela (prefeita) falou q ia fazer [sic]. Pensei até em colocar meu comércio lá, mas tive que montar em outro bairro” (Conj. Eldorado II);*

*“Tem um espaço aqui, mas só ficou o espaço” (Conj. Lagoa das Pedras).*

*“Ela prometeu em 2012 na inauguração: creche, praça de brinquedo nos terrenos descampados, vila olímpica e não fez nada”. (Conj. Eldorado II);*

*“Tem que ter lazer para as crianças, com vigia para não quebrarem e principalmente um posto de saúde. Alguém fazer palestra pro povo se conscientizar que não tem que quebrar, tem que preservar”. (Conj. Aldeia).*

Durante as entrevistas era percebido que os moradores sabiam os lugares (terrenos) que teriam como finalidade a construção de espaços de lazer e sempre opinavam sobre este lugar, pois na verdade é um espaço que eles gostariam de utilizar. Durante as entrevistas os moradores lembram de compromissos colocados na inauguração por representantes do poder público com a criação de espaços de lazer e aproveitamento de terrenos públicos vazios.

Outro elemento que buscou-se identificar foi a presença de espaços culturais como bibliotecas e locais para realização de atividades culturais nessas comunidades. Em nenhum dos conjuntos foi identificado. Observa-se fala de um morador: “*As crianças aqui não sabem nem o que é cultura, nem ler sabem*”. O elemento cultural é fundamental à essência de um grupo e/ou sociedade. De acordo a pesquisa “*Novos Territórios Urbanos*” 50,5 % dos entrevistados mencionaram o

serviço de cultura como inexistente, fato confirmado por esta pesquisa junto aos moradores. De acordo com Santos (2012):

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento (SANTOS, 2012, 81).

A cultura aparece como importante elemento nesta discussão, à medida que é por meio dela que são expressas as identidades sociais de um grupo ou indivíduo. Ela é a essência da vivência, dos modos e do olhar sobre a vida e sobre o meio pelo qual se vive. Nos territórios pesquisados não foram encontradas atividades relacionada à cultura promovidas pelo poder público e de acordo com a pesquisa Novos Territórios Urbanos 50,5 % dos moradores entrevistados apontaram que não há acesso à cultura nestes espaços.

Quanto ao item Posto Policial/Delegacia nenhum conjunto visitado mencionou a existência do equipamento no local, nem nas proximidades, com exceção do conjunto Eldorado II que possui um trailer policial, que alguns moradores chamavam de “UPP” <sup>79</sup> (Unidade de Polícia Pacificadora). Observa-se fala de um morador: *“Aqui tem um trailer com polícia. Não influencia em nada. É só de enfeite. Às vezes as coisas acontecem perto deles e eles não fazem nada. Dizem que eles vão ficar 6 meses”*. Apesar de ser um serviço existente no referido conjunto, de cunho provisório, os moradores não sentem proteção com a presença da polícia por vivenciarem situações cotidianas de insegurança, conforme relatos acerca de mistura de facções rivais no mesmo território:

*“Depois que a gente mudou pra cá ela trouxe outra facção. Ela não “separou o joio do trigo”, ela botou gente ruim com gente boa”*.

---

<sup>79</sup> Refere-se a um programa de segurança pública promovido pelo governo do estado do Rio de Janeiro que promove a instalação de Unidade Policial dentro das comunidades/favelas da cidade do Rio de Janeiro a fim de “pacificá-las”.

*“Ela ajudou muito, mas misturou muito, já vi um rapaz atirando quando eu tava na rua, você tem que andar na rua se vigiando”.*

Pôde-se observar que este conjunto com mais intensidade, conforme relataram os entrevistados, sofre com a violência resultante da mistura de moradores oriundos de locais dominados por facções rivais, o que acaba por gerar uma luta constante pela dominação do território. Este problema também alcançou outros conjuntos e gerou situações como abandono de casa por motivo de ameaça e a inserção de adolescentes no tráfico de drogas. Segue fala de morador: *“Teve um pessoal que veio pra cá que devolveram [sic] as casas, eram gente [sic] de família, trabalhador, não eram [sic] acostumado com o tráfico. Tem filhos aqui de pai e mãe que trabalha [sic] que começaram a usar drogas e se envolveram com tráfico”.*

Além da reclamação acerca de falta de atividades para os adolescentes que se envolvem no mundo do crime, o descrédito na segurança da polícia, também é uma questão a ser observada neste cenário. Esta percepção pode ser notada em fala de morador de outro conjunto: *“A segurança aqui a gente mesmo que faz. Tem rua aqui que é pesado. Esses funks altos... Eles mesmo [sic] não perturbam. Prefiro eles que a polícia. Eles pagam até médico pros outros aí. Roubaram uma vizinha e eles mandaram devolver tudo”,* referindo-se aos representantes da facção local. Observa-se nesta última fala que a facção local pode ser vista pelos moradores como “protetora” da comunidade, não tendo a segurança pública um papel importante, conforme demonstra o morador. Observa-se na fala a seguir: *“Polícia na comunidade não adianta nada não. Nós pobres trabalhadores eles batem, mas nos ‘grandes’ eles fazem carinho, protegem”.* A concepção de polícia vai sendo mostrada durante algumas falas sendo observado que para os que estão em território de desordem e guerra de facções, a segurança é considerada necessária, enquanto, para outros, onde não há conflitos mais intensos, a polícia é vista como um “mal” para a comunidade. Também desperta um olhar atento à fala em que o morador utiliza o termo “os grandes” alegando que a proteção da polícia só se direciona à classe média e alta, ficando os pobres sem proteção e também sem representação frente à polícia, pela sua posição social.

Outros relatos de violência são mencionados: *“minha casa já foi assaltada comigo e meus filhos dormindo”;* *“Um vizinho matou a vizinha com*



*“facãozada” e ainda invadiram a casa dela*”. É notória nestes contextos uma sensação de “desproteção” dos moradores pelo próprio Estado nos conjuntos, em todos os sentidos, seja na segurança local, seja no amparo às demandas destas comunidades.

Além dos serviços mencionados, os moradores de todos os conjuntos reclamaram sobre a falta do serviço dos correios devido à inexistência de registro de seus endereços na prefeitura. Segundo os moradores suas ruas não teriam sido cadastradas. Seguem algumas colocações:

*“Não temos CEP – a gente manda pra alguma casa de conhecido”; “Já que a gente vai ficar fixo já era pra ter visto isso”.*

*“Às vezes fico com vergonha, não tenho endereço pra dar”.*

A ausência deste serviço complica relações de compra destas famílias e faz com que elas precisem criar meios para amenizar este problema, como fornecer endereço de terceiros para comprar e receber suas correspondências e mercadorias.

Durante a pesquisa, quando os moradores falavam sobre os serviços existentes nos conjuntos, foi observado que os problemas relatados por eles tinham majoritariamente relação com a ausência de serviços básicos, a distância para o seu acesso, demanda por soluções de problemas dos conjuntos (água, energia e esgoto) e falta de segurança pública, conforme se verifica nas falas a seguir:

*“Aqui tem umas vendinhas, mas não tem supermercado, não tem pronto socorro perto. Falta segurança, a noite é escuro, a gente não tem liberdade de ficar na frente de casa”.*

*“O único problema é policiamento, escola e creche, tudo longe”.*

*“Quebra-molas, lazer, ambulância e ponto de ônibus aqui dentro”.*

Constata-se nestas falas, que as carências são por serviços mínimos e básicos, tendo em consideração que foi um espaço que o próprio governo criou e deixou nele a marca das ausências e do sentimento de “desproteção”, conforme aludem os próprios moradores nas entrevistas. A pesquisa Novos Territórios Urbanos (2013) identificou que a precariedade do transporte público (55,7%), a falta de hospitais ou postos de saúde próximos (55 %), a falta de comércio (50%) e de áreas de lazer (49,1 %), foram considerados pelos dos moradores entrevistados como um “problema muito grave”, conforme mostrado nos percentuais entre parêntesis.

As ausências nitidamente percebidas nestes territórios remetem à discussão da segregação residencial observada na distância enfrentada pelas famílias pobres para acessar diversos serviços importantes e na forma desigual de acesso à cidade. Segundo Villaça (2001):

Entende-se por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano. Dentre estas vantagens a mais decisiva é a otimização dos gastos de tempo despedido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano. [...] O benefício que se disputa no espaço urbano é o tempo de deslocamento. As burguesias produzem para si um espaço urbano tal que otimiza suas condições de deslocamento. Ao fazê-lo tornam piores as condições de deslocamento das demais classes. (VILAÇA, 2001, 328).

Observa-se, portanto, que o acesso aos serviços essenciais envolve essencialmente o deslocamento dos moradores, que precisam não somente sair de seus territórios para acessar estes serviços, mas para também realizar atividades cotidianas. Para Villaça (2001) a segregação e a dominação do espaço urbano são frutos da interferência do mercado imobiliário, do controle do Estado e da ideologia. O primeiro item pelos investimentos em empreendimentos privados em determinados locais da cidade supervalorizando o espaço, gerando um processo de “expulsão” das famílias pobres; o segundo pelas formas de investimento do poder público em determinadas áreas da cidade e localizações dos aparelhos estatais; o terceiro pela lógica de que a cidade é a parte do urbano que detém os maiores investimentos. Complementando com fala de Villaça (2001, p. 350): “Essa ideologia

facilita a ação do Estado, que privilegia essa parte. Ao investir nela, o Estado está investindo na cidade [...]”.

Diante desta discussão e das problemáticas aqui evidenciadas, é possível notar que os próprios moradores dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz buscam formas de amenizar o problema, como foi percebida a criação de “minicomércios” as conhecidas “vendingas” que comercializam diversos produtos para atender a população. O que acontece é que estes produtos por serem comprados em pequena quantidade pelo morador comerciante chega com alto custo para a compra pelos moradores dos conjuntos, como visto em relatos dos mesmos, se comparado ao preço dos grandes supermercados.

Os demais problemas relativos ao acesso à serviços de educação, cultura, saúde e segurança, por exemplo, são de exclusiva responsabilidade do poder público, ficando os moradores sem outros meios para suprir essas carências. A lógica do conformismo e da autogestão dos problemas cotidianos pode ser observada nas falas a seguir: *“Aqui é cada um por si e Deus por todos”*; *“é aquela lei, cada um vive do seu jeito”*. Impera um sentimento de que nada será feito e que cada um deve buscar meios para solucionar seus problemas, reforçando o descrédito com o poder público.

Partindo dos problemas evidenciados, buscou-se descobrir a existência ou não de diálogo do poder público com esta população nos territórios anteriores e atuais, com base nos relatos dos próprios moradores. Quanto ao diálogo no local anterior de moradia, dos 27 entrevistados, apenas 3 moradores lembraram sobre algum contato ocorrido entre os moradores e a prefeitura, conforme se evidencia nas falas:

“Fazia ações sociais pra tirar documento, aí ia [sic] dentista da faculdade... não fazia muita coisa”.

“Só em época de eleição. Depois se precisar de um gás deles... hum!”.

*“Só procurava a gente pra botar a placa no muro”.*

Observa-se que o diálogo entre moradores e prefeitura praticamente inexistia onde estes moradores moravam. Destaca-se que estes moradores situavam-se em territórios periféricos e extremamente precários, pois trata-se de uma maioria proveniente das áreas de risco, carentes de infraestrutura urbana e acesso a serviços. Algo chama atenção na última fala, quando a moradora evidencia esta relação como “moeda de troca”, entre ambas as partes, remetendo ao entendimento de que os governantes somente buscam diálogo durante a campanha, assim como o morador espera algo em troca. Destaca-se que um entrevistado mencionou a existência de um presidente de associação no bairro antigo alegando que este auxiliava a população em suas necessidades.

Com relação ao novo local de moradia, após a mudança para os conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, todos os entrevistados disseram que não há diálogo entre a prefeitura e os moradores. Apenas dois entrevistados mencionaram ações promovidas pela prefeitura no conjunto: *“Já fizeram uma reunião pra falar da situação da educação no bairro, sobre escola, creche”*; *“Eles vem saber se é a própria pessoa que está na casa, se não vendeu, ou passou”*. O contato ocorrido em um conjunto era referente à questão educacional e outro referente às fiscalizações realizadas pela prefeitura para verificar denúncias de venda, aluguel ou abandono de imóvel. As fiscalizações são realizadas por uma equipe da SMFAS da prefeitura que averigua a denúncia e quando constatada a irregularidade, realiza a retomada do imóvel. Na ação esta equipe conta com apoio da Guarda Municipal, Polícia Militar, Defesa Civil e Postura.

Além destes contatos relatados, alguns moradores revelaram ainda a existência de algum diálogo ocorrido:

*“Existiu só no dia da entrega. Depois que mudamos nunca mais procurou a gente”*.

*“Só vieram há um ano mais ou menos, pediram documento e não voltaram, dizendo que iam entregar o documento da casa. Esse povo não gosto nem de conversar porquê eles só procuram na época da política”*.

*“Não vem ninguém aqui não. No começo vinha pra saber se tinha algum problema”*.

*“Só em época de eleição. Aqui em casa não vem não, eu boto eles pra correr”.*

*“Eles só vem quando eles querem, quando querem fazer pesquisa em época de eleição. O vereador daqui só conhece o bairro na época da eleição, depois esquece”.*

*“Tiveram aqui por causa de venda de casa só”.*

*“De vez em quando aparecem aí, mas lá uma vez ou outra... só pra bater papo”.*

É importante destacar que em 2012 os conjuntos passaram a receber um “síndico”, escolhido e contratado pela prefeitura, para realizar um trabalho de acompanhamento dos conjuntos. Algumas ações pontuais eram feitas, porém sem continuidade. Os síndicos, além de registrarem questões colocadas pelos moradores, também observavam irregularidades nos conjuntos. Porém, ao estabelecer uma relação de troca, este mesmo “agente” tinha a função de “vigiar” as irregularidades e levar ao conhecimento da prefeitura para que fosse feita a averiguação. Logo, a ação que deveria se desdobrar em acompanhamento e relação de confiança entre os síndicos e os moradores, tornava-se também policalesca e contraditória, considerando que esses funcionários ficavam também expostos ao risco devido ao trabalho constante neste território. Todavia, o síndico como “porta-voz” desta comunidade acabava sendo também um controlador da mesma. Durante as entrevistas os moradores quando mencionavam estes profissionais, alegaram que eles registravam as demandas do conjunto, mas conforme os relatos, não havia um retorno ou solução das questões.

Alguns moradores colocaram que o contato com a prefeitura só ocorreu na entrega, sendo observado o sentimento de abandono conforme pode ser visto nas falas a seguir:

*“Se eu morro a prefeitura nem tá sabendo. Tem gente que vai lá vende, negocia e pede de volta. Tem pessoas que passam fome, precisam ir ao médico, estão na cadeira de rodas. Na hora de pedir o voto vem todo mundo, perguntar se a casa está boa”.*

*“Tem essa vila olímpica, mas praticamente nós estamos esquecidos”.*

*“Jogaram a gente aqui e deixaram. Não tem pesquisa de satisfação ou insatisfação da prefeitura”.*

*“Nem a moça da dengue vem aqui. Eles vieram logo que eu mudei, vai fazer três anos já”.*

*“A gente tem que ficar aqui mesmo, até que a morte nos separe”.*

*“Nós somos as pessoas mais distantes da prefeitura. A comunidade fala dos seus problemas, mas a prefeitura não ouve, só quando tem interesse”.*

As falas anteriores revelam a insatisfação da população pela falta do acompanhamento do conjunto no período da pós-ocupação. Conforme vem sendo tratado ao longo deste trabalho, os conjuntos apresentam demandas e estas não vem sendo atendidas pela prefeitura. São demandas básicas e essenciais à vida e que requerem um olhar atento sobre este cotidiano. Como destaca uma moradora: *“Acho que a gente já tem as nossas casas, a gente não quer nada. A gente quer pouca coisa, ônibus, correios...”*. A expressão *“a gente quer pouca coisa”* representa o entendimento da moradora de que já tendo recebido a casa, não poderia exigir muito do poder público, mas ressalta que existem necessidades básicas e imediatas da população em seu território. Sobre a população vulnerável e distante de serviços, Santos (2012) destaca:

O que eles aspiram sobretudo é alcançar, pelo menos, aqueles bens e serviços que tornam a vida mais digna. E é diante da consciência das impossibilidades de atingir mesmo aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social. (SANTOS, 2012, p. 86).

São, portanto, diversas as demandas, que já expostas anteriormente, precisam ser atendidas e são essenciais a estes moradores. A última fala em destaque mostra nitidamente o entendimento do morador sobre a sua representação perante o poder público, numa relação distante e embaraçosa, não sendo a comunidade entendida em sua totalidade, recebendo ações fragmentadas e quando feitas ocorrem mediante interesse como relata o entrevistado. Outra moradora

menciona: *“Eles parecem que tem medo dos moradores. Vieram aqui no natal na festinha, mas nem chegaram perto da gente”*.

Sabe-se da importância do trabalho social com a população-alvo dos programas habitacionais, considerando desde a pré-ocupação, quando o poder público estabelece os primeiros contatos, até a pós-ocupação, ou seja, após a mudança, quando os moradores começam a reorganizar a vida no novo território. Surgem neste último momento as principais demandas e dificuldades no cotidiano, pois é nele que o morador irá identificar as diferenças do espaço, da moradia, do trabalho, da mobilidade, da sociabilidade, etc. A vida no novo cenário traz novidades, as descobertas são feitas no cotidiano e os enfrentamentos das questões pelas famílias realizados sob diversas estratégias, como tem sido apontado pelas mesmas.

Após as colocações feitas pelos moradores acerca da atual situação nestes espaços, foi realizada uma avaliação das ações da prefeitura nos respectivos conjuntos. Na classificação entre ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo, 14 moradores pontuaram como regular, 8 consideraram péssimo, 2 ruim, apenas 1 entrevistado declarou como bom e 2 não responderam. Após a avaliação os entrevistados relataram os motivos da escolha. Seguem algumas falas de acordo com a avaliação.

**Bom:** *“Sei lá, só vieram uma vez limpar o valão. Eles só vêm se a gente reclamar. Demora, mas vem”*.

**Regular:** *“Os serviços de limpeza das ruas é feito, verificação da lâmpada, bueiros. Eles não fazem tudo, mas alguma coisa faz [sic]. Retira o lixo... Agora saúde, escola, tudo é distante”*.

*“Falta de assistência mesmo, tudo bem que ajudou a gente, mas depois ficou no esquecimento”*.

*“Não vem saber se a pessoa continua na casa. Só entregam a casinha e acabou. Tá errado”*.

**Ruim:** *“Se com ela (prefeita) tá ruim, pior sem ela [...], outros não fizeram”*.

**Péssimo:** *“Eles não fazem nada por aqui. Tá abandonado! Nem prefeitura, nem estado, nem nada”*.

*“Quando eu trabalhava era uma luta pra chegar em casa do trabalho, por causa do ônibus. Tinha que pedir meu marido pra me buscar na BR”.*

Nota-se que sendo feitas as avaliações das ações da prefeitura, alguns problemas já destacados anteriormente são reafirmados pelos moradores, o que certifica a necessidade e a falta desses serviços e principalmente da escuta pelo poder público. Em uma das entrevistas foi colocada a seguinte afirmativa: *“Se for depender de órgão público a gente morre”*. A visão do morador com relação à assistência do poder público é sempre de descrédito, como pode ser percebido. A vontade de expor as questões e os problemas foi nitidamente visível durante a realização das entrevistas, visto que houve ocorrência de os entrevistados se deslocarem e se juntarem para falar dos seus problemas.

Observa-se em algumas falas que mesmo com todos os problemas vivenciados pelas famílias dos conjuntos, resta um sentimento de satisfação e gratidão pelo fato de terem recebido a casa. Para entendermos melhor essa percepção dos moradores foi perguntado sobre a qualidade de vida no antigo e no atual local de moradia, seguindo uma escala avaliativa entre ótimo, bom, ruim, regular e péssimo, quando os moradores pontuavam e argumentavam a respeito da escolha. Algumas colocações evidenciam a opinião dos moradores acerca do antigo contexto:

**Ótima:** *“Proximidade de tudo. Aqui tô [sic] mais afastado. Tudo era mais fácil”.*

**Boa:** *“Pela minha casa, pelo tamanho, pela infraestrutura da rua, pela iluminação lá”.*

*“Era bom, por que tinha tudo próximo da gente. Era tudo mais fácil. Aqui tenho dificuldade pra deixar meus filhos”.*

*“Era mais próximo da família que ajudava”.*

*“Lá eu vivia melhor. Por que lá eu tinha meu filho que me ajudava, tinha serviço... Aqui não. Não tem nada pra fazer. Falta um curso, um emprego...”.*

**Regular:** *“Por causa da casa, não era minha, tinha que tá [sic] pagando aluguel”.*

*“Lá era uma cama só pra todo mundo... Tomava banho vendo o esgoto”.*



**Ruim:** “O esgoto passava nos fundos, na porta. Tinha banheiro, mas não tinha chuveiro, tomava banho de balde. Tinha gente que tomava banho de mangueira e ia [sic] no mato no “valão” [sic]”.

“A gente tinha acesso às coisas, mas o local que a gente morava estava um pouco abandonado. Se os moradores estivessem sendo tratados com recursos não estaria como estava”.

**Péssima:** “Preocupação com aluguel, com água de rio... É leite pra comprar, aluguel pra pagar...”.

Observa-se nestas falas as diversas expressões da realidade anterior de moradia, permitindo a compreensão do que se considera positivo e negativo neste cenário. Nos relatos dos moradores que consideraram a qualidade de vida no local antigo como ótima e boa, a satisfação se dá pela proximidade com os serviços do local e em seu entorno, as facilidades existentes e estabelecidas no antigo território, bem como a rede de solidariedade que contavam para dar conta dos afazeres cotidianos. Em alguns casos observou-se o apego com a casa antiga e com o antigo local. Como pôde ser visto, a questão do trabalho sofre interferência direta desse processo de mudança, pois ao morar em locais mais distantes e com um serviço de transporte público precário, aumentam-se as dificuldades no cotidiano destas famílias. Além disso, a presença de familiares próximos ao antigo local facilitava a vida cotidiana, destacando-se as ações solidárias entre os moradores suas famílias e seus amigos, como, por exemplo, deixar os filhos sob cuidados de um destes para ir ao trabalho, dentre outras. Em algumas falas, foi destacada por moradores também a importância da oferta de cursos de qualificação nestes locais atuais, sendo também colocada a falta de atividades para jovens e a questão do envolvimento de adolescentes com o tráfico local.

Seguindo com as percepções dos entrevistados, os casos de insatisfação com o antigo local, são revelados nas pontuações regular, ruim e péssima, quando eles destacam a dependência do aluguel, a inexistente infraestrutura urbana, a falta de saneamento básico e a precária situação do imóvel e suas consequências na qualidade de vida. Conforme pôde ser visto nas falas dos entrevistados, quando se referiam à antiga moradia nas análises, revelavam que eram situadas em áreas insalubres, que não contavam com saneamento básico, além de oferecerem riscos à vida dos moradores.

Os problemas descritos na estrutura da casa antiga foram observados como um problema, existente principalmente na realidade dos moradores de áreas de risco, por estarem situadas em locais inadequados para construção de moradias, considerando também a falta de meios da própria família em promover melhorias. Entende-se também que estes locais “ilegais” eram percebidos pelo Estado e por sua vez tolerados, visto que até a chegada do programa Morar Feliz, nenhum programa ofereceu subsídios à estas famílias, mantendo-as na ilegalidade por muitos anos.

Com base nas percepções dos moradores, observa-se sobre o atual contexto que houve uma predominância dos entrevistados em pontuar a qualidade de vida como boa e ótima no atual local de moradia. Mas também foram colocadas insatisfações havendo menção ao item qualidade de vida regular e péssima. A fim de revelar especificidades destas avaliações, seguem algumas falas:

**Ótima:** *“Acho que aqui eu tô [sic] conseguindo de volta tudo que eu perdi. Eu não morava em casa, eu morava em cômodo. Depois que eu comecei melhorando minha casa eu perdi tudo”.*

*“Por que tem espaço para as crianças brincar, difícil as crianças adoecer [sic], a água tem dentro de casa, lá eu tinha que pegar no balde”.*

*“Acho que quem faz o local é a pessoa que mora. Eu converso com todo mundo, me dou bem com todos os vizinhos. Pra mim a qualidade de vida é boa... ótima”.*

**Boa:** *“Porque aqui a gente tem água encanada, esgoto, luz, mas de outro lado tem outras coisas que não temos”.*

*“Por causa da casa, o local onde eu moro, só não tem coisas pra comprar”.*

*“Pelo quintal que é bom, a vizinhança, podia ser ótimo... mas falta algumas coisas. Falta iluminação, limpeza, assistência da prefeitura para falar o que a gente acha que falta”.*

**Regular:** *“o sossego é ótimo, mas a estrutura é péssima. Não temos saúde, nem educação de qualidade. Isso é em todo lugar. Liguei pra emergência em casa eles levaram 40 minutos pra chegar aqui”.*

*“Aqui poderia ter muito mais coisas melhor [sic] pra as crianças, lazer, opção...”.*

**Péssima:** *“Por causa da distância de tudo”.*

Com relação ao novo local de moradia, observa-se a satisfação dos moradores com alguns itens e insatisfação com relação a outros. Constata-se que a

maioria dos entrevistados desta pesquisa considera a qualidade de vida no novo espaço de moradia como boa e ótima. Ao falarem de qualidade de vida, itens diversos foram colocados em questão. Alguns falaram da liberdade, de sair do aluguel, da tranquilidade para chegar a casa em qualquer horário, outros da boa relação com a vizinhança, da melhor estrutura da casa atual, da renda, dentre outras mudanças positivas. Alguns moradores destacaram a melhoria da renda e a importância do trabalho: *“Falta nada na minha casa. Eu tinha uma televisão agora eu tenho duas grandes, eu lutei pra isso. Mas aqui melhorou, ajudou muito”*; *“Pelos condições minhas, por mim mesmo, pelo meu trabalho. Eu não tenho ‘chequinho’, bolsa família...”*. A sensação de melhora pode ser observada, mas também é importante sinalizar que muitas das vezes a satisfação se dava com ressalvas, como pôde ser percebido ao pontuarem a qualidade de vida como “boa”, mas destacando a falta de acesso a serviços básicos e comércios.

Fora perguntado se o entrevistado pudesse escolher, se preferia continuar morando no atual ou antigo local de moradia. Nas respostas, 21 entrevistados relataram preferir o atual local de moradia e 6 alegaram que se fosse possível, preferiam voltar. Observe as duas percepções, nas falas a seguir:

*“Prefiro ficar aqui, porque lá eu pagava aluguel, aqui é meu. Não tenho problema com parede mofada, o chão não é grosso, aqui a água é da rua, lá era poço...”*

*“Aqui é tranquilo, eu posso deitar sem medo de um carro invadir minha casa... Foi uma mudança maravilhosa”*.

*“Não volto nunca mais. Daqui não saio, daqui ninguém me tira... (risos). Aqui já tenho quintal, privacidade... Lá era criança em beira de rua e no rio, tinha que olhar vinte e quatro horas. Aqui a preocupação é só a rua, porque não tenho muro”*.

*“Voltaria correndo. Fazia até um barraco de tábua, por que eu gosto de lá”*.

*“Se lá a casa fosse minha eu preferia morar lá... porque tem tudo perto, lá tem ônibus, supermercado...”*.

*“Ah... preferia voltar! Se eu pudesse colocar uma rodinha nessa casa e ir pra lá de volta...”*.

Mediante as colocações dos moradores sobre a presente questão, é possível perceber que majoritariamente houve uma preferência pelo atual local, estando presente nos discursos como item central a casa atual. Os moradores que mencionaram esta opção alegavam que a antiga casa além de ter precária estrutura, o local também não possuía saneamento adequado, considerando os riscos para os que saíram das áreas demarcadas. Nesta questão pôde ser observada a satisfação pela conquista da casa própria e também por maior privacidade no atual local.

Todavia, notou-se também aqueles que revelaram forte apego com o antigo local e certa “inadaptação” com o novo local, alegando que preferiam retornar aos antigos espaços. Dentre estes alguns alegavam que preferiam voltar, mas preferem a casa atual, conforme o relato a seguir: “Se lá fosse a casa igual à daqui, eu preferia por ser perto de tudo”. Logo, voltariam não pela casa, mas pela história de vida que foi construída, pelos convívios, pelas relações estabelecidas e facilidades já identificadas no cotidiano do antigo local. As falas de dois moradores deixam esta percepção em evidência:

*“Eu não voltaria não, mas minha esposa voltaria. Já me habituei e sei que não teria essa possibilidade, mas ela voltaria por causa da saudade do local, da família, do centro da localidade”;*

“Eu voltaria, é a descendência né?”.

Durante as entrevistas foi possível notar que havia uma relação afetiva com o antigo território, e que repetidamente revelava-se o desejo de retorno por causa do lugar, das pessoas, do comércio e das histórias de suas vidas. Destaca-se que esta dimensão da percepção expressa pelos moradores vem sendo entendida desde os momentos iniciais desta análise quando tratou-se dos territórios antigos e atuais.

Apesar de ser a moradia um item central de análise durante as entrevistas, pode-se afirmar que a percepção dos entrevistados acerca da moradia se dá em múltiplas expressões, mas revelando que suas questões vão muito além da moradia, mas revelam também suas visões acerca do território em que estão

inseridos. Para dar sequência ao entendimento sobre a vivência nesses espaços, será abordado na subseção a seguir o tema *sociabilidade*.

### **4.2.3 – Sociabilidade**

Para melhor compreensão da vida dos moradores neste novo cenário, buscou-se entender suas formas de interação, sociabilidade e participação. Para introduzir as percepções acerca da sociabilidade, foram trabalhadas as representações de alguns elementos como família, religião, trabalho, vizinhança, associativismo e o lugar onde moram.

Partindo da leitura da pesquisa *Novos Territórios Urbanos* (2013) foi possível identificar que em grau de importância, os moradores entrevistados elegeram a família, a religião e o trabalho como muito importantes em suas vidas. A família também foi apontada pelos moradores como principal auxiliadora nos momentos difíceis como emprestar dinheiro, fazer companhia, dar conselhos e ajudar em pequenos consertos. Foi constatado também que 47,2 % dos entrevistados se relacionam diariamente com a família. Para ilustrar esta compreensão, segue a representação de família segundo os moradores:

*“A base de tudo”;*

*“significado da vida”;*

*“A família é célula principal... minha família é meu amor”.*

*“Tudo! Sem ela eu nem sei o que seria da gente. Estamos mais unidos do que nunca”;*

*“É tudo abaixo de Deus”. Quando eu fiquei doente... Ah! Se não fosse minha família!”.*

A família aparece nas entrevistas realizadas como a grande “auxiliadora” e como um elemento fundamental à vida dos entrevistados. O termo “tudo” foi mencionado diversas vezes pelos entrevistados, ao falarem de família e também de Deus. Sobre a religião mencionaram:

*“Tudo. Principalmente a fé em Deus”.*

*“Eu não tenho religião não, acredito em Deus”.*

*“A religião não, mas Deus faz parte da vida”.*

*“Eu não imagino minha vida sem Jesus”.*

*“Deus é o alicerce”.*

*“Muito importante. A pessoa tem que ter um caminho a seguir né?”.*

Observou-se que os entrevistados não tocavam diretamente no ponto religião, mas sobre a importância da fé em Deus independente desta. Também foi notada a vinculação de alguns entrevistados com algumas igrejas, que são em sua maioria, situadas fora do conjunto. Cabe salientar, como já mencionado neste trabalho, que as igrejas existentes nas áreas de risco foram demolidas, assim como as casas dos moradores, porém as igrejas não receberam espaço nos conjuntos para continuidade de suas atividades. Esse fato pode ser um desencadeador para que as famílias frequentem atividades em igrejas fora e até mesmo distantes do conjunto, ou no seu antigo bairro de origem. Presenciou-se durante a pesquisa, em um dos conjuntos, a chegada de um ônibus que buscava pessoas para um culto evangélico.

Seguindo com a representação do trabalho, elemento apontado como muito importante pelos moradores, seguem algumas falas:

*“Sem ele minha filha a gente não tem como comer, pagar a luz... eu faço faxina”.*

*“É tudo. Se a gente não tiver trabalho vai viver de que?”*

O trabalho foi representado como algo fundamental à vida, como relatado por alguns moradores. Aparece como um elemento necessário para suprir carências e necessidades básicas da vida cotidiana, mas para alguns o trabalho remonta à uma questão de “dignidade”, palavra mencionada por um entrevistado. Segue fala de um entrevistado: *“Eu trabalho desde os nove anos. É muito importante na vida da pessoa: honestidade, caráter e trabalho. Sofri muito, mas honestidade em primeiro lugar”.* Para outros, o trabalho é o meio que lhes dá condições de consumo:

*“Eu trabalho muito pra ter uma qualidade de vida melhor. Trabalho desde os 14 anos, gosto muito de trabalhar porque me dá a possibilidade de ter as coisas”.*

*“Através dele eu consigo tudo que eu tenho”.*

A importância do poder de compra e a dependência do trabalho são elementos observáveis em algumas falas dos moradores, pois é por meio do trabalho que as famílias buscam o sustento e o acesso à produtos e serviços. Mas alguns entrevistados relataram dificuldades para conseguir trabalho e se inserir no mercado, outros possuem dificuldades cotidianas que lhes impedem de trabalhar. Observe:

*“Não tenho não, quem dera se tivesse. Sou dona de casa mesmo. É difícil hoje em dia arrumar emprego”.*

*“Não trabalho porque meu filho faz tratamento com neuro, toma remédio. Eu gostaria, mas, pra ir pro colégio tem que atravessar a pista (BR) e eu não tenho com quem deixar”.*

Observa-se também que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal é um problema que cerca a realidade dos que possuem baixa qualificação, e também baixa renda, sendo o trabalho desenvolvido muitas das

vezes de forma informal, segundo as possibilidades e habilidades do trabalhador. Durante a pesquisa observamos a presença de algumas atividades como: cabeleireira, comerciante, pintor, barbeiro, lava-jato, auxiliar de obras, motorista, atendente, diarista (faxineira), vendedora de cosméticos, etc. Ressalta-se que alguns comércios foram visualizados no próprio conjunto.

Em um dia de pesquisa, após longo período de tempo dentro de um comércio no conjunto, foram observadas as variadas formas das relações que ali se estabeleciam. As relações de troca que ocorriam eram bastante interessantes e peculiares, visto que trata-se de uma relação solidária coletiva e amigável, como por exemplo a troca de uma planta por um maço de cigarro, e o pagamento do restante do produto posteriormente. Ali moradores se reuniam, conversavam, bebiam e alguns chegavam após o trabalho já no período da noite.

Para melhor entender como é a relação dos entrevistados com a vizinhança, algumas questões foram colocadas. Quanto à representação dos vizinhos, pode ser observada a partir das falas:

*“Uma boa convivência, amizade boa, não tenho o que falar. Somos prestativos uns com os outros. Você tem uma boa vizinhança, você tem um recurso. Uma mão lava a outra e as duas lava o rosto”.*

*“São amigos, não tenho inimizade com ninguém. Procuo ajudar a todo mundo”.*

*“Uma ajuda. Eles ajudam bastante”.*

*“Como se fossem parentes. Eles precisam de mim e eu preciso deles”.*

Os vizinhos aparecem, na maioria das vezes, como pessoas importantes e como aqueles que os entrevistados podem contar quando precisam de ajuda nas necessidades do cotidiano. Observou-se que ocorre uma ajuda mútua entre os moradores, mas alguns reclamam e relatam situações vividas neste processo:



*“São amigos, meus clientes. Se precisar de alguma coisa você pode pedir. Mas às vezes você pede uma cebola e depois eles pedem um kilo de tomate (risos)”.*

*“Pra mim também é tudo. Porque se precisa de um copo de arroz, açúcar... Mas tô [sic] escolhendo a dedo os vizinhos que eu ajudo porque esse negócio de só tirar não dá não. Na hora de me dá não tem. Me pedem até sacola pra lixo”.*

Logo, observa-se que há ajuda, mas também há alguns conflitos que ocorrem no cotidiano e que alguns entrevistados preferem eleger aqueles que tem uma relação de maior confiança:

*“Não posso contar com todos, mas com alguns sim”.*

*“Eu tenho uma vizinha muito gente boa, os outros pra mim não é [sic] nada, não tenho amizade com eles”.*

*“Tem aqueles meio implicantes, como sempre tem, mas eles são bons, tudo que preciso posso contar com eles”.*

*“Se eu pudesse matar eu matava um, porque perturba muito. Mas quanto ao resto é tranquilo. A vizinha daqui toma a cerveja dela, canta lá...”.*

Numa escala entre ótimo, bom, regular, ruim e péssimo, os entrevistados pontuaram a relação com a vizinhança, resultando: 12 ótimo, 9 bom, 4 regular, 1 ruim e 1 não respondeu. Considera-se que a maioria alega ter uma ótima relação com os vizinhos, tendo apenas 1 mencionado uma relação ruim, como mostram algumas justificativas das pontuações escolhidas, nas falas:

**Ótima:** *“Porque eles são tudo bacana, é uma família... A gente considera vizinho uma família. Vizinho é isso, é uma comunidade na doença, na alegria, na tristeza. Ajudei minha vizinha quando perdeu o esposo e ela me ajudou quando perdi meu sobrinho. Vizinho quando é bom é uma família”.*

*“Não tenho graças a Deus o que reclamar dos meus vizinhos. Não vivem na casa da gente. São bons, são amigos, nas horas boas e ruins”.*

**Boa:** *“A gente pra ser um bom vizinho tem que ir na casa do vizinho para ajudar, como em caso de doença, e não para atrapalhar. Só na necessidade, senão vira fofoca”.*

*“Não é tudo maravilha, mas um respeita o espaço do outro”.*

*“Posso contar com todos eles aqui, ainda mais que sou mãe solteira né?”.*

**Regular:** *“Sempre tem uma pessoa que acha que é melhor que você. Aqui todo mundo ganhou casinha, tem sua liberdade, mas a gente manda até o nosso muro. Já brigaram com minha filha porque correu na calçada”.*

*“Tem os vizinhos bons e tem os encravos. Se um passa um aperto, o outro ajuda. As vezes eu preciso de um dinheiro e eles emprestam. Já precisei de cinquenta reais pra pagar o gás”.*

**Ruim:** *“Porque não me relaciono com eles. Crianças entram na minha casa até pelo buraco do muro, acho um absurdo!”.*

Partindo das observações dos moradores sobre a relação com a atual vizinhança, observou-se que há entre a maioria dos entrevistados e seus vizinhos uma relação de confiança, o que gera segurança para desfazer os “nós” que surgem no dia a dia, como o apoio nas situações de doença, falta de dinheiro e outras adversidades. Mas, observa-se também que alguns moradores alegam que é preciso haver um limite nesta relação, por questões de privacidade e como alguns alegaram para evitar a “fofoca”.

Problemas de convivência entre os moradores foram relatados, como invasão de privacidade, fofoca, problemas com relação à construção do muro, dentre outros. Os autores Elias e Scotson em “Os estabelecidos e os Outsiders” (2000) realizaram uma pesquisa buscando compreender as relações sociais estabelecidas entre grupos em uma pequena comunidade, dedicando um capítulo com o tema: “Observações sobre a fofoca”. Eles ressaltam que a fofoca está intimamente relacionada com as normas e crenças de um grupo e da relação comunitária (ELIAS; SCOTSON, 2000). Eles identificaram que a fofoca também pode aparecer como forma de entretenimento na comunidade, pois na maioria das vezes, apresentavam assuntos de interesses coletivos. Observa-se na fala de uma entrevistada sobre a vizinhança, moradora de um conjunto habitacional: *“Eu gosto dos vizinhos daqui e dos de lá... A fofoca aqui é boa também. É outra família que a gente arrumamos [sic]”.* Destaca-se que a fofoca à medida que pode servir como entretenimento e instrumento de aproximação entre pessoas, pode também causar discordâncias em uma comunidade. Observa-se na fala a seguir: *“Aqui tem muita*

*gente que gosta de se meter na vida dos outros e eu sou muito na minha e me acham metida por causa disso, eu acho. A gente dentro da casa da gente já gera fofoca, imagina fora”.*

Foi perguntado aos moradores se a relação com a vizinhança hoje é diferente do local anterior de moradia, quando 17 entrevistados dos 27, responderam que não é diferente e que não mudou em nada, como se observa:

*“Por que são os mesmo vizinhos. A mulher fez a coisa certa de colocar o mesmo pessoal”.*

*“Alguns são os mesmos, outros não”.*

*“São vizinhos de 30 anos, está ótimo”.*

*“A maioria são [sic] as mesmas pessoas que moravam lá perto, minha mãe, minha irmã, a família do meu esposo e os vizinhos. Não tem ninguém estranho”.*

Estas falas demonstram que a prefeitura, em casos de áreas de risco, priorizou a permanência dos mesmos vizinhos, ponto que pode ser favorável para a adaptação dos moradores nas relações cotidianas. Foi possível notar que as justificativas para esta opção se davam, em sua maioria, pelos moradores serem os mesmos do antigo local e também por considerarem ter um bom convívio entre os vizinhos no atual local. Há que se destacar, que 10 entrevistados, alegaram sentir mudança nesta relação no novo contexto, sendo que alguns alegaram que mudou para melhor, sendo esta melhora expressa nas falas:

*“As pessoas se aproximaram mais depois que vieram pra cá. Tinha gente que eu nem conhecia e depois que vim pra cá comecei a conhecer”.*

*“Aqui tem mais tranquilidade pra conversar com as pessoas... Lá tinha hora pra conversar, não podia ficar com celular na mão”.*

*“Porque eu saía pra trabalhar e chegava à noite e não tinha aquela coisa de conversar com vizinhos, aqui não a gente conversa”.*

*“Aqui é uma comunidade, acho mais aberto. Lá tinha que ter cuidado com o que você fala [sic]”.*

*“Lá os vizinhos não entravam na minha casa, as pessoas respeitavam um ao outro. Os pessoal [sic] de comunidade acham [sic] que tudo é bagunça. Eu ensino ao meu neto “obrigada”, “por favor”, “desculpa”... Aqui não tem isso, mas não é culpa deles”.*

As falas anteriores mostram as considerações da mudança, de acordo com os moradores, que pontuaram melhorias na relação entre os vizinhos, logo, entre a comunidade no novo território. A sensação de liberdade, maior convívio e abertura para o diálogo entre os moradores é um item em evidência na percepção de melhora. Observa-se que a última fala é de uma moradora, que, cabe mencionar, não saiu de área de risco, e, portanto, estranhava o intenso contato com os vizinhos, alegando sentir um desconforto com esta situação. As suas maiores reclamações eram sobre o fato de crianças entrarem em sua casa sem pedir permissão, além de consumir alimentos e abrir a geladeira, fato observado no momento da entrevista.

Quanto ao item participação na comunidade, tentou-se identificar a existência de associação de moradores nos conjuntos e/ou nos seus respectivos bairros e entender a opinião dos entrevistados sobre sua representação. Dos entrevistados 18 disseram que no conjunto/bairro não existe associação, 3 não souberam responder e apenas 6 moradores mencionaram sobre a existência de associação, que de acordo com suas falas somente uma, no Novo Jockey, estaria sob a presidência de uma moradora do conjunto, desenvolvendo alguma atividade para a comunidade. Observe nas falas:

*“Lá você pode tomar suco uma vez por dia e pão. É uma moradora que está fazendo, mas não tem apoio de ninguém. Se ela tivesse um apoio, acho que seria muito bom”. (Jockey)*

*“Dizem que tem, mas nunca vi. Quando tem problema com esgoto, luz, a gente que tem que resolver”. (Lagoa das Pedras)*

*“Não faz nada. A primeira moça que fazia parte fez, mas agora mudou e não tem nada”. (Lagoa das Pedras)*

*“Eu não sei porque nunca conversei sobre isso com eles. Não sei se eles acham que aqui é tranquilo e não procuram muito”. (Prazeres)*

*“Tem, mas não abrange as casinhas, abrange o bairro, as casinhas não ganham nada”. (Penha)*

Destaca-se que além de quase todos os conjuntos não possuírem nenhum trabalho de associação, os entrevistados que mencionaram a existência, não sabiam sobre o trabalho desenvolvido, até mesmo por não haver atividade junto à comunidade, com exceção do caso do conjunto do Jockey. A associação do Jockey é presidida por uma moradora do conjunto, que, sendo entrevistada por esta pesquisadora, falou sobre seu trabalho com a comunidade. Ela alega que a associação não está totalmente estruturada e que busca a regularização do projeto que desenvolve com as crianças do bairro junto à prefeitura para contar com recursos financeiros.

O referido projeto já realiza um trabalho com crianças e adolescentes, tem uma equipe voluntária composta por 1 professor para reforço escolar, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, professor de capoeira e de artesanato. As atividades ocorrem durante toda a semana, sendo: 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> feira reforço escolar, 4.<sup>a</sup> feira aula de artesanato e distribuição de “sopão” para famílias, 5.<sup>a</sup> feira aula de capoeira e 6.<sup>a</sup> feira atendimento psicológico. Segundo a presidente há um grande desejo de conseguir professores de música para a criação de um coral. A maior parte dos profissionais são moradores do bairro e atualmente a associação vive de doação de comerciantes e moradores, cujo contato é feito pela presidente.

Observa-se que, diante de um cenário de impasses, e dentro das suas possibilidades a associação do Jockey funciona buscando oferecer atividades que visam amenizar a falta de atuação do poder público frente à estas famílias vulneráveis no que tange à renda, à cultura, à saúde, à mobilidade e à educação. Cabe considerar que são atividades desenvolvidas por moradores do próprio bairro e dirigida por uma moradora do conjunto habitacional, que também carece de recursos em seu próprio contexto de vida.

A associação de moradores aparece, portanto, com este exemplo que foi possível encontrar em apenas uma realidade, como um equipamento essencial de suporte e apoio às famílias nas principais carências existentes pela ausência de ações do poder público. Trata-se de um elo entre moradores da comunidade, sendo a associação um meio de controle social e de organização de um grupo

populacional. O controle social pode ser desenvolvido de diversas formas, sendo um meio de participação dos cidadãos nas decisões públicas e elaboração de políticas, bem como de monitoramento e fiscalização. Este tipo de organização cria mecanismos de atuação da população frente às demandas existentes, além de oferecer um grande potencial de mobilização desses grupos frente ao poder público.

A associação tem uma significação fundamental nos territórios periféricos, visto sua capacidade de mobilizar a população e discutir os problemas em busca de respostas. Ela pode ser entendida como o “porta-voz” de uma comunidade, um espaço que deve ser aberto que vise à promoção da cidadania de seus moradores. De acordo com Santos (2012)

O homem alienado é como se lhe houvessem manietado, para roubar-lhe a ação, e imposto barreiras à visão, para cegá-lo. Seus olhos são fechados para a essência das coisas. Mas nenhum ser humano se contenta com a simples aparência. A busca da essência é a sua contradição fundamental, um movimento sem fim que inclui o sujeito em um processo dialético e o restitui a si mesmo (SANTOS, 2012, p. 72).

Considerando a inexistência de trabalho da associação nos 8 bairros dos 9 conjuntos visitados, entende-se que a população desses espaços, encontra-se desmobilizada e conforme tem sido visto aponta inúmeros problemas que precisam ser discutidos. Buscou-se a partir deste entendimento, perceber o olhar dos moradores que relataram desconhecer qualquer trabalho de associação no conjunto ou no bairro sobre a sua importância. Seguem as colocações dos moradores:

*“Seria importante, porque seria melhor pra gente saber onde correr né? Hoje a gente estamos [sic] aqui jogados... não sabemos o que fazer”.*

*“Acho que sim, com certeza. Ajudar mais. Teria alguém pra representar a população, alguém pra reivindicar”.*

*“Com certeza. Uma pessoa pra a gente falar das coisas e muita coisa é a prefeitura que tem que fazer. Ter um porta-voz pra levar né? Acho que é essencial”.*

*“Eu até gostaria de participar, se existisse”.*

*“Pra conversar com o povo daqui pra saber o que o povo quer”.*

Nos argumentos os moradores reconhecem a importância da associação, acreditam que com ela os moradores podem ser ouvidos e podem ser auxiliados com informações importantes, mas, aparecem também dúvidas e certo descrédito sobre seu funcionamento e intenções, como destaca-se a seguir:

*“Se for uma pessoa séria, seria bom, que quisesse ajudar a vizinhança. Mas, muitos querem pra benefício próprio”.*

*“Eu não acredito muito nisso não, vou ser sincero. Tudo hoje em dia envolve política. Uma associação tem que ter uma relação muito boa com a prefeitura e as secretarias. Pode resolver alguma coisa, mas é muito difícil”.*

Observa-se que a noção de associação revelada por estes moradores está vinculada à política, como observado pelas experiências que estes possuem, alegando que o representante sempre tem ou precisa ter aproximação com políticos para conseguir benefício para a população. Esta forma de compreensão revelada nas falas pode ser relacionada ao formato clientelista, como um modo de relação travado entre representantes políticos e a população, em troca de interesses e favores entre estes, fato historicamente observado na realidade brasileira.

Durante as entrevistas também foi colocado por um morador que um meio de reivindicar melhorias para os problemas da comunidade é buscando a presença da mídia local. Segue fala de um morador: *“A gente liga pra TV, pro “balanço geral”! Quando a TV vem, aí eles aparecem aqui pra fazer”.* A mídia local, no entanto, aparece como um meio para pressionar o poder público pelos moradores, tendo em vista que os conjuntos em sua maioria não possuem meios de mobilização.

Dos 27 entrevistados 25 alegaram que não participam de nenhum grupo ou atividade em seu conjunto e apenas 2 mencionaram atividades como presidência de associação e reunião política no conjunto. Observa-se que o envolvimento com associação é mínimo, sendo observado apenas um entrevistado envolvido neste trabalho. A outra resposta direciona-se à reuniões de políticos na casa do entrevistado em período eleitoral. Há de se considerar que 6 entrevistados afirmaram participar de igrejas e reuniões religiosas, porém, fora de seu conjunto e

em alguns casos no antigo bairro de moradia. Apenas um mencionou participar de atividade esportiva em outro bairro.

Durante a conversa observa-se que há poucas iniciativas participativas dentro da comunidade, o que faz com que os moradores participem de atividades em outros locais, em outros bairros e até mesmo em seus antigos bairros de origem. Isso também revela que ainda há uma necessidade da comunidade em receber espaços e investimentos que propiciem a sociabilidade, a interação, o diálogo e até mesmo mobilização. Durante visitas aos conjuntos foi observado um informe fixado na parede de um comércio no conjunto divulgando um passeio em outro município organizado por um morador (foto anexo 5).

Constata-se ao longo desta discussão, acerca da sociabilidade, que apesar das questões problemáticas mencionadas nas vivências, a relação com a vizinhança aparece como importante para os enfrentamentos diários dos problemas pelos moradores, sendo estes vistos como fonte de amizade, apoio e até mesmo de segurança. Considera-se que

A identidade coletiva e, como parte dela, o orgulho coletivo e as pretensões carismáticas grupais ajudam a moldar a identidade individual, na experiência que o sujeito tem de si e das outras pessoas. Nenhum indivíduo cresce sem esse alicerce de sua identidade pessoal na identificação com um ou vários grupos [...] (ELIAS; SCOTSON, 2000, 133).

Dentro deste contexto, percebe-se também que os laços comunitários precisam ser mais fortalecidos, considerando a importância da politização destes moradores e de sua mobilização para o enfrentamento coletivo das problemáticas cotidianas. Evidencia-se também a falta de investimentos públicos nestes locais que promovam participação e interação destes moradores com atividades de lazer e cultura, tendo em vista seus contextos de vida, que se configuram também em contextos de exclusão.



#### 4.2.4 - Programa Morar Feliz

Após o entendimento das principais categorias de análise à luz deste contexto, moradia e sociabilidade, será destacada a representação do programa Morar Feliz para os moradores, tendo em vista ser esta a política pública responsável pela viabilização de suas moradias.

A questão direcionava-se ao olhar do morador sobre o programa e se este teria atendido às suas expectativas. Dos 27 entrevistados, 21 responderam que o programa atendeu às suas expectativas, 3 alegaram que não correspondeu e 3 não responderam. Nas colocações dos moradores sobre a sua visão a respeito do programa foram encontradas diferentes respostas de satisfação e de insatisfação. Apesar de todas as problemáticas existentes os moradores ressaltam a valorização de ter hoje uma casa e alguns observaram a melhoria por terem saído de precárias condições de moradia e de áreas de risco. A grande satisfação se dá pela moradia em si, pelo imóvel, sendo que alguns apontam também estarem satisfeitos com o lugar e com a vizinhança.

*“Bom, ele ajudou bastante gente. Um projeto bom. Por ser uma casa própria, saí do sufoco”.*

*“Tem beneficiado muita gente em situação difícil. Acho um programa ótimo, ajudou muita gente! Tem gente que fala mal, mas não tinha nem um barraco e hoje tem uma casa”.*

*“Eu acho bom que tá favorecendo muitas pessoas de área de risco que não tem como ter uma casa. Porque todas as pessoas que moram numa área de risco tem vontade de ter uma casa melhor né?”.*

A casa era colocada pelos moradores como um item de maior valor neste processo, pois por meio deste programa muitas famílias deixaram o aluguel e principalmente saíram de áreas de risco, além dos casos de pessoas que moravam em casa cedida. Cabe considerar que muitos moradores levaram anos esperando

ser atendidos por políticas habitacionais do município, destacando-se as dificuldades para conseguir o benefício, que também foi observado nos relatos de alguns entrevistados:

*“Eu fiz o cadastro e tive que ficar indo, indo, indo... Você tem que contar muita história lá, tem que ter muita lábia, porque é muito difícil conseguir. Cada dia eu tinha que contar minha história a alguém. Ia lá duas vezes por semana. Penteava o cabelo e ia com a roupa piorzinha que tivesse”.*

*“Eu saí porque tava na área de risco. Eu tinha cadastro na habitação há 12 anos com laudo médico e não consegui”.*

Ressalta-se que como este caso da primeira fala, muitas outras famílias são encaminhadas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o que faz a demanda ser grande e a seleção seguir os critérios estabelecidos, optando pelos mais vulneráveis dos já vulneráveis. Atualmente é comum a fala de moradores e demais pessoas da cidade de que há pessoas que não precisam recebendo casas. Mas, existe também um fator que precisa ser observado, é que nas áreas de risco poderiam ser encontradas moradias mais estruturadas e inclusive maiores do que a casa popular do programa Morar Feliz, mas que por estarem em locais “irregulares”, entram na demarcação do programa.

Não há levantamento que possa quantificar estes casos, mas é preciso observar a fala de um entrevistado: *“Um programa importante para as famílias mais necessitadas. No meu caso que tinha uma casa boa, não seria tão necessário porque eu tinha uma moradia boa, mas é importante pra muitas famílias necessitadas que tem uma casa muito precária pra morar na área de risco”.* Em conversa com o entrevistado percebemos que este não tinha interesse de sair de sua residência, alegando que sua área de risco era afetada pelas enchentes, mas esta não afetava seu imóvel, alegando que havia feito reformas e estava muito satisfeito com sua moradia anterior. Inclusive informou que foi muito resistente à ação da prefeitura e que somente teria decidido sair ao ver que seus vizinhos também iriam, afirmando ter sido difícil a adaptação.

Seguindo com a representação do programa, há de se notar, que apesar de muitos considerarem o programa importante pelo benefício oferecido,

ainda persistem problemas, que durante as colocações foram sendo expostos pelos moradores, como revelam as seguintes falas:

*“Hoje enxergo como um benefício, porque muita gente não tinha onde morar, pagava aluguel e morava em área de risco. Muita gente foi beneficiada com o programa... mas eu pensei que a casa viesse “murada” [sic], saímos de lá sem dinheiro e tive que pegar empréstimo”.*

*“Ele abençoou muita gente. Dizem que aqui é maldição, mas a palavra de Deus diz que temos que transformar maldição em bênção. De moradia sim, mas falta muita infraestrutura. Se a gente não tiver carro, bicicleta tem que comprar batata-palha e “bombril” a três reais, quatro e cinquenta. Aqui é bom, mas falta muita coisa”.*

*“Em uma parte é bom, mas deveria ter uma administração melhor porque o “Morar Feliz” virou uma bagunça, porque misturou as pessoas de um bairro e de outro. Eu esperava que fosse organizado, tinha que ter uma associação”.*

*“Achei bom, só que tem que ter uma continuação de uma pessoa pra ficar ali. Ter mais orientação, um apoio sobre a moradia”.*

Alguns moradores ressaltam e reafirmam algumas problemáticas, como o fato de a casa ter sido entregue sem o muro, falta de área comercial, de suporte da prefeitura quanto aos problemas do conjunto, dentre outros. Parece restar ainda um sentimento de que está faltando “alguma coisa”, pois, os moradores reclamam e se posicionam:

*“Só a casa mesmo, porque as outras coisas que eles falaram eles não botaram”.*

*“O trabalho que tinha que ter feito foi feito. Agora? não faz nada. E pra completar é morar feliz, tem que rir... (risos). Eles têm que vir aqui terminar as coisa” [sic].*

*“É bom, mas tem que ter mais coisas pra as crianças que estão crescendo e indo pro tráfico”.*

*“Na televisão fica tudo lindo, só aparece os bonitinhos, os felizes né, porque a vida real é o que é no dia a dia. É uma maquiagem. Se filmarem aqui dois dias eles vão ver a realidade”.*

Essas afirmações mostram a convicção dos entrevistados em colocar suas opiniões sobre os problemas, mas também em cobrar atenção e ações da prefeitura que ofereçam auxílio em suas problemáticas, como foi a questão colocada pela moradora sobre o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico. Também chama a atenção a última fala em destaque quando o morador fala sobre o “marketing” do programa Morar Feliz na mídia televisiva, indignando-se com os problemas vivenciados que ficam ocultos e sem solução. Ao falarem sobre as suas demandas e problemáticas para o pesquisador os moradores demonstravam sentir-se ouvidos e falavam sobre todos os problemas que vivenciam, da mesma forma, que sentem a necessidade de serem ouvidos pelo poder público.

Durante as falas foi possível notar em uma entrevista, que o morador considera as debilidades do atual contexto, mas ele expressa sua concepção política: *“Tudo que é bom pro povo é ótimo. Você tá pensando que se rodar esse governo alguém vai fazer alguma coisa pra pobre?”*. A indagação feita pelo morador demonstra a sua valorização pelo atual governo por ter realizado o programa Morar Feliz. Em algumas expressões por mais tímidas que sejam o olhar sobre a moradia como um direito, é possível de ser observada:

*“Eles não deram a casa à gente, foi uma troca. Favoreceu muita gente, mas que dê pra quem precisa. Tem muita gente que veio pra cá que ficava dentro d’água, perdia coisas. Hoje eu moro num palácio”;*

*“Me falaram: mas ela te deu a casinha e eu disse não deu não, era direito meu”.*

Foi possível constatar que ao mesmo tempo em que há reconhecimento da moradia popular enquanto política pública e um direito da população há também uma visão de dependência com o governo e de submissão. Com relação à preferência do programa em dar a titularidade dos imóveis às mulheres, foi identificado que a maioria dos entrevistados concorda com este modelo, ressaltando o papel feminino na casa e na família:

*“Eu achei uma boa porque as mulheres têm filhos. Na hora da briga quem vai embora é eles e as mulheres ficam com os filhos”.*

“A mulher se sente mais responsável pela casa. Eu já sentia porque sou dona de casa e trabalho fora. Saio do serviço depois das cinco e ainda faço faxina”.

“Eu acho certo porque a mulher preserva o bem estar da família, cuida dos filhos e muitos homens poderia [sic] desfazer da casa e ela ficar desamparada com os filhos na rua”.

Observa-se que as visões são relativas ao amparo à mulher e pelo fato desta estar em maior contato com a casa em com os filhos. A titularidade feminina aparece nas falas como uma forma de segurança principalmente em casos de separação, onde a maioria concorda ser a mulher quem deve permanecer no imóvel. Mas houve também discordância e outras opiniões de entrevistados homens e mulheres, que cabem ser destacadas:

“Acho errado. Acho que devia tá [sic] no meu nome e do meu esposo, porque aí não dá o direito de ninguém botar o outro pra rua. O certo era dividir, mas como, se a prefeitura pega a casa de quem vende? Isso que eu acho o erro. Porque até então eu não sabia que ia ser assim, só a mulher ser a dona da casa”.

“Eu não concordo. Tudo é de acordo com quem está no poder né? Uns 10 foram embora porque a mulher falou alto com eles... Tinha aquele papel né? Rosinha beneficiou as mulheres”.

*“Acho errado. Se eu sou casado no papel a casa tem que ser dos dois. Eu não posso sair com a cara pra cima, com uma mão na frente e outra atrás”.*

As colocações dos entrevistados que discordaram da titularidade feminina, alegaram que o documento deveria estar em nome dos dois, sendo o homem e a mulher responsáveis pelo imóvel. Tendo em vista que o imóvel pertence legalmente à prefeitura que concede o direito de uso ao morador titular, a casa não pode ser vendida, ficando, portanto os moradores impedidos de realizar qualquer negociação com o mesmo em casos de separação e/ou divórcio. Cabe mencionar que o programa preferencia o registro em nome das mulheres no momento do cadastramento, mas, caso este fato causasse discordância ou por solicitação dos responsáveis no momento, o cadastro era feito em nome do homem.

Os últimos itens das entrevistas buscavam, mesmo após todas as colocações dos moradores, reforçar o entendimento da percepção do morador sobre o seu contexto de moradia visando identificar mais diretamente o seu olhar sobre os itens destacados. Para tanto, foi solicitado ao morador que escolhesse os 4 serviços que considerasse mais importantes dentre educação, lazer, assistência social, cultura, transporte público, saúde, transporte escolar e eventos (shows e festividades). Destes itens os 4 mais escolhidos, por ordem de preferência, como serviços essenciais foram: educação, saúde, transporte público e assistência social. Em seguida aparecem o lazer, a cultura e o transporte escolar. Essas informações, portanto, estão de acordo com as principais reclamações feitas pelos moradores durante as questões anteriores da entrevista, como já destacado, tendo apenas como item novo neste momento a assistência social que é organizada de forma territorializada. Alguns moradores reclamaram que após a mudança acabaram não identificando o equipamento de assistência social (CRAS) que estaria lhe assistindo.

Para concluir o diálogo, ao final das entrevistas foi solicitado aos moradores que pontuassem numa escala de 0 a 10 alguns itens que pudessem abranger de uma forma geral o seu olhar sobre alguns elementos. Foi possível observar pelas pontuações escolhidas por eles uma maior satisfação com relação à casa atual pela grande atribuição da nota 10. As notas confirmam as colocações observadas durante este trabalho sobre a moradia e inclusive mostram que a antiga casa para a maioria dos entrevistados era sinônimo de precarização, apesar desta também ter sido alvo de elogios e de falas que expressavam saudade.

Com relação aos bairros apesar de todas as ponderações positivas e negativas dos moradores, observou-se que há uma satisfação com o bairro atual, mas o bairro anterior também foi alvo de satisfação, corroborando com a questão apontada sobre a vinculação do indivíduo com o território e com as facilidades. Quanto à relação com os vizinhos no atual contexto a maioria apresentou avaliação positiva, apontando majoritariamente as notas 9 e 10. Observou-se durante este trabalho que a vizinhança é apontada como um ponto de apoio e segurança pelos moradores.

Quanto à atenção da prefeitura com o conjunto, a nota 0 foi atribuída pela maioria dos entrevistados confirmando os argumentos mencionados pelos entrevistados durante o trabalho. A sensação de abandono por parte do poder

público foi frequentemente mencionada. Observou-se que a dificuldade de acesso aos serviços públicos foi uma problemática mencionada em todas as entrevistas, o que confirma a necessidade de um olhar do poder público sobre as demandas destes moradores. Por fim, buscou-se analisar para além das falas já expostas, as notas que seriam atribuídas ao programa. Os moradores entrevistados atribuíram em sua maioria a nota 10 ao programa Morar Feliz, relacionando sempre com o fato de o programa ter beneficiado muitas famílias que viviam em situações precárias de moradia.

Com todas estas pontuações pode-se afirmar que há grande satisfação dos moradores entrevistados com relação às moradias e ao próprio programa Morar Feliz, mas há também um sentimento de falta de amparo e atenção do poder público na pós-ocupação dos conjuntos habitacionais. Para Azevedo (2007) o investimento em habitação desvinculado dos devidos elementos complementares e à ela relacionados como transporte, saneamento básico e outras políticas urbanas necessárias ao cotidiano, pode não ser uma alternativa tão eficiente de melhoria de vida para as famílias pobres.

Hoje, os moradores reclamam por um acompanhamento social e por melhorias no conjunto, bem como no respectivo bairro em que estão inseridos, clamando por atenção da prefeitura em áreas básicas e fundamentais à vida, mas que precisam ser discutidas no âmbito do território. É preciso que se pense na cidade em sua totalidade, promovendo espaços mais justos e acessíveis para os cidadãos.

Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos sem os quais a existência não é digna. (SANTOS, 2012, p. 157,158).

Com a criação de conjuntos habitacionais, estes novos territórios que se formam na cidade de Campos precisam ter maiores condições de articulação com o seu entorno e demais espaços da cidade, constituindo-se espaços de interação coletiva da comunidade com seu território, de forma que possa nele interferir, sendo o acesso à cidade uma forma ampliada de exercício da cidadania.

## Considerações Finais

Este trabalho buscou contribuir para o debate sobre o espaço urbano como um lugar permeado de contradições, transformações e vivências de sujeitos que nele constroem suas vidas. A discussão aqui proposta buscou pensá-lo como um espaço democrático, um lugar onde todos possam transitar e usufruir dos serviços urbanos de forma igualitária, apontando criticamente as problemáticas existentes que impedem que este formato se materialize.

Tendo como enfoque principal o tema da moradia, um direito social, de acordo com a Constituição Federativa Brasileira de 1988, foi possível notar que o difícil acesso à casa própria é uma problemática histórica neste país. Portanto, as formas de enfrentamento a este problema por parte das famílias mais pobres que não acessaram o mercado formal e buscaram caminhos nas possibilidades da ilegalidade, promoveram o alargamento da periferização e também a proliferação das moradias nas chamadas “áreas de risco”. São cenários onde as desigualdades sociais e urbanas estão em evidência, marcados pela exclusão em todos os níveis.

A pesquisa realizada nos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz em Campos, como exposto, contou com a observação destes territórios e com a participação de moradores dos conjuntos, que residiam em áreas de risco da cidade, trazendo suas percepções sobre o antigo e o novo território, a antiga e a nova casa e as relações desenvolvidas no novo espaço. As informações coletadas durante as entrevistas possibilitaram a discussão acerca da moradia numa perspectiva ampliada, observando não somente a casa, mas a representação do território urbano e das relações nele desenvolvidas.

Notou-se durante as análises que as famílias possuíam satisfação com relação à casa, ao novo espaço e às novas condições de moradia, mas demonstraram insatisfação com relação ao novo território e com a falta de serviços públicos essenciais.

Destaca-se que os conjuntos foram construídos em locais bastante afastados das áreas centrais da cidade, cuja maioria não possuía e ainda não possui um entorno estruturado com comércios e equipamentos públicos básicos



(transporte, saúde, educação, lazer, dentre outros). Também foi bastante evidenciada a falta de atenção da prefeitura no acompanhamento das famílias na pós-ocupação, prevalecendo um sentimento de abandono e descaso.

Cabe destacar que o morar está atrelado a uma gama de outras necessidades relativas à vida diária dos indivíduos, como a alimentação, o vestuário, o consumo, a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a mobilidade, dentre outras. São estes elementos importantes e essenciais ao cotidiano de qualquer cidadão. Logo, observa-se que na realidade dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz em Campos há muito que ser feito, mas antes, é preciso que esta população seja vista e ouvida pelo poder público, sendo consideradas as particularidades de cada conjunto, de cada território. Os pontos de maior observância nesta pesquisa foram:

- Forte vinculação com o antigo território,
- Processo de mudança repentino e rápido;
- Dificuldade e demora na adaptação do morador com o novo local;
- Atual casa representa melhoria de vida / melhor estrutura
- Problemas com as novas casas (rachaduras, infiltrações e falta do muro);
- Outros problemas: Redes de esgoto, água e energia elétrica;
- Ausência e precarização de serviços públicos básicos nos conjuntos e em suas proximidades (Transporte público, Saúde, Educação, Lazer, Cultura e Segurança);
- Ausência de comércios de grande porte;
- Violência e repressão em determinados conjuntos;
- Ausência da documentação (Termo de Permissão de Uso);
- Falta de Acompanhamento da prefeitura na pós-ocupação.

Observou-se a partir dos itens destacados que a nova casa é um elemento bastante considerado pelos moradores, sendo atribuída a nota 10 pela

maior parte dos entrevistados, visto terem saído de condições precárias de habitação e de locais “ilegais” e “informais”. Apesar de todos os problemas expostos referentes às casas antigas, foram observados os laços ainda existentes com o antigo território, tendo sido difícil a adaptação no local da nova moradia. A distância das áreas mais centrais da cidade também foi colocada por moradores como uma problemática, que se agrava com o precário serviço de transporte coletivo.

Atualmente, os moradores criam formas de interação com o novo território e a vizinhança aparece como um apoio e segurança neste processo de vivência e ajuda mútua frente às carências não supridas. Eles permanecem como pessoas importantes ao convívio social, sendo as relações no atual contexto avaliadas de forma positiva.

Embora existam diversos problemas na realidade dos conjuntos habitacionais, foi constatado que não há organização coletiva dos moradores, quando na visita aos conjuntos foi identificada apenas 1 associação de moradores que realiza trabalhos comunitários, mas que sobretudo, ainda não criou um espaço de mobilização para tratar das questões da comunidade. A capacidade de mobilização destas comunidades parece adormecida, porém, seu potencial para pleitear melhorias é grandioso. De acordo com Santos (2012) o cotidiano é um espaço de descoberta e é nele que o homem, numa relação dialética, pode negar a reprodução do conformismo aceito de forma massiva.

As pessoas se organizam como classe e se organizam em espaços. Entende-se que as desigualdades sociais estão atreladas às desigualdades territoriais, e vice-versa. É preciso que haja um entendimento do território como produto de relações sociais antagônicas, tendo como resultado as desigualdades social e espacial.

Com relação ao programa Morar Feliz, neste trabalho constatou-se uma avaliação positiva dos moradores por considerarem a importância da política habitacional e da mudança da realidade de muitas famílias que se encontravam residindo em locais impróprios para moradia. É reconhecível o investimento da prefeitura de Campos no segmento habitacional por meio do programa em tela, beneficiando milhares de famílias em situação de vulnerabilidade habitacional e social. Compreende-se que muitos desafios foram impostos à equipe do programa, que em pouco tempo teve de empregar esforços para realizar a entrega das 5 426

casas no tempo que lhes foi exigido. Mas o volume de trabalho da equipe técnica do programa e a exigência de prazos para a entrega pode ter sido o desencadeador de problemas como a falta de um acompanhamento das comunidades na pré e pós-ocupação. Um exemplo dessa falta de diálogo entre morador e prefeitura era que somente nos dias da mudança, o morador conhecia sua casa, sua rua e seus vizinhos.

Alguns apontamentos podem ser trazidos para aprofundamentos em investigações futuras como a problemática do trabalho para os comerciantes que tiveram seus comércios demolidos nas áreas de risco, a possível desvinculação dos moradores das áreas de risco com suas igrejas, a violência nos conjuntos e a documentação do imóvel.

Em meio às ponderações da pesquisa, faz-se necessário considerar que os beneficiários de programas habitacionais precisam ser chamados a participar diretamente das decisões do poder público pensando a construção das moradias e dos espaços que irão habitar e que lhes será ofertado, havendo uma troca, um diálogo mais constante e efetivo.

Não basta somente elaborar programas habitacionais e entregar casas, mas é preciso que haja preocupação com o trabalho de acompanhamento social destes espaços, que sirva como suporte a esta população, mas oferecendo também nos locais escolhidos para as construções serviços essenciais à população (transporte, saúde, educação, lazer e cultura), evitando que estes permaneçam em territórios de exclusão. A criação de áreas comerciais, de espaços culturais e de lazer nos conjuntos, a melhoria do transporte público urbano, como forma de otimizar a circulação dos moradores na cidade e melhorias de serviços de saúde e educação, são as principais demandas dos moradores identificadas na pesquisa.

Por fim, é indispensável que haja um reconhecimento que vá para além do acesso à moradia, mas que, sobretudo, compreenda o acesso à cidade e aos equipamentos que a constituem como um direito de todo e qualquer cidadão, que precisa ser discutido e problematizado. Verifica-se também a importância de que os beneficiários destes programas reconheçam o seu protagonismo, buscando o melhor acesso à cidade, seus bens e serviços e consequentemente inserindo-se como cidadãos neste processo.

## Referências

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política Habitacional e direito à cidade: A experiência do Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ**. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2014.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís A. G. de. **Habitação e Poder. Da Fundação da Casa popular ao Banco Nacional de Habitação**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: 2011. Fonte: [www.centroedelstein.org.br](http://www.centroedelstein.org.br)

\_\_\_\_\_, Sérgio de. **Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências**. In.: Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). Coleção Habitare. ANTAC. Porto Alegre, 2007. Disponível em: [http://www.habitare.org.br/publicacao\\_colecao7.aspx](http://www.habitare.org.br/publicacao_colecao7.aspx) . Acesso em: 20 Nov. 2014

BONDUKI, Nabil Georges. Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo. In: VALLADARES, Lícia do Prado (coord.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro. Série: Debates Urbanos. 3.<sup>a</sup> Edição. Ed. Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_, Nabil. **Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: Revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Fonte: [http://www.usjt.br/arg.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arg.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf). Acesso em: 10/02/15.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2, n° 1 (3), janeiro-julho/2005. P. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976> Acesso em: 10/05/2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil. 1998.

BRASIL. **Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. 2009.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080**, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Congresso Nacional. Brasília. 1990.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista**. Artigo. Rev. Entre Lugar. UFMS. Ano 1, N.º 1. Dourados, MS. 2010.

CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz de. (Org.). **A Municipalização das Políticas Habitacionais: uma avaliação das experiências recentes (1993-1996)**. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ; Fase, abr. 1999. (Relatório de Pesquisa).

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Ed. Paz e Terra. 4.<sup>a</sup> Edição. Col. Pensamento Crítico. Vol. 48. SP. 1983.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2012.

CORDEIRO, Martha Eleonora Venâncio Mignot. Terra prometida. **Entre o projeto e a realidade**. Revista Vértices. Vol. 6, N.º 3. Set./Dez. 2004.

CRUZ, José Luiz Vianna da. **Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte-Fluminense**. In: Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. RJ: Ed. Garamond. 2006.

DÉAK, Csaba (Org.). (Org.). O processo de urbanização no Brasil: Falas e Façanhas. In.: **O processo de urbanização no Brasil** – Vários autores. 2.<sup>a</sup> Edição atualizada – São Paulo: Edusp, 2010. Prefácio.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friederick; MARX, Karl. La ideologia Alemana. In QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkeim e Weber**. 2 edição, Belo Horizonte: UFMG, 1995. Cap. 2.

ENGELS, Friedrick. **A questão da Moradia**. Ed. Sociales. Paris. 1957.

FARIA, Teresa Peixoto. Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminenses. In: **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. RJ: Ed. Garamond. 2006.

FJP, Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Estatísticas e Informações - Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> Acesso em: 10/02/15.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1989.

GUIMARÃES, Berenice Martins; PÓVOA, Fabiana Machado Rangel (2005). **Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes**. Relatório de Pesquisa de UENF/CCH/LESCE, Campos dos Goytacazes, Dezembro.

HARVEY, DAVID. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. Annablume, Coleção Geografia e Adjacências. 2005.

\_\_\_\_\_. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Revista eletrônica E-metropolis. N.º 12. Disponível em: [http://emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis\\_n12.pdf](http://emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n12.pdf) . Acesso em: 5 Out. 2013

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2.ª Ed. São Paulo, Cortez, 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografias Estatísticas. **Metodologia do Censo Demográfico 2010.** Relatórios Metodológicos. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf> Acesso em: 16/02/2015.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e Segregação na MetrÓpole: O Rio de Janeiro em tempo de crise.** Rio de Janeiro: Editora Revan: Fase, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Ed. Centauro. São Paulo. 2001.

LIMA, Adson Cristiano Bozzi Ramatis. **Habitare e habitus — Um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar.** Revista Arquitextos. Ano 08. Dez. 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/183> - Acesso em: 20/09/2014.

MALAGODI, Marco Antônio Sampaio; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **Inundações e ação social em Campos dos Goytacazes** (Rio de Janeiro, Brasil). Artigo. VII Congresso Português de Sociologia. St. 8: Ambiente e sociedade. Sociedade, crise e reconfigurações. 2012. Disponível em: [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/ finais/PAP0859\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0859_ed.pdf). Acesso em: 20/12/15.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.** In.: A cidade do pensamento único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 3.ª Edição. 2000.

\_\_\_\_\_. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.** Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. IPEA. N.º 12. 2006.

\_\_\_\_\_. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo, Ed. Martin Claret. 2006. Cap. 4.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil.** 1a. ed. São Paulo: EDUSP e FUPAM, 1999, v. 1o., p. 245-259.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB-SUAS.** 2004. Brasília. 2005. Fonte: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>. Acesso em: 10/02/2015.

MESQUITA, Wânia A. Belchior. **Detalhes de religião pentecostal em contextos de favela sob ordem violenta.** Artigo. ANPOCS. 2011. MG. Fonte: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&qid=1215&Itemid=353](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&qid=1215&Itemid=353). Acesso em 10/03/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In.: Rev. **Ciência e Saúde Coletiva.** N.º 17 (3). 2012. 621-626.

\_\_\_\_\_. (Org.). Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Coleção Temas Sociais. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 25ª Edição. 2012.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Tradução de N. Palhano. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. 1956. **Evolução do Povo Brasileiro.** 4.ª Edição. Rio de Janeiro, José Olympio.



PEDROSA, Paulo. TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Região norte fluminense: Terra de contrastes. In: **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. RJ: Ed. Garamond. 2006.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br) Acesso em: 05/02/2015.

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. **A Municipalização da política de habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989-2001)**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2002.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; ANAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social: A questão fundiária na política habitacional e urbana do país.** Disponível em: [http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0535/Rolnik,\\_Nakano,\\_Cymbalista.\\_Solo\\_Urbano\\_e\\_His.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0535/Rolnik,_Nakano,_Cymbalista._Solo_Urbano_e_His.pdf) . Acesso em 10/02/2015

ROLNIK, R.; KLINTOWITZ, D.; IACOVINI, R. F. G. **Financiamento e processos decisórios: Em busca das determinantes da política de desenvolvimento urbano no Brasil**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. *Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS*, 2011. Caxambu: ANPOCS, 2011. Fonte: [http://www.anpocs.org.br/portal/35\\_encontro\\_gt/GT29/Rolnik\\_Klintowitz\\_Iacovini.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT29/Rolnik_Klintowitz_Iacovini.pdf) . Acesso em: 13/02/2015

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n.89, Mar. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000100006&script=sci_arttext) / Acesso em: 18 Jun. de 2012.

ROLNIK, Raquel; SAULE JR, Nelson. IPEA. **Ministério das Cidades. Guia de implantação do Estatuto da Cidade**. Brasília, DF, 2002.

ROLNIK, Raquel. **Pactuar o território - desafio para a gestão de nossas cidades**. "Princípios revista teórica, política de informação". 2008. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/artigo-pactuar-o-territorio-desafio-para-gestao-de-nossas-cidades>. Acesso em: 10/01/15.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp. 7.<sup>a</sup> Edição, Col. 8, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp. 5.<sup>a</sup> Edição. 2013.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2015.

SERRA, Rodrigo Valente; TERRA, Denise Cunha Tavares. Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos. In: **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. RJ: Ed. Garamond. 2006.

SILVA, Cristiane Rocha, ET. AL. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método**. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em: [http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/44035/2/revista\\_v7\\_n1\\_jan-abr\\_2005\\_6.pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/44035/2/revista_v7_n1_jan-abr_2005_6.pdf) Acesso em : 20/03/2015

SIMMEL, George. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). Ed. Mana. Rio de Janeiro. V. 11, n.º 2, Out. 2005, Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493132005000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132005000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 05 Set. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>.

SMITH, David. “**Who gets what, where and how: a welfare focus for human geography, in Geography**”, v. 59, 1974.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. Ed. Atlas S.A. São Paulo, 2009.

TIMÓTEO, Geraldo. **Novos Territórios Urbanos**. Projeto FAPERJ. Universidade Estadual Norte Fluminense. 2012/2013.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2002.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: Resenha da Literatura**. In: **Repensando a habitação no Brasil**. Série: Debates Urbanos. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. Iuperj, 1982.

VETTER, David; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do estado em infraestrutura urbana? Uma teoria da causalção circular. In: SILVA, L.A. M, da (org.). **Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra**. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1981.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Syudio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2ª Edição, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2 – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. Cap. IX. Seção 7.

## ANEXOS

### ANEXO 1



Foto panorâmica de um dos conjuntos habitacionais  
Fonte: Site oficial da prefeitura de Campos. 2015



Foto das casas populares do Programa Morar Feliz.  
Fonte: Site Oficial da Prefeitura de Campos. 2015



Foto da Fachada das casas populares. Fonte: Odebrecht. 2015



Foto do interior das casas. Sala e entrada para os quartos e banheiro.  
Fonte: Odebrecht. 2015



Foto da cozinha das casas. Fonte: Odebrecht. 2015



Foto do banheiro da casa adaptada. Fonte: Odebrecht. 2015



Foto da área de serviço – fundos da casa. Fonte: Odebrecht. 2015

## ANEXO 2

### Parque Prazeres I



Foto Panorâmica. Conjunto Parque Prazeres I. Fonte: PCE. 2015

### Parque Prazeres II



Foto Panorâmica. Conjunto Parque Prazeres II. Fonte: PCE. 2015

### Santa Rosa



Foto Panorâmica. Conjunto Santa Rosa. Fonte: PCE. 2015

### Novo Eldorado I



Foto Panorâmica. Conjunto Novo Eldorado I. Fonte: PCE. 2015

### Novo Eldorado II



Foto Panorâmica. Conjunto Novo Eldorado II. Fonte: PCE. 2015

### Novo Eldorado III



Foto Panorâmica. Conjunto Novo Eldorado III. Fonte: PCE. 2015



### Parque Aldeia:



Foto Panorâmica. Conjunto Parque Aldeia. Fonte: PCE. 2015

### Lagoa das Pedras



Foto Panorâmica. Conjunto Lagoa das Pedras. Fonte: PCE. 2015

### Travessão



Foto Panorâmica. Conjunto Travessão. Fonte: PCE. 2015

### Tapera I



Foto Panorâmica. Conjunto Tapera I. Fonte: PCE. 2015

### Tapera II



Foto Panorâmica. Conjunto Tapera II. Fonte: PCE. 2015

### Novo Jockey



Foto Panorâmica. Conjunto Novo Jockey. Fonte: PCE. 2015

## Penha



Foto Panorâmica. Conjunto Penha. Fonte: PCE. 2015

## Esplanada



Foto Panorâmica. Conjunto Penha. Fonte: PCE. 2015

## **ANEXO 3**

### MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado o MUNICIPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, representado por seu prefeito \_\_\_\_\_, (estado civil), portador da identidade nº. XXXXX, CPF nº. XXXXXX, através da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social (SMFAS), com sede nesta cidade à Travessa Santo Elias, 46, Jardim Carioca, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 29.116.894/0001-61, neste ato representado por \_\_\_\_\_ (dados pessoais) doravante denominados simplesmente PERMITENTES, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, portador da identidade XXXX, CPF XXXXX, doravante denominado simplesmente PERMISSONÁRIO, tendo em vista o disposto no Processo nº. XXXX, que criou o Conjunto habitacional \_\_\_\_\_, celebram o presente Termo de Permissão de Uso, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O PERMITENTE é senhor e legítimo possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, do imóvel nº. XXXX descrito e devidamente caracterizado no ato de permissão.

CLÁUSULA SEGUNDA - Através do Processo Administrativo nº. XXXX, o PERMITENTE outorga ao PERMISSONÁRIO, a título precário e por prazo indeterminado, a permissão de uso gratuito do imóvel público situado no Conjunto Habitacional \_\_\_\_\_, nele descrito e devidamente caracterizado, para fins exclusivos de MORADIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - O PERMISSONÁRIO se obriga a manter o imóvel objeto da presente permissão em adequadas condições de conservação e a utilizá-lo exclusivamente para os fins previstos na CLÁUSULA ANTERIOR.

CLÁUSULA QUARTA - O PERMISSONÁRIO se obriga, também, a zelar pela guarda do imóvel cujo uso lhe é permitido, impedindo que terceiros venham dele se apossar ou depredar, sob pena de revogação do presente termo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica vedado ao PERMISSONÁRIO ceder, doar, vender, locar, sublocar ou transferir a terceiros os direitos decorrentes desta permissão, mesmo que parcialmente.

CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSONÁRIO se obriga, igualmente, pelo pagamento das despesas com o consumo de água e energia elétrica verificado no imóvel objeto da permissão, a partir da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA - A alteração da destinação do imóvel, cessão, transferência ou qualquer outra forma de alienação pelo PERMISSONÁRIO, a título oneroso ou gratuito, dos

direitos decorrentes desta permissão, constituirão infração, ensejadora de sua REVOGAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - A conduta prevista nesta cláusula configura o tipo penal previsto no art. 171, §2º, I do Código Penal (Estelionato), podendo o PERMISSONÁRIO responder criminalmente pela prática fraudulenta.

CLÁUSULA SÉTIMA - A permissão de uso de que trata o presente termo poderá ainda ser revogada pelo PERMITENTE, a qualquer tempo, se o interesse público assim o exigir.

CLÁUSULA OITAVA - Ocorrendo à revogação da permissão, o PERMISSONÁRIO se obriga a devolver ao PERMITENTE o imóvel ora cedido, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após devidamente notificado por via administrativa, incorporando-se ao patrimônio municipal as construções e/ou benfeitorias nele executadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer indenização, seja a que titulo for.

PARÁGRAFO ÚNICO - Findo o prazo de 30 (dias) sem a efetiva entrega do imóvel por parte do PERMISSONÁRIO, fica o PERMITENTE autorizado a proceder a imediata retomada do bem, em virtude do descumprimento das disposições constantes neste termo.

E por estarem assim justas, assinam o presente Termo de Permissão de Uso nº. XX/2011, em 04 vias de igual teor e forma, que vão por todos assinadas na presença das testemunhas abaixo arroladas; documento este que será devidamente publicado no Diário Oficial do Município para que produza seus devidos fins de direito.

Campos dos Goytacazes/RJ, XX de XXXX de XXX.

\_\_\_\_\_  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
Secretário Municipal de Família e Assistência Social

\_\_\_\_\_  
NOME DO USUÁRIO

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF:

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ, 25 de fevereiro de 2011.

Fonte: Site Oficial da prefeitura. Diário Oficial.

## ANEXO 4



Comércio situado em conjunto. Fonte: Acervo próprio. 2015

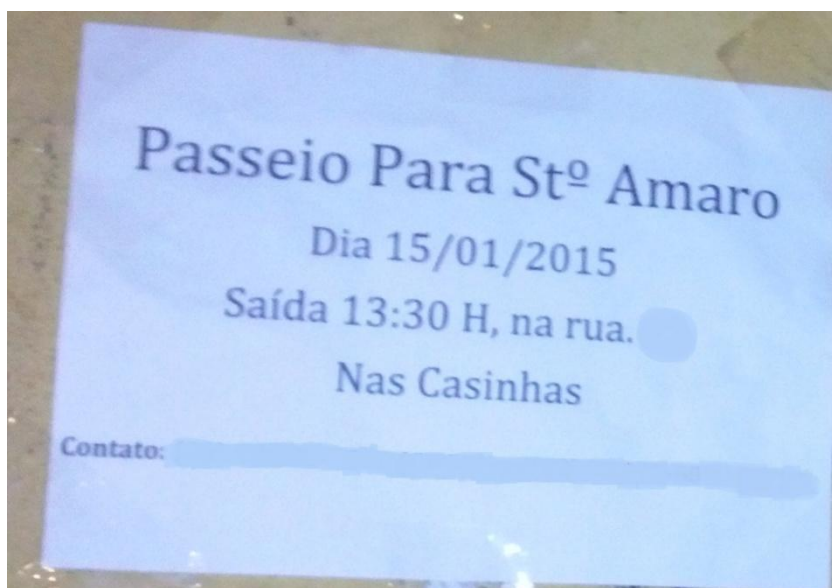


Comércio situado em conjunto. Fonte: Acervo próprio. 2015



Comércio situado em conjunto. Fonte: Acervo próprio. 2015

**ANEXO 5**



Informativo em um conjunto. Fonte: Acervo próprio. 2015

## APÊNDICE – Roteiro de Entrevista



### **CENTRO DE CIENCIAS DO HOMEM – CCH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP**

Pesquisa:

#### **PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE AS SUAS NOVAS CONDIÇÕES DE VIDA.**

**2014**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Este instrumento foi elaborado para auxiliar na coleta de informações importantes a serem destacadas pelos moradores durante as entrevistas da pesquisa.

#### **Apresentação**

Esta entrevista busca compreender a percepção dos moradores do Programa Morar Feliz sobre suas novas condições de vida e os desdobramentos da mudança de moradia. A sua participação é voluntária, seu nome não será registrado e suas respostas serão tratadas com sigilo. Elas poderão ser selecionadas para expor questões relevantes à pesquisa.

Agradecemos desde já pela sua contribuição!



**CENTRO DE CIENCIAS DO HOMEM – CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP**

**Identificação**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_

Conjunto Habitacional: \_\_\_\_\_

**Entrevistado**

Sexo: ( ) F ( ) M

Cor: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Titular do Imóvel ( ) Sim ( ) Não

Número de Pessoas residentes no imóvel \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

**MORADIA**

Vamos falar um pouco sobre a sua história de moradia...

**1 – De onde o (a) senhor(a) vem? (Verificar se morava em área de risco)?**

\_\_\_\_\_ ( ) Sim ( ) Não

**2 – Pensando na sua casa anterior, como o (a) senhor (a) a descreveria? Como era a sua casa antes de vir morar neste conjunto?**

---

---

---

---

**3 – Gostaria que o (a) senhor (a) destacasse os principais problemas em sua moradia anterior...**

---

---

---

---

**4 – Agora, quais os pontos positivos o (a) senhor (a) destacaria em seu local de moradia anterior?**

---

---

---

---

**5 – O que a mudança de moradia significou pra você?**

---

---

---

---

Neste momento, conversaremos um pouco sobre sua vida após a mudança...

**6 – Como tem sido morar neste conjunto habitacional? Como o (a) senhor (a) descreve a vida aqui?**

---

---

---

---

**7 – O que esta casa representa para o (a) senhor (a) hoje?**

---

---

---

---

**8 – O que o (a) senhor (a) entende por casa própria? O que isto representa pra você?**

---

---

---

---

**9 – O (a) Senhor (a) hoje diria que está satisfeito (a) com sua casa? ( ) Sim ( ) Não.**

**Por quê?**

---

---

---

**10 – Quanto aos problemas... O (a) senhor (a) destacaria algum em sua casa hoje?**

---

---

---

**11 – E no conjunto, o (a) senhor (a) destacaria algum problema hoje? (Caso sim, perguntar qual é o maior deles).**

---

---

---

**12 – E no seu bairro, hoje, existem problemas? (Caso sim, pedir que destaque os principais problemas... Perguntar qual é o maior deles?)**

---

---

---

**13 – Vou citar alguns serviços públicos e gostaria que respondesse se o (a) senhor (a) acredita acessá-los em sua rua e/ou em seu conjunto:**

SERVIÇOS	DISPONIBILIDADE		COMO/ONDE?
	SIM	NÃO	
-----			
Sinalização – Trânsito – via principal			
Sinalização – Trânsito – vias secundárias (entorno)			
Pavimentação - via principal			
Pavimentação - vias secundárias (entorno)			
Iluminação Pública - via principal			
Iluminação Pública – vias secundárias (entorno)			
Ponto de ônibus			
Comércio			
Escola Pública			
Creche Pública			
Posto de Saúde			
Hospital Público			
Clube Esportivo Público			
Praça pública			
Centro cultural (bibliotecas, teatros, etc)			
Área de Lazer (Praça, parques)			
Posto Policial/Delegacia			

**14 – Pensando no seu bairro anterior... Antes de mudar-se para o Conjunto, existia conversa entre os moradores e a prefeitura? ( ) Sim ( ) Não. Caso sim:**

**14.1 - Como o (a) senhor (a) avalia esta conversa? ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo.**

**14.2 – O (a) senhor (a) se lembra como era esse diálogo? O (a) Sr(a) se lembra a respeito de que assunto era essa conversa com a prefeitura?**

---

---

**15 – Após a mudança para este Conjunto, existe conversa com a prefeitura?**

( ) Sim ( ) Não. **Caso sim,**

**15.1 - Como o (a) senhor (a) avalia esta conversa?**

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo

**15.2 – Como acontece essa conversa? Que assuntos são tratados?**

---

---

**16 – A prefeitura tem realizado algum trabalho de acompanhamento social deste conjunto (ações relacionadas à assistência, educação, saúde, cultura, participação comunitária, dentre outras, ...)? ( ) Sim ( ) Não. Caso sim: Quais tipos de ações?**

---

---

---

**17 – Como você avalia as ações da prefeitura hoje neste conjunto?**

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo

**Por quê?**

---

---

---

**18 – Como você avalia sua qualidade de vida no local anterior de moradia?**

( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima.

**Por quê?**

---

---

---

**19 – Como você avalia sua qualidade de vida neste local de moradia hoje?**

( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima.

**Por quê?**

---

---

---

**20 - Se eu perguntasse se o (a) senhor (a) prefere morar aqui hoje ou voltar para seu local anterior de moradia, o (a) que senhor (a) me diria? Por quê?**

---

---

### **SOCIABILIDADE**

**21 – O que a família representa para o (a) senhor (a)?**

---

**22 – O que a religião representa para o (a) senhor (a) ?**

---

**23 – O que o trabalho representa para o (a) senhor (a)?**

---

**24 – O que os vizinhos representam para o (a) senhor (a)?**

---

**25 – O que este lugar representa hoje para o (a) senhor (a)?**

---

**26 – Como é a convivência com seus vizinhos?**

( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima

**Por quê?**

---

---

---

**27 – A relação com a vizinhança no conjunto habitacional é diferente do seu local anterior de moradia? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?**

---

---

---

**28 – O (a) Senhor (a) diria que esta relação melhorou após sua vinda pra cá?**

( ) Sim, melhorou ( ) Não, piorou ( ) Não mudou em nada

**29 – Em seu bairro existe associação de moradores? ( ) Sim ( ) Não ( ) NS**

**A - (Caso sim): O que ela representa pra você?**

---

---

---

**B - (Caso não): Você acha que ela seria importante aqui em seu bairro? Por quê?**

---

---

---

**30 – O (a) senhor (a) participa de algum grupo em sua comunidade (igreja, associação de moradores, esporte, música, teatro, outros)? ( ) Sim ( ) Não.**

**(Caso Sim), Qual?** \_\_\_\_\_

**31 – Como o (a) senhor (a) enxerga o Programa Morar Feliz? Ele atendeu às suas expectativas? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?**

---

---

**32 – O que o (a) senhor (a) pensa sobre o programa dar preferência a mulher para ser a titular da casa?**

---

---

---

**33 – Dentre os serviços públicos, que mencionaremos a seguir escolha os quatro mais importantes para você e sua família, e a seguir dê uma nota de 0 a 10 para a intervenção da prefeitura nestes serviços em seu bairro:**

<b>SERVIÇOS</b>	<b>X</b>	<b>NOTA - PREFEITURA</b>
<b>Educação</b>		
<b>Lazer</b>		
<b>Assistência Social</b>		
<b>Cultura</b>		
<b>Transporte Público</b>		
<b>Saúde</b>		
<b>Transporte escolar</b>		
<b>Eventos (Shows e festividades)</b>		

**34 – Para finalizarmos, numa escala de 0 a 10 como você avalia:**

- A sua casa anterior ( )
- A sua casa atual ( )
- O seu bairro anterior ( )
- O seu bairro atual ( )
- O Programa Morar Feliz ( )
- As relações com os vizinhos ( )
- A segurança ( )
- A atenção da prefeitura ( )
- O acesso aos serviços públicos ( )

**Obrigada pela sua participação!**